

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

DIMITRI PINHEIRO DA SILVA

Da política à ciência política,
da ciência política à política:
a trajetória acadêmica de Paula Beiguelman (1949-1969)

São Paulo
2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Da política à ciência política,
da ciência política à política:
a trajetória acadêmica de Paula Beiguelman (1949-1969)

Dimitri Pinheiro da Silva

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção de título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Carlos Jackson

São Paulo
2008

Para Genildo (in memoriam) e Iara

Agradecimentos

A feitura do presente trabalho contou com o apoio de instituições, professores, interlocutores e amigos, aos quais quero agradecer.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) agradeço pela concessão do auxílio financeiro que viabilizou a realização da pesquisa e também pelos pareceres fundamentados, precisos e estimulantes.

Ao Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP), agradeço pela oportunidade. Ao seu pessoal técnico-administrativo pela paciência, disposição e atenção. À Seção de Protocolo da Administração da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), nas pessoas de Etiene, Maria Luz e Natal, e ao Centro de Apoio à Pesquisa Histórica (CAPH), sou grato pela disponibilização de inestimáveis documentos arquivados.

Agradeço aos professores das disciplinas e seminários enriquecedores que cursei ao longo do mestrado: Gildo Marçal, Maria Arminda, Irene Cardoso e Sergio Miceli. Aos dois primeiros, pelo envolvimento e conselhos prestimosos. Aos dois últimos, pelas participações decisivas no exame de qualificação, que orientaram, cada uma ao seu modo, os rumos seguidos no trabalho. À Irene também sou grato pelo incentivo à idéia original da pesquisa.

Ao meu orientador, Luiz Carlos Jackson, quero agradecer de um modo especial. Verdadeiro treinador, com ele aprendi, nos encontros, conversas, leituras e indicações, uma nova forma de encarar a atividade intelectual. A ele e a Renata sou grato também pela acolhida nos momentos de dificuldades.

Aos professores Célia Quirino, Oliveiros Ferreira, Francisco Weffort e Antonio Candido, registro minha gratidão pela colaboração generosa que foram as entrevistas a mim concedidas. A Paula Beiguelman, pela inspiração e exemplo.

Agradeço aos professores e colegas que contribuíram com suas experiências, materiais e dados: Andrea Ciacchi e Claudinei Spirandeli.

De modo muito especial, quero agradecer aos amigos e familiares que se dispuseram a ler o trabalho, apresentando críticas e sugestões importantes para sua condução. À Íris e ao Fred pela convivência companheira e franca. À Dalila pela leitura fraterna e atenta.

Agradeço, também, aos amigos que, de diferentes modos, participaram do processo. À Joana, Edson, Gabriel e Raul; Eliane, Joa, Caue e Iuri, que carinhosamente me acompanharam e ajudaram a lidar com mais leveza com as urgências da vida. À Virgínia, pelo cuidado e preocupação constantes. Ao Zeca, pela audiência de minhas confissões e pelo amparo.

À minha família, sou imensamente grato por tudo. Ao meu pai, Genildo (*in memoriam*), porque me legou a utopia. À minha mãe, Iara, porque me ensinou a ver na linha emaranhada do olhar. À minha irmã, Dalila, por sempre partilhar as felicidades e angustias dessa nossa trajetória acidentada. Ao Israel e à Neuza, pelo acompanhamento, torcida e saudade. À Alice, Moche, André e Nadia, agradeço pela intimidade carinhosa com que sempre me receberam.

À Carol por todo o amor que possa ou não traduzir em palavras.

RESUMO

Tomando como referência o desenvolvimento dos estudos recentes sobre o pensamento social no Brasil, mais especificamente o debate acerca da implantação, a partir da década de 1930, das ciências sociais em São Paulo, o presente trabalho investiga a trajetória acadêmica de Paula Beiguelman, integrante da Cátedra de Política do Departamento de Sociologia e Antropologia da FFCL-USP, entre 1949 e 1969. Tal itinerário é interpretado a partir das circunstâncias que conformaram o ambiente acadêmico em alguns dos principais centros intelectuais naquele período (Rio de Janeiro, Belo Horizonte e São Paulo). As tensões entre ensaísmo e cientificismo, as disputas inerentes à institucionalização do campo acadêmico, as relações assimétricas entre os gêneros e as implicações do golpe militar de 1964 são tomados como condicionantes dessa experiência.

Palavras-chave: Cadeira de Política. Ciência Política. História intelectual. Paula Beiguelman. Pensamento social. Relações de gênero. Trajetórias.

ABSTRACT

Taking as reference the development of recent studies about social thought in Brazil, more specifically the debate about the implantation, from the decade of 1930s, of social sciences in São Paulo, the present work investigates the academic trajectory of Paula Beiguelman, a member of the Cathedra of Politics of the Sociology and Anthropology Department of the University of São Paulo, from 1949 to 1969. Her itinerary is interpreted under the circumstances that shaped the academic environment in some of its mains intellectual centers at that period (Rio de Janeiro, Belo Horizonte and São Paulo). The tensions between essayism and scientism, the disputes inherent to the institutionalization of the academic field, the asymmetric relations between the genders and the implications of military coup in 1964 are taken as conditioning factors of this experience.

Keywords: Chair of Politics. Political Science. Intellectual history. Paula Beiguelman. Social thought. Gender relations. Trajectory.

Sumário

Introdução		09
Capítulo 1	A Cátedra de Política: antecedentes políticos e institucionais	12
Capítulo 2	Projetos acadêmicos e hierarquia de disciplinas: a Cátedra de Política vista em relação à Cátedra de Sociologia I	34
Capítulo 3	Da política a ciência política: disputas pela legitimação de uma nova disciplina	53
Capítulo 4	Jogo de damas: a trajetória de Paula Beiguelman no espelho das relações de gênero	73
Considerações Finais		106
Referências		110
Anexo	Levantamento bibliográfico de Paula Beiguelman	118

INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem por objetivo interpretar a trajetória acadêmica de Paula Beiguelman, professora vinculada à Cátedra de Política da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras (FFCL) da Universidade de São Paulo (USP) entre os anos de 1949 e 1968.

Iniciamos com a apresentação de uma passagem de um texto decisivo, redigida pela autora no início de sua carreira e a partir da qual podemos compreender alguns pontos que serão desenvolvidos ao longo do trabalho:

Segundo os autores, a mão-de-obra nacional não estaria tecnicamente adestrada para executar o trabalho urbano, o que contribuía para explicar o desenvolvimento da indústria em São Paulo como resultado da imigração. Ora, o não desenvolvimento (mais especificamente da indústria têxtil) local anteriormente a 1870 deveu-se antes a condição de ordem comercial – a própria fábrica pioneira de Sorocaba, a cujo fracasso se referem os autores, chegou a funcionar por algum tempo tendo, portanto, o pessoal de que dispunha sido, inclusive, capaz de montar as máquinas importadas. Demais, embora o elemento nacional não estivesse obviamente em condições de fornecer técnicos, a indústria incipiente não exigia, em geral, habilitação do seu contingente operário, constituído em larga escala de moças e crianças de 5 anos inclusive. Se, mesmo assim, foi tão elevada a participação relativa do elemento estrangeiro (aliás, geralmente egresso da lavoura cafeeira) no artesanato e indústria de São Paulo, o problema é, a nosso ver, de outra ordem, e diz respeito à estrutura inclusiva que exigia dois tipos de trabalho: 1 – assalariado (imigrante); 2 – nacional. Quanto ao negro, que fora trabalhador quase único, sua incorporação à economia urbana em presença do imigrante apresentou – além dos problemas psicossocioculturais específicos vistos com acuidade pelos autores – aspectos análogos aos observados com referência ao brasileiro em geral. A posição desvantajosa do ex-escravo como do caboclo, face ao imigrante, não se deveu, pois, essencialmente, a motivos relacionados com habilidade profissional (Beiguelman, 1973: 162-163).

A passagem citada integra a parte final do artigo “Balanço das análises sobre o preconceito de cor no Brasil”, publicado originalmente em 1954 na *Revista de Antropologia*. Conforme indica o próprio título, trata-se de uma avaliação dos estudos realizados até então sobre a questão racial brasileira.

Já de saída, chama atenção a temática escolhida. A partir dos anos de 1950, os problemas da escravidão e do preconceito racial assumiram posição de destaque na hierarquia dos objetos abordados pelas ciências sociais nos principais centros acadêmicos do

país.¹ O trecho mencionado tinha como principal referência os resultados da pesquisa sobre “O preconceito racial em São Paulo” – coordenada oficialmente por Roger Bastide e que contou com o apoio direto de Florestan Fernandes – cujos resultados foram publicados pela primeira vez de modo fracionado na revista *Anhembi* a partir do ano de 1953 (a edição em livro sairia em 1955).

Jovem e pouco conhecida – ainda não havia publicado nenhum trabalho de fôlego –, Paula Beiguelman não apenas se lançava no debate, como também se dispunha a questionar alguns dos pressupostos das formulações de Roger Bastide e Florestan Fernandes, provavelmente os personagens mais destacados nesse momento na USP.

O episódio é revelador da atitude sempre corajosa e disposta ao enfrentamento assumida por Paula Beiguelman ao longo de sua trajetória acadêmica. Tal aspecto de sua personalidade intelectual não pode, no entanto, ser compreendido isoladamente. Assim como outras mulheres de sua geração, ao mesmo tempo em que foi favorecida pela abertura propiciada pela criação de novas carreiras universitárias, foi também posta “a prova” inúmeras vezes para afirmar sua capacidade de trabalho no interior do campo em formação das ciências sociais paulistas.

Um dos aspectos mais importantes de sua trajetória para o estudo das relações de gênero nas ciências sociais da USP foi o fato dela ter sido a única mulher a temporariamente ocupar a posição de Catedrática. Durante os anos de 1962 a 1968, quando o então catedrático de Política Lourival Gomes Machado encontrava-se afastado, foi Paula quem regeu a cadeira. Tal feito contrariou o que seria uma regra implícita do sistema de cátedras² – regra esta, aliás, que acabaria se impondo em 1968, quando Paula perde o concurso para obtenção da titularidade da Cátedra para Fernando Henrique Cardoso.

Além disso, toda sua carreira transcorreu no interior da Cadeira de Política, relacionando-se assim a um processo de legitimação disciplinar que apenas ocorreria tardiamente. De fato, na Cadeira de Política havia grande indefinição acerca do estatuto dessa especialidade, que ora era compreendida como um ramo da filosofia, ora como ramo da sociologia, e somente no final dos anos 1960 como uma disciplina autônoma, a Ciência Política.

¹ A valorização do tema da escravidão pode ser compreendida em função das discussões políticas em curso no país na época: “a emergência durante os anos de 1950 e 1960 da reforma agrária como um assunto nacional vibrante pode muito bem ter encorajado o estudo da ‘reforma de base’ precedente, a abolição da escravidão. Tanto na campanha abolicionista quanto na reforma agrária, mudanças estruturais e desenvolvimento eram, ao menos para alguns, as metas finais” (Graham, 1978, p. 431).

² A partir de sugestão de Mariza Corrêa, o regime de cátedras é aqui entendido como um sistema patriarcal (1995: 54).

A tentativa de interpretar a trajetória de Paula Beiguelman neste trabalho organiza-se, então, em quatro capítulos, que procuram contextualizar sua carreira.

O primeiro capítulo apresenta uma revisão da bibliografia corrente sobre o processo de formação das ciências sociais paulistas, procurando destacar as articulações entre as transformações sociais, as reformas da instrução pública e a criação das novas instituições de ensino superior. As diferenças entre o perfil institucional da Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP) e da FFCL – dois estabelecimentos que incorporaram as ciências sociais em São Paulo – são analisadas no intuito de delimitar os contornos inaugurais de um processo de diferenciação e autonomização disciplinar no qual a sociologia vai se constituindo como pólo mais dinâmico em relação às outras disciplinas.

O declínio institucional da ELSP transfere o centro de gravitação do processo de institucionalização para o interior da FFCL, onde a disputa entre os projetos acadêmicos e os programas de pesquisa levados a cabo por cada uma das cadeiras assume o primeiro plano. O segundo capítulo do presente trabalho aborda esse processo através da comparação entre os projetos implementados por Florestan Fernandes – à frente da Cadeira de Sociologia I – e por Lourival Gomes Machado – na chefia da Cadeira de Política –, representando pólos extremos da incipiente hierarquia disciplinar do período.

O terceiro capítulo situa a experiência paulista de consolidação da ciência política em relação à experiência em curso no eixo Belo Horizonte - Rio de Janeiro. O argumento sustentado é que a tentativa de legitimação, frente à sociologia paulista, teria levado os integrantes dessa nova geração de lideranças intelectuais a homogeneizar a produção científica de São Paulo, ignorando, assim, a Cadeira de Política – que encontrava-se então sob a liderança de Paula Beiguelman – como experiência precursora da ciência política.

Por fim, o quarto capítulo desse trabalho aborda a trajetória acadêmica e parte da obra da autora. Partindo da hipótese anunciada acima acerca da lógica patriarcal implícita na hierarquia da carreira universitária, avançamos na compreensão do percurso de Paula através da comparação ao de outras personagens destacadas no período (Gilda Rocha de Mello e Souza, Gioconda Mussolini e Maria Isaura Pereira de Queiroz).

CAPÍTULO 1 - A Cátedra de Política: antecedentes políticos e institucionais

A vertente paulista da literatura sobre a história intelectual identifica na década de 1930 as origens do processo de diferenciação e autonomização das ciências sociais no Brasil. Constituindo um marco consolidado da periodização da história política e econômica, os anos 30 também são representados como um momento de inflexão na vida cultural do país. Embora inovações e empreendimentos culturais propriamente ditos possam ser atribuídos à conjuntura de efervescência social do decênio dos 20, ainda apareciam como manifestações ocasionais, localizadas, transgressoras dos padrões estabelecidos e, portanto, de difícil assimilação mesmo para a pequena parcela instruída da população. Sob o empuxo da Revolução (1930) esses novos experimentos culturais assumem amplitude nacional, ao mesmo tempo em que têm asseguradas condições de produção, reprodução e difusão. Em outros termos, passam por processos de “unificação cultural”, de “normalização” e “rotinização” (Souza, 1987: 181-2).

A inflexão poderia ser verificada em diferentes setores: na educação pública, na produção literária e artística, no aperfeiçoamento dos meios de difusão cultural (casos do livro e do rádio) e no estudo da realidade nacional. No que diz respeito ao escopo deste trabalho, importa destacar as transformações ocorridas no setor da educação pública, principalmente as reformas que desaguaram na criação das novas instituições de ensino superior. Tais transformações constituem o principal esteio do processo de institucionalização das ciências sociais no Brasil.

O termo “institucionalização” compreende o conjunto de inovações que, mesmo de maneira nem sempre articulada, contribuiu, pouco a pouco, para a diferenciação no espaço social e para a conformação de uma região de atividades relativamente autônoma. Em outras palavras, nomeia o processo histórico por meio do qual se constitui, firma e consolida um campo de forças, dotado de estrutura, lógica e requisitos de admissão próprios (Bourdieu, 2004: 70). No caso específico do campo científico, o grau de institucionalização abrange dimensões diversas: financiamento, instituições, lideranças, comunicação, identidades, linguagens, entre outras. Mais concretamente, a existência, ou não, de instituições voltadas para a formação e o treinamento nas novas modalidades disciplinares, de praticantes que se reconheçam e se façam reconhecer como especialistas da área (profissionais, lideranças e

séquito de seguidores), de veículos específicos de intercâmbio (editoras, coleções, periódicos, livros), de uma linguagem especializada etc³.

Como vem sendo assinalado por alguns estudos, o processo não se deu de modo uniforme em todas regiões do Brasil (Miceli, 2001a: 92-93). Indiretamente, assumiu traços variados conforme o ritmo e a intensidade da industrialização e da urbanização nos estados – principalmente aqueles que, como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, tinham condições de disputar a posição dominante no plano nacional –, de seu impacto sobre a estrutura social e ocupacional local, e pelo histórico das relações de força no interior das oligarquias dirigentes (Miceli, 2001b: 89-90). Mais imediatamente, o desenvolvimento das ciências sociais esteve informado pelo “tipo de arranjo” configurado pelos praticantes dessas modalidades disciplinares, freqüentemente inseridas em empreendimentos institucionais nas áreas de ensino e produção cultural como componentes dos projetos de hegemonia política formulados pelas elites dirigentes locais. A extração social de origem, o modo de relacionamento com os mentores políticos e o grau de comprometimento com as instituições tradicionais de ensino superior – as escolas de direito, medicina e engenharia –, são apresentados como fatores que influíram mais de perto na definição do perfil intelectual dos praticantes das novas especialidades, estreitando ou alargando, conforme as diferentes combinações, sua margem de autodeterminação.

Mediante a ação conjugada dessas duas ordens de condicionamentos, o desenvolvimento das ciências sociais conheceu padrões institucionais distintos: a organização universitária ou o centro de pesquisas (Miceli, 2001a: 91-92).

A organização universitária emerge como ponto culminante da expansão e racionalização pelos quais passa o setor educacional nesse período. No bojo das propostas de reforma da instrução pública, os projetos de criação de universidades invariavelmente conferiram posição de destaque à função desempenhada pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Dedicada ao cultivo de um saber tido como desinteressado e à formação de professores para o ensino secundário, a Faculdade de Filosofia representaria o núcleo integrador da universidade. A incorporação das ciências sociais a esse contexto institucional lhes garantiria status acadêmico, ao mesmo tempo em que associaria o desenvolvimento das atividades de pesquisa ao cumprimento das tarefas de docência. Sob esse formato institucional as possibilidades de consolidação das novas modalidades disciplinares variaram de acordo

³ Sobre exemplos sintéticos de institucionalização na área de educação e ciências sociais ver, respectivamente, Cunha (1980: 196) e Blanco (2006).

com o grau de autonomia conquistado frente aos centros de poder político aos quais as universidades estiveram diretamente ligadas por vínculos administrativos e orçamentários.

Criados com objetivos marcadamente intervencionistas, os centros de pesquisa não mantinham vínculos diretos com as estruturas do ensino superior. Aparentemente, esse padrão poderia ser tomado como desdobramento possível dos institutos de pesquisas aplicadas, criados, ao menos desde o último quartel do século XIX, para fazer frente a problemas concretos, normalmente necessidades emergenciais ligadas à saúde pública ou à agricultura, e que, em alguns casos, chegaram a organizar cursos para a formação de pesquisadores em nível superior (Cunha, 1980: 192-3). O destino das ciências sociais sob este formato dependeu das oscilações de influência e interesse de patronos políticos que garantiam o fluxo de recursos para sua montagem e manutenção.

Considerados historicamente, os centros representaram uma alternativa de institucionalização justamente ali onde a organização universitária não propiciou as condições necessárias à consolidação das ciências sociais como disciplinas acadêmicas e autônomas. Em outros termos, nos casos em que, por motivos diversos, a universidade não conformou um ambiente favorável ao desempenho conjunto das atividades de ensino e pesquisa, e também não conferiu às novas modalidades disciplinares um estatuto independente – e, portanto, livre da tutela de ramos como o direito, por exemplo –, o centro de pesquisas constituiu a matriz institucional por excelência, chegando, em alguns casos, a proporcionar os meios indispensáveis ao desenvolvimento de investigações sociais – embora nem sempre sob critérios propriamente científicos – e a oferecer treinamento aos futuros pesquisadores profissionais.

I

As ciências sociais encontraram em São Paulo condições favoráveis ao seu desenvolvimento nos quadros das instituições de ensino superior criadas no início da década de 1930. Tanto a Escola Livre de Sociologia e Política (1933), quanto a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da Universidade de São Paulo (1934), constituem desdobramentos, na esfera cultural, de um processo global de modernização paulista ocorrido desde o final do século XIX.

Ainda durante a República Oligárquica, a política de valorização artificial da produção e exportação de café desencadeou um processo de substituição de importações que favoreceu o desenvolvimento do setor industrial e o crescimento dos núcleos urbanos do estado. O

rebatimento dessas transformações na estrutura social e ocupacional deu margem a uma “especialização funcional e técnica” no interior da classe dominante local, conformando uma fração de capitalistas dedicados ao ramo da produção cultural e ideológica. Fomentando um conjunto diversificado de empreendimentos – como jornais, editoras, organizações políticas e empreendimentos educacionais –, esses empresários culturais proporcionaram novas oportunidades ocupacionais e a diferenciação das carreiras (Miceli, 2001c: 17; 2001b: 89-90).

Tal diferenciação no interior da oligarquia paulista iria repercutir no plano político, inicialmente expressa em fissuras no interior do bloco dominante e, posteriormente, por meio da criação de novas organizações em disputa aberta pela hegemonia política no estado. No primeiro momento, as fissuras se manifestavam sob a forma de uma disputa em torno da única representação política oligárquica, o Partido Republicano Paulista (PRP). De um lado, posicionava-se a geração mais antiga de lideranças do partido, associados aos interesses dos proprietários rurais ligados ao circuito de exportação. Por outro, os novos quadros do partido, em sua maioria sintonizados aos interesses da fração cultural da classe dominante – os empresários culturais (dentre os quais assume posição de destaque o grupo Mesquita) e a nata dos diversos ramos profissionais (magistrados, generais, médicos, juristas, engenheiros, jornalistas, professores e estudantes das escolas tradicionais), (Miceli, 2001b: 91-2).

Conforme a disputa entre as facções políticas se acentua, o PRP vai sendo centralizado e sua direção passa ao comando exclusivo das antigas lideranças, o que, progressivamente, vai tornando mais seletivos os mecanismos de recrutamento de novos quadros para as posições de mando na estrutura interna do partido. As dissidências passam, então, a surgir com mais frequência e engrossam as fileiras da oposição ao situacionismo “perrepista”, cujo porta-voz era *O Estado de S. Paulo*, jornal “independente” controlado pelo grupo Mesquita (Limongi, 2001b: 139).

Finalmente, em 1926 a oposição reúne condições para criar outra agremiação política, o Partido Democrático (PD). Sob a plataforma de racionalizar a máquina pública – a reforma da instrução pública à frente – e da moralização do processo eleitoral – principalmente o voto secreto –, o PD professava combater os instrumentos centrais da política coronelista: as fraudes e a barganha de serviços estatais por votos.

A cisão entre essas duas forças políticas da oligarquia paulista continua até 1930, quando os dois partidos oligárquicos são desalojados do poder, tanto no plano federal quanto no estadual, pela coalizão liderada por Getúlio Vargas. Ameaçados pelas medidas adotadas a fim de cooptar suas bases de sustentação – o estímulo a agremiações como o Partido da Lavoura, o Partido Socialista, a Ação Integralista Brasileira, entre outras – os dois partidos

compõem a Frente Única em defesa da autonomia e da constitucionalização, que, em 1932, desencadeia uma insurreição armada contra o governo federal. Sem contar com a adesão das forças de outros estados, a conflagração resultou em nova derrota para a oligarquia paulista (Miceli, 2001b: 101).

Não obstante, a derrota militar trouxe como saldo a indicação, em 1933, de Armando de Salles Oliveira para o cargo de interventor de São Paulo, movimento que selou a reaproximação (ou “compromisso”) entre Vargas e a elite paulista. Por ser paulista, civil, possuir ligações com o PD e trânsito junto aos círculos dirigentes – era cunhado de Júlio de Mesquita Filho – Salles Oliveira⁴ reunia credenciais que lhe permitiram pacificar a oligarquia paulista, articular a chapa única que obteve a maioria dos votos ainda na eleição de maio do mesmo ano e fomentar as pretensões paulistas de retomar, “por outros meios”, a posição dominante no plano federal (Miceli, 2001b: 101).

“Por outros meios”, deve-se entender não apenas a costura de uma candidatura unitária – no caso, a do próprio Salles Oliveira – para as eleições então previstas para 1938, mas também o conjunto de empreendimentos culturais montados nesse momento. As iniciativas da Escola Livre de Sociologia e Política, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e da Universidade de São Paulo, e do Departamento Municipal de Cultura (1935), respondem, seja por meio da “formação livre e desinteressada”, do treinamento de técnicos, ou da produção de dados sobre a “realidade”, ao diagnóstico formulado pelas facções da classe dirigente paulista de que a marginalização política do estado fora devida à carência de uma elite em condições de idealizar e implementar um projeto de “reconstrução da nacionalidade” (Cardoso, 1982).

II

Embora constituam desdobramentos na esfera cultural de um esforço unitário pela retomada da posição hegemônica de São Paulo no plano nacional, e impensáveis sem o apoio do interventor Salles Oliveira, essas instituições não deixaram de refletir as divisões internas da oligarquia paulista. O projeto de criação da ELSP foi viabilizado por profissionais liberais (ou empresários) do Instituto de Organização Racional do Trabalho (Idort) – boa parte deles, como Roberto Simonsen, historicamente ligados ao PRP –, numa triangulação com a interventoria Salles Oliveira – então às voltas com um programa de racionalização da máquina pública – e a chamada “ala cultural” do PD, principalmente o modernista Sérgio

⁴ Na ocasião, em decorrência do exílio de Júlio de Mesquita, Armando de Salles de Oliveira era também diretor do jornal *O Estado de S. Paulo*.

Milliet – elo de ligação com Departamento Municipal de Cultura. A idéia da Universidade de São Paulo já vinha sendo sustentada desde meados de 1920 por Mesquita Filho e os chamados “educadores profissionais” – cujas lideranças mais expressivas eram Antônio Sampaio Dória, Fernando Azevedo e Lourenço Filho – como ponto culminante das propostas de reforma da instrução pública.

As diferenças quanto aos modelos institucionais adotados, aos objetivos visados, aos perfis do pessoal contratado e aos conteúdos ideológicos subjacentes aos projetos também seriam, em alguma medida, resultantes da conjunção de forças que encamparam as duas instituições de ensino superior em São Paulo.

A ELSP foi constituída como uma fundação de direito privado, apta, nos termos da legislação federal vigente, ao oferecimento de um curso “livre”, ou seja, sem pretensões de reconhecimento de privilégios ocupacionais pelo Estado⁵. Francamente inspirada nos institutos europeus e norte-americanos, a escola foi planejada como um centro de estudos e pesquisas que teria como finalidades proporcionar conhecimento científico sobre as origens, funções e necessidades da “realidade nacional” e formar uma “elite numerosa” capaz de ocupar as posições de chefia em grandes empresas privadas e, principalmente, na máquina pública. Frente ao ritmo acelerado das transformações e à ampliação das funções do Estado, o desempenho eficiente de atividades administrativas estaria, cada vez mais, dependente de competência técnica e dados objetivos sobre o meio social. Nesse sentido, a preocupação básica que orientou a criação da ELSP seria, portanto, a aplicação prática voltada para as políticas públicas.

Embora não haja certeza acerca do modelo que inspirou a criação da ELSP⁶, a contratação de norte-americanos para compor o seu quadro docente marcou decisivamente o perfil da instituição. Através das ligações de Roberto Simonsen com o cônsul-geral do Brasil em Nova Iorque, viabilizou-se a vinda de Horace B. Davis e Samuel H. Lowrie, ambos da Universidade de Columbia, que, além de ministrarem as primeiras aulas sobre materialismo histórico e antropologia cultural, realizaram as primeiras investigações acerca do padrão de

⁵ Os decretos de 1931, do Governo Provisório, reformaram o ensino superior e estabeleceram os padrões para a organização do sistema universitário em nível nacional. Sobre as modificações introduzidas pelos decretos ver especialmente Cunha (1980: 257) e Cardoso (1982: 98).

⁶ Paul Hugon aproxima a ELSP ao modelo da Escola Livre de Ciências Políticas de Paris (Hugon, 1955: 331). Jean Leca, em análise sobre a ciência política no campo intelectual francês, aponta elementos que permitem sustentar a sugestão de Hugon. Para Emile Boutmy, o fundador da Escola de Ciências Políticas, mais que ciências, as “ciências políticas” seriam “ciências de Estado”: “Destinadas essencialmente à formação dos altos funcionários, elas reúnem os conhecimentos políticos, administrativos, diplomáticos, econômicos e financeiros necessários à estes homens práticos e exigem ensinamentos de caráter abertamente prático e profissional” (Leca, 1982: 388-9). Sobre a presença desses mesmos princípios no projeto da ELSP ver Limongi (2001a).

vida dos operários paulistas e assistência filantrópica. O caráter empírico e aplicado do modelo norte-americano de ciências sociais convergia com os fins intervencionistas da ELSP, o que, mais adiante, permitiria a construção de uma corrente tanto no sentido norte-sul – cientistas norte-americanos vindo pesquisar no Brasil –, quanto sul-norte – graduados brasileiros indo fazer pós-graduação nas universidades dos Estados Unidos⁷.

A criação da Universidade de São Paulo resultou de disputas que consagraram, com algumas variações, o padrão de organização definida pelo Estatuto das Universidades Brasileiras. Não obstante, por ser uma iniciativa de maior envergadura e abrangendo mais áreas do saber, teve que contar com a subvenção dos cofres públicos, mantendo, desde o início, laços administrativos e orçamentários com o Governo Estadual. Sua montagem se deu por meio da agregação das escolas superiores já existentes, de alguns institutos, da transformação do Instituto de Educação (antigo Caetano de Campos) em Faculdade e da criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras⁸.

Enquanto a Faculdade de Educação foi idealizada com a atribuição de formar professores para o nível secundário de ensino, a Faculdade de Filosofia era então concebida como núcleo integrador da organização universitária, sem a qual as demais escolas, por seu “caráter profissionalizante”, não lograriam realizar a função superior da instituição: a formação de uma elite intelectual capacitada para projetar um plano de desenvolvimento nacional e de recuperação do poder político por São Paulo. Daí porque lhe foram inicialmente designadas as atribuições de “cultivo da cultura livre e desinteressada” (sem preocupações práticas), de reunir todas as cadeiras dedicadas à atividade de pesquisa básica, e de oferecer aos estudantes das demais habilitações um curso básico preparatório a todos os outros (Cardoso, 1982: 156).

Tal projeto universitário foi fortemente influenciado pelo modelo intelectual francês e a posição de destaque que nele ocupa a reflexão e especulação de caráter filosófico. Não obstante a cultura francesa – sob a forma das roupas, dos costumes, da língua e das idéias – apareça como algo evidente nos altos círculos da sociedade brasileira, ao menos desde o

⁷ É importante lembrar que, na ELSP, o curso foi organizado para período parcial. O que, por ampliar o espaço social de recrutamento da clientela, também influenciaria a conformação do perfil institucional. A possibilidade de compatibilizar estudos e trabalho significou a oportunidade de aquisição do diploma de ensino superior por estratos sociais que, de antemão, estavam excluídos de frequentar os cursos de regime integral oferecidos pelas escolas tradicionais - Direito, Engenharia e Medicina.

⁸ As escolas foram: Faculdade de Direito, Escola Politécnica, Faculdade de Farmácia e Odontologia, Faculdade de Medicina, Escola Superior de Agricultura e Escola de Veterinária. Já os institutos: Instituto de Biologia, Instituto de Higiene, Instituto Butantã, Instituto de Pesquisas Tecnológicas, Instituto de Radium, Instituto Agrônomo de Campinas, Observatório Astronômico e Geofísico, e Museu de Arqueologia, História e Etnografia (Museu do Ipiranga).

século XIX, as atividades desenvolvidas na cidade de São Paulo pelo *Comitê Franco-Amérique* durante os primeiros anos do século XX, na figura do médico e também psicólogo Georges Dumas, com destaque para a criação – com o apoio da facção Mesquita e do grupo de profissionais da educação – do Instituto Franco-Brasileiro (1925), que patrocinou a vinda de intelectuais franceses para a realização de seminários e conferências – acabaria se mostrando determinante para o perfil institucional da universidade⁹.

Foi o que ocorreu quando, por exemplo, Júlio de Mesquita Filho encarregou Teodoro Ramos, docente na Escola Politécnica, de viajar para a Europa a fim de contratar professores para compor o quadro da FFCL nas áreas de ciências exatas (Física e Matemática), naturais (Botânica, Química e Zoologia) e “humanidades” (Filosofia, Ciências “Humanas” e Letras). Para cada uma delas, Ramos acertaria, respectivamente, a vinda de comissões de professores italianos, alemães e franceses, além de um português e outro espanhol. A relação de intercâmbio mantida com a fração cultural da oligarquia paulista possibilitou a Gerges Dumas indicar “ditatorialmente” os nomes dos franceses que integrariam a missão¹⁰.

Cabe sublinhar, portanto, que a criação da ELSP e da USP não resultou de nenhum tipo de mobilização popular. Ao contrário, tais organizações acadêmicas foram viabilizadas por arranjos políticos no interior das elites dirigentes, conforme descrito até aqui. Se, posteriormente, o desenvolvimento dessas instituições implicou certo nível de democratização, isso ocorreu pela intervenção de fatores não previstos que fizeram com que, menos ou mais acentuadamente, ambas se afastassem da “missão” idealizada pelos seus mentores, direcionando-as para objetivos acadêmicos e apenas indiretamente políticos.

No caso da ELSP, duas razões principais estiveram relacionadas com o redirecionamento de seus objetivos. Em primeiro lugar, a derrocada da candidatura presidencial de Salles Oliveira – e o fortalecimento de Getúlio Vargas no poder federal¹¹ – implicou o enfraquecimento do grupo político que, em última instância, sustentava essa instituição e, conseqüentemente, do projeto que tinham em vista. Em segundo lugar, está a contratação de Donald Pierson viabilizada pelo financiamento do Instituto de Antropologia Social da Smithsonian Institution. Formado pelo Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade de Chicago – centro irradiador do movimento de afirmação das ciências

⁹ Quanto à influência francesa no projeto de criação da USP ver especialmente Limongi (2001b: 175) e Peixoto (2001: 497).

¹⁰ Vieram para São Paulo, inicialmente, Etienne Borne e Jean Maugüé (Filosofia), Paul-Arbusse Bastide e Claude Levi-Strauss (Sociologia), Pierre Deffontaines e Pierre Monbeig (Geografia), Émile Coornaert e Fernand Braudel (História), François Perroux (Economia), Alfred Bonzon, Pierre Hourcad e Robert Garric (Língua e Literatura francesas).

¹¹ Em 10 de novembro de 1937, antes, portanto, da realização das eleições prevista para 1938, ocorre o golpe de Estado.

sociais nos EUA –, Pierson introduziria modificações nos objetivos e na agenda de pesquisas da Escola que a transformariam, ao menos inicialmente, no núcleo mais dinâmico do processo de institucionalização das ciências sociais em São Paulo (Limongi, 2001a: 263).

No caso da USP e, em especial, da FFCL, o “desencontro” entre o projeto idealizado pela fração cultural da classe dominante (o grupo Mesquita e os educadores profissionais) e o rumo efetivamente assumido, se deu por razões mais indiretas.

Contrariamente ao esperado, já no segundo ano de funcionamento da Faculdade, a procura pelos cursos oferecidos não era nem de perto condizente ao esforço requerido pelo empreendimento. Aparentemente, o público – em sua maioria membros da alta sociedade paulistana –, atraído pelas aulas e conferências proferidas pelos docentes estrangeiros, não se mostrava disposto a integrar formalmente os novos cursos e, com isso, se submeter aos critérios específicos de conduta e avaliação. Além disso, os herdeiros da elite paulista, que compunham a clientela tradicional dos estabelecimentos de ensino superior, continuavam afluindo aos bancos das chamadas “escolas profissionais” – principalmente a Faculdade de Direito –, as quais, pelos privilégios ainda associados aos seus títulos, ofereciam melhores condições para pleitear as mais prestigiosas posições das carreiras jurídica, política e literária.

Visando solucionar o problema da falta de estudantes, foi criada por Fernando de Azevedo a figura dos comissionados: professores primários, então inscritos no curso normal do Instituto de Educação, dispensados de suas atividades docentes nas escolas da rede pública, sem perda de remuneração, que passaram a integrar os cursos oferecidos pela FFCL. A medida teve êxito e obteve um número suficiente de inscrições para o preenchimento das vagas e garantir o funcionamento regular dos cursos.

As chances proporcionadas por estas novas habilitações, somadas a alteração no padrão de seleção introduzida pelo regime de comissionamento e pela concessão de várias modalidades de bolsas, ampliou os limites do espaço social em que, até então, vinha se dando o recrutamento para o nível superior de ensino. O acesso à formação cultural e escolar, com direito a titulação para professor do nível secundário de ensino e novas carreiras acadêmicas, atraiu tanto jovens provindos das camadas médias em ascensão, quanto oriundos da fração dos proprietários rurais em rota de declínio. Paradoxalmente, as transformações sociais em andamento no período fizeram com que as novas carreiras científicas servissem como “canal de mobilidade social ascendente” para uns e como “abrigo” do empobrecimento para outros. Não obstante, o expressivo contingente de mulheres, de professores primários e de

descendentes de imigrantes aparece como característica marcante e decisiva para o direcionamento acadêmico tomado pela instituição¹².

A trajetória de Paula Beiguelman, que será discutida com maior profundidade no quarto capítulo deste trabalho, é tão emblemática nesse contexto como a de outros personagens centrais das décadas de formação das ciências sociais paulistas. Como ocorreu com Florestan Fernandes, obstáculos sociais enfrentados – no caso dela, associados não apenas posse desfavorável de capital social, mas também à sua condição feminina – seriam, paradoxalmente, determinantes para as conquistas que logrou em sua trajetória acadêmica. A compreensão da importância do programa de pesquisas que concebeu nos anos de 1960, bem como a de sua obra, deve, pois, levar esses aspectos em consideração.

III

As diferenças entre o perfil institucional da ELSP e da FFCL – dois estabelecimentos que fixaram as “ciências sociais” em São Paulo – acabariam acarretando também divergências acadêmicas, não raro sobrepostas por disputas de ordem orçamentária e política. Essas oposições definiram os contornos inaugurais de um processo de diferenciação e autonomização disciplinar no qual a sociologia era inicialmente o eixo. Posteriormente, antropologia e “política” (a designação “ciência política” apenas se generalizou em meados de 1960) foram incorporadas, não sem conflitos, ao rol de disciplinas que a partir dos anos de 1970 comporiam as “ciências sociais”. Tal processo foi animado pelo conjunto multifacetado de esforços despendidos no sentido de se estabelecer um padrão de trabalho intelectual orientado pelos princípios de profissionalismo e cientificidade.

Neste quesito, as iniciativas implementadas sob a liderança de Donald Pierson projetariam a ELSP ao primeiro plano. Dispondo do amparo financeiro da Smithsonian Institution, da margem operacional oferecida por uma instituição maleável (departamento), da contribuição de outros professores estrangeiros sintonizados com a perspectiva teórica de matriz norte-americana, Pierson reunia condições para concretizar o projeto acadêmico de treinar sociólogos profissionais com ênfase em pesquisa empírica.

Um desses professores foi o alemão Emilio Willems, que criou, em 1939, em conjunto com Romano Barreto, *Sociologia*, a primeira revista acadêmica especializada em ciências sociais no Brasil. Através da revista houve aproximação com Pierson, que o convidaria para lecionar na seção de pós-graduação que criou em 1941. Além de implicar reformulação da

¹² Sobre o perfil e mecanismos de recrutamento da clientela da USP ver especialmente Limongi (2001b: 206).

carreira – introduziu o mestrado como a etapa preliminar –, essa inovação permitiu a associação das atividades de ensino ao treinamento em pesquisa orientado pelas seguintes linhas de investigação: “estudos de comunidades”, “assimilação e aculturação”, e “etnologia brasileira”. Pierson era responsável pela primeira, Willems pela segunda e Herbert Baldus – outro alemão – pela terceira. Considerado um momento central na formação dos alunos, o trabalho em campo realizado por equipes de pesquisadores focados nos mesmos temas e dirigidos segundo abordagens comuns, acabaria, mais adiante, se convertendo numa estratégia recorrente para a consecução e o sucesso dos projetos acadêmicos (Limongi, 2001a: 264).

Certamente, a implantação destas iniciativas foi beneficiada pelo consenso teórico entre Willems e Pierson em torno da concepção científica propagada pela chamada “Escola Sociológica de Chicago”. Seguindo o exemplo “bem sucedido” das ciências naturais, esta concepção toma o fenômeno social como “produto” da interação de forças “naturais”. Desde que observado de maneira imparcial e objetiva, qualquer fenômeno social seria sujeito à descrição, análise e explicação científicas. A reconstituição da “realidade objetiva” por um observador treinado nos procedimentos do método científico assentaria uma base segura para a acumulação dos dados concretos indispensáveis à produção de teorias passíveis de verificação empírica. Nesses termos, a elaboração teórica segundo tais critérios constituiria a principal diferença entre a sociológica propriamente científica e as outras abordagens – senso comum, filosofia social ou pensamento social, por exemplo –, tidas como incapazes de submeter suas conclusões à “verificação no mundo real” (Limongi, 2001a: 266-7).

Ora, ao eleger a investigação empírica ancorada no método científico como o “divisor de águas” do desenvolvimento histórico das ciências sociais, Pierson forneceu aquilo que se converteria no *leitmotiv* mais utilizado pela nova categoria de cientistas profissionais para delimitar fronteiras disciplinares e, ao mesmo tempo, desqualificar as agendas de pesquisa de grupos rivais.

No que se refere à delimitação de fronteiras, a consolidação desta concepção científica produziria o efeito de excluir toda sorte de intelectuais polígrafos, pensadores de tempo parcial, desprovidos de treinamento especializado – bacharéis, políticos e literatos –, do debate interno ao ambiente acadêmico em formação. Assim, a ELSP constitui o local a partir do qual vai se estabelecendo um padrão de trabalho intelectual, que, garantidos os meios de assimilação por treinamento em pesquisa, instaura progressivamente um fosso entre aqueles reconhecidos como “sociólogos” e os “amadores”. Paralelamente, embora de maneira menos uniforme, também começam a perder terreno no meio acadêmico os tradicionais gêneros intelectuais: o romance e o ensaio, entre outros.

Quanto à desqualificação das agendas rivais, o alvo direto era o modelo representado pela FFCL. Da perspectiva do grupo da ELSP, o modo de conceber ensino e pesquisa daquela instituição aparecia como reflexo pálido e distorcido do que qualificavam como “científico”. Não reconheciam nos trabalhos produzidos sob a guarida da faculdade ênfase na pesquisa empírica, mas sim precedência de uma abordagem especulativa equivalente ao período “pré-científico” das ciências sociais. Por não priorizar a análise efetiva dos fenômenos sociais e sim a assimilação do arcabouço conceitual da disciplina por meio da história das idéias sociológicas, o ensino poderia formar professores voltados às atividades de reprodução e transmissão de conhecimento, mas não estaria em condições de proporcionar uma preparação adequada ao desempenho das atividades de pesquisa e produção de conhecimento científico original. Que o Curso de Ciências Sociais e Políticas oferecido na USP contasse somente com a possibilidade de titulação sob o formato do doutoramento – que era, sobretudo, uma “prova de erudição” – sem a orientação sistemática necessária à realização da pesquisa e deixando-a, em última instância, depender da iniciativa dos próprios estudantes, seria apenas mais uma das deficiências do modelo (Jackson, 2003: 27).

Sob as lentes do grupo da ELSP, portanto, a Faculdade representava a imagem invertida do modelo científico de ciências sociais que se deveria implementar. Considerada em si mesma, não seria verdadeira nem falsa. De qualquer maneira, indicava mais a respeito de quem a formulou do que sobre o modelo representado. Tomando alguma distância da perspectiva assumida pelos pesquisadores associados à Escola, parece evidente que a construção de uma imagem homogênea, uniforme e coerente da instituição rival provocava o “duplo efeito” de, por um lado, reforçar a integração interna ao grupo – pela oposição a um inimigo comum – e, de outro, legitimar o projeto acadêmico e o programa de pesquisa junto aos círculos intelectuais e aos centros de decisão política.

Esta percepção ganha uma maior nitidez quando o outro lado da relação passa a ser objeto de apreciação. Torna-se, então, perceptível que, sem que esteja totalmente equivocada, a caracterização feita pelo grupo da ELSP, por não levar em conta as heterogeneidades, descontinuidades e contradições internas à Faculdade, acabava conduzindo a uma apresentação bastante estereotipada, necessária para levar à ação o grupo.

Conforme já foi mencionado, apesar das posições divergentes em relação ao tema, prevaleceu, na Universidade de São Paulo, a organização tradicional dos estabelecimentos de ensino superior no Brasil, ratificada pelo Estatuto das Universidades, que a subdividia em Faculdades. Estas, por sua vez, eram compostas por cátedras, que correspondiam, cada qual, a uma área do saber. A reunião das cátedras configurava a série e a sua disposição em seqüência

conformava o curso propriamente dito. A hierarquia da carreira docente era, com algumas variações, composta pelas posições de auxiliar de ensino, professor assistente (primeiro e segundo), livre-docente e, finalmente, a chefia de cátedra.

A cátedra permitia ao seu titular, aprovado em “concurso de títulos”, indicar livremente seus subordinados e ocupar as posições de mando na hierarquia universitária. Além disso, após dez anos de exercício, garantia ao seu titular as prerrogativas de vitaliciedade e inamovibilidade – exceto em caso de aposentadoria, renúncia ou morte. Os auxiliares de ensino, professores-assistentes e livre-docentes desempenhavam as atividades de ensino e pesquisa de acordo com a designação do catedrático, que também poderia demiti-los conforme a própria vontade. Por outro lado, embora o “despotismo de cátedra” acabasse imperando como regra, não se deve subestimar alguma margem de manobra que restava aos assistentes, sobretudo aos mais prestigiosos, que podiam buscar uma posição mais favorável em outra cadeira.¹³

O sistema de cátedras implicava em certo enrijecimento da carreira, sobretudo em relação à possibilidade de se atingir a posição mais alta da hierarquia acadêmica. Em decorrência disso, a competição se tornava muito acirrada. Cabe destacar ainda, segundo uma sugestão de Mariza Côrrea, (1995: 54), o caráter “patriarcal” dessa estrutura (embora não formalizado), que, na prática, bloqueava, quase totalmente, a possibilidade de uma mulher vencer um concurso de cátedra. Paula Beiguelman chegou muito perto disso na Cadeira de Política, porque era candidata “natural” – a não ser pelo fato de ser uma mulher –, uma vez que estava à frente dessa cadeira desde 1962, quando Lourival Gomes Machado se afastou. Como mencionado anteriormente, entretanto, o desfecho do concurso ocorrido em 1968 foi desfavorável a ela, o que deve ser compreendido considerando-se também o fato de seu oponente – Fernando Henrique Cardoso – ser homem, além de ser um dos intelectuais mais destacados de São Paulo na época, tanto por pertencer ao grupo de Florestan Fernandes, quanto em função de sua consagração internacional já na década de 1960.

Se, por um lado, a organização universitária atrelava a Faculdade de Filosofia a uma armação institucional idêntica a dos estabelecimentos tradicionais de ensino superior, por outro, a intervenção de docentes “moldados nas regras e costumes da competição acadêmica européia” infundiria um sentido diverso ao seu funcionamento (Miceli, 2001a: 102).

Na área de ciências sociais, em especial, a contribuição francesa na montagem dos cursos da Faculdade significaria uma ruptura com a mentalidade jurídica dominante nos

¹³ Sobre o regime de cátedras ver Cunha (1980: 262).

meios intelectuais brasileiros. Sem desconsiderar sua herança filosofante, importa realçar a influência do racionalismo científico subjacente ao modelo intelectual francês para a compreensão da orientação adotada pelos mestres estrangeiros no desempenho das atividades didáticas. O “desencontro” entre a cultura acadêmica européia e a mentalidade intelectual local reforçaria nos professores franceses, especialmente em Roger Bastide, a percepção negativa do alheamento dos brasileiros ante sua própria realidade (Garcia, 2002: 72). Confrontados com o caráter diletante, generalista e pouco sistemático de uma cultura que operava mais como marcador social do que como instrumento de conhecimento, os mestres estrangeiros concentrariam esforços no objetivo de radicar na Faculdade um “elenco de exigências, critérios e procedimentos acadêmicos de avaliação, titulação e promoção” (Miceli, 2001a: 102), e de direcionar os estudantes para a investigação da sua própria sociedade.

O diagnóstico consensual e a orientação comum não impediram, no entanto, que a conduta de cada integrante da missão francesa fosse matizada por diferenças de ordem profissional, política e teórica. Expressas como divergências acerca das concepções de ensino e pesquisa, tais diferenças chegariam mesmo a interferir no perfil institucional da Faculdade.

No caso do Curso de Ciências Sociais e Políticas, durante a sua primeira década de funcionamento, a organização do curso e a orientação dos programas nas duas cadeiras de sociologia estiveram relacionadas ao confronto entre as posições de Paul-Arbousse Bastide – então regente da primeira cadeira – e as de Claude Lévi-Strauss – regente da segunda. Adepto das “diretrizes gerais” da revista *L'Année Sociologique* – veículo de irradiação da abordagem teórica “durkheimiana” –, Paul-Arbousse elaborara um programa em que, no primeiro ano, os alunos cursavam “sociologia geral”, e, ao longo do segundo e terceiro, “sociologias especiais”, além de outras “disciplinas auxiliares” à formação em ciências sociais. Criticando a concepção de sociologia como “método universal” implícita ao programa, Lévi-Strauss defendia a fusão de sociologia e etnologia numa só disciplina que teria como objetivo estudar os “modos de vida das coletividades humanas” (USP, 1953).

O embate fortaleceu a posição de Paul-Arbousse e Lévi Strauss acabaria afastado no final de 1937. Pesou favoravelmente ao primeiro a relação de confiança com George Dumas – de quem, aliás, era primo –, a maior proximidade ao círculo político do grupo Mesquita e a sintonia fina com o espírito do projeto de criação da USP. Por outro lado, o envolvimento político de Lévi-Strauss – escreveu artigo e discursou na sede do *Estado de S. Paulo* – em prol da Frente Popular contra o fascismo, o tornou alvo do patrulhamento anticomunista

promovido justamente pelos mentores da Faculdade, que, nesse momento, ainda mantinham relação de “compromisso” político com o governo provisório de Getúlio Vargas¹⁴.

A vaga deixada pelo afastamento de Lévi-Strauss foi preenchida com a contratação, em 1938, de Roger Bastide, que, aliás, já tinha travado conhecimento com o “homônimo” Paul-Arbousse em 1919 na cidade de Strasburg, por ocasião de um curso preparatório para os exames da *École Normal Supérieure* (Peixoto, 2000: 22). Embora Roger Bastide estivesse mais próximo da posição teórica de Lévi-Strauss, não assumiu uma postura de enfrentamento. Longe disto, seguiu a orientação definida pelo programa, passando a ministrar “sociologias especiais” e, posteriormente, “sociologia geral” (USP, 1953). Através da atitude conciliadora, Roger Bastide introduziria os estudantes na análise da cultura, como demonstram os temas abordados em seus cursos: “sociologia estética”, “sociologia e psicanálise”, “sociologia dos mitos”, entre outros.

Mais que disputas pessoais, portanto, as divergências evidenciam a transposição para São Paulo de uma tensão que, durante a década de 1930, cindiu o meio intelectual francês em dois pólos: de um lado, controlando as principais instâncias de consagração acadêmica, os “durkheimianos”, de outro, procurando afirmação por fora do *establishment*, a chamada “geração da recusa”. O alinhamento teórico representado por Paul-Arbousse ensejaria uma abordagem da sociologia pelo ângulo metodológico e conceitual, ainda muito próxima da filosofia e menos afeita à pesquisa empírica. Já Roger Bastide, influenciado pelo “clima de exotismo” criado pelas expedições francesas, canalizaria o interesse despertado pelo contato com a realidade local para o tratamento científico de diferentes manifestações culturais. Curiosamente, as disposições intelectuais incorporadas pelos dois mestres franceses os levariam a assumir, no meio acadêmico paulista, posições correspondentes àquelas ocupadas pelos “durkheimianos” e seus contestadores na França: Paul-Arbousse situando-se no *establishment* e Roger Bastide voltando-se para fora. Propenso ao desempenho das atividades docentes e à sociologia de gabinete, Paul-Arbousse esteve constantemente dividido entre os encargos acadêmicos, a intermediação entre professores estrangeiros e os mentores da universidade, e o cumprimento de missões oficiais – como demonstram os períodos de licença a serviço da embaixada francesa no Rio de Janeiro (USP, 1953: 669). Roger Bastide, por sua vez, compatibilizando atividade docente, crítica jornalística e viagens pelo país – notadamente para as cidades históricas de Minas Gerais e Bahia –, pôde refletir sobre temas fundamentais para a compreensão da sociedade brasileira – literatura, artes plásticas, relações raciais,

¹⁴ O compromisso visava garantir a candidatura de Salles de Oliveira a presidente nas eleições previstas para 1938. Sobre as perseguições à Lévi-Strauss ver especialmente Cardoso (1982: 182) e Witter (2006: 40).

folclore –, e desempenhar um papel decisivo não apenas nos meios acadêmicos, mas também no cenário cultural paulista como um todo. Não por acaso, enquanto a influência de Paul-Arbousse pareceu se ater aos limites institucionais, ficando, portanto, associada ao tipo de autoridade temporal que exerceu, a notoriedade obtida por Roger Bastide, sendo ao mesmo tempo uma “propriedade” acadêmica e cultural, não conheceu as mesmas restrições, marcando profundamente a trajetória de seus estudantes – Maria Isaura Pereira de Queiroz, Gilda de Mello e Souza, Antonio Candido e Florestan Fernandes – e convertendo-o em interlocutor dos expoentes do movimento modernista – especialmente Mário de Andrade e Sérgio Milliet.

Ao contrário das duas cadeiras de sociologia, que, não obstante as diferenças entre os mestres franceses, representaram núcleos irradiadores de uma nova “atitude cognitiva”, as demais cátedras do Curso de Ciências Sociais e Políticas romperam de maneira menos acentuada com os padrões intelectuais da República Oligárquica. Além daquelas já mencionadas anteriormente, compunham ainda a área de ciências sociais as cadeiras de Sociologia Educacional, chefiada por Fernando de Azevedo, e de Direito Político, cujo primeiro regente (1936-7) foi Antônio Sampaio Dória (USP, 1953: 669).

Ambos eram expoentes do grupo de educadores profissionais que, ao lado da facção Mesquita, encabeçou o movimento de reformas da instrução pública e de criação da USP. Sucessivamente bacharel em direito pela Faculdade de Direito de São Paulo (1908), catedrático de Psicologia, Pedagogia e Educação Cívica na antiga Escola Normal da Praça (1914), diretor-geral de Instrução Pública de São Paulo (1920), catedrático de Direito Constitucional na Faculdade de Direito (1925), um dos donos do Liceu Nacional Rio Branco (1927) e professor de psicologia junto ao Colégio Universitário (1934), Sampaio Dória enquadrava-se mais no perfil “anfíbio” típico de um “estado indiferenciado” da esfera intelectual, que no padrão do acadêmico “puro” produzido pelas novas instituições de ensino superior. Este também era o caso de Fernando de Azevedo, que, tendo sido ex-seminarista, bacharel em direito pela Faculdade de Direito de São Paulo, professor de latim e literatura no Ginásio do Estado de Belo Horizonte (1916) e também na Escola Normal de São Paulo, redator e crítico literário pelo *O Estado de S. Paulo* (1923), diretor-geral de Instrução Pública do Distrito Federal (1926-30) e de São Paulo (1933), se autodefinia como um “político da educação”.¹⁵

¹⁵ As informações sobre as trajetórias de Antônio Sampaio Dória e Fernando de Azevedo foram colhidas em Limongi (2001b: 165-6), Miceli (2001b: 108-9) e Pulici (2004: 21).

Aparentemente a existência das cadeiras de Direito Político e Sociologia Educacional estaria relacionada a óbices internos e externos à universidade: de um lado, o receio das faculdades mais antigas de perderem poder com a criação das mais novas e, de outro, as turbulências provocadas pelas variações na conjuntura política.

Estranhamente intitulada como “Direito Político” e não, como de costume nos cursos jurídicos, “Direito Público”, a criação da cadeira parece relacionada à função integradora atribuída pelos mentores à Faculdade de Filosofia. A suposição encontra respaldo na informação de que os fundadores pretendiam unificar o ensino universitário dotando cadeiras de faculdades diferentes do “mesmo professor” e de “programas paralelos” (USP, 1953: 668). Posto que tais pretensões integradoras não lograram sucesso, não seria exagerado sustentar que a introdução, na área de ciências sociais, de uma cadeira em tudo vinculada ao universo jurídico, tenha operado, ao menos inicialmente, como forma de legitimar junto à Faculdade de Direito a existência da Faculdade de Filosofia – importa frisar que, nesse momento, a FFCL sofria ameaça de fechamento pela carência de alunos.

Nesse sentido, não surpreende que, nos dois anos à frente da cadeira de Direito Político, Sampaio Dória tenha lecionado Direito Constitucional e Administrativo. Em 1938, provavelmente em decorrência de seu envolvimento com manifestações contrárias ao Estado Novo, Sampaio Dória foi punido com aposentadoria compulsória¹⁶. Para substituí-lo foram designados para reger a cadeira, durante 1938, Roger Bastide e Pierre Fromont – outro integrante da missão francesa – que desenvolveriam cursos separados: Fromont, seguindo a inspiração “original” da cadeira, lecionaria Direito Financeiro, enquanto Bastide abordaria o “problema da soberania” sob as perspectivas teóricas institucionalista e sociológica. No interregno de 1939 a 41, seriam nomeados para a cadeira, sucessivamente, Leopoldo Aires e Luiz de Abreu, que ministrariam cursos voltados para a filosofia jurídica e política de “filiação tomista”. Considerando que ambos integravam os quadros da Igreja Católica – eram padres – e que Leopoldo Aires colaborava assiduamente como colunista do jornal *A Manhã* – alinhado ao Estado Novo –, parece plausível tomar tais contratações como possíveis retaliações associadas às mudanças na conjuntura política¹⁷.

¹⁶ Embora não seja possível afirmar com certeza que a saída de Lévi-Strauss decorreu diretamente de suas convicções políticas, certamente esse episódio teve alguma relevância para a decisão de afastá-lo. Levando-se em conta também o afastamento de Sampaio Dória, mesmo que sua importância para a consolidação das novas habilitações disciplinares não tenha sido relevante, tais fatos indicam que a USP sofreu intervenções políticas desde cedo e que, portanto, devemos matizar a idéia de sua invulnerabilidade frente às constrições políticas externas.

¹⁷ Com o golpe, Getúlio Vargas nomeia como interventor em São Paulo Ademar de Barros.

Já a criação da Cadeira de Sociologia Educacional estaria relacionada às dificuldades enfrentadas para consolidar a Faculdade de Educação, que acabaria sendo extinta em 1938 por decreto da interventoria de Ademar de Barros (Pulici, 2004: 22-3). Sua existência paralela ao Instituto de Educação indica que, além de iniciar os alunos da FFCL nos rudimentos da atividade de ensino – oferecia o curso de didática (USP, 1953: 653) –, a cadeira objetivava proporcionar suporte institucional oficial às movimentações de Fernando de Azevedo perante o Conselho Universitário.

Não obstante as circunstâncias de origem, nem tudo na Cadeira de Sociologia Educacional se adequava ao perfil intelectual típico da República Oligárquica. A cátedra também contou com a colaboração de Emilio Willems¹⁸, que, na qualidade de assistente livre-docente, era o responsável por ministrar os seminários dos cursos de Fernando de Azevedo. O trabalho de assistente surge como via pela qual Willems galgaria postos mais elevados na hierarquia da FFCL.

A apresentação algo sucinta da fase inicial de estruturação institucional da área de ciências sociais nos quadros da USP permite relativizar a imagem construída por adversários e defensores do projeto da FFCL. Seja em decorrência da exacerbação das oposições binárias operantes no calor dos enfrentamentos, seja pelo apaziguamento produzido por uma perspectiva já distanciada, tanto uns quanto outros tendem facilmente à elaboração de imagens destituídas de matizes, contradições e heterogeneidades dos pólos em disputa. Nesse sentido, para uma visada mais de perto, nem a FFCL estaria irremediavelmente comprometida com uma concepção “pré-científica” de ensino e pesquisa, nem a ELSP restrita ao empirismo ingênuo. Existiriam entre as duas instituições algumas mediações que, mais adiante, trariam conseqüências significativas para o modo de afirmação das ciências sociais em São Paulo.

Entre os anos de 1941 e 1942, a ditadura Vargas implementaria modificações no sistema de ensino superior que tornariam a recém-criada Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil – sediada na cidade do Rio Janeiro – em padrão a ser seguido por todas as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras do país. O ajuste da FFCL-USP ao padrão federal implicou, especialmente para Curso de Ciências Sociais e Políticas, em algumas alterações relevantes. Ao final do processo, a segunda cadeira de Sociologia, ocupada por

¹⁸ Nascido em 1905 na Alemanha, Willems aportou no Brasil em 1931. “Dirigindo-se inicialmente para Brusque (SC), lecionou num colégio de padres, ao mesmo tempo em que coligiu dados para a sua pesquisa sobre aculturação dos alemães, que daria origem aos livros *Assimilação e populações marginais no Brasil* (1940) e *Aculturação dos Alemães no Brasil* (1946). Após dois anos no Paraná (1934-36), radicou-se em São Paulo, lecionando no Liceu Rio Branco até 1941. Nesse interim, foi aprovado em concurso no Instituto de Educação, ganhando a livre-docência em 1937, sendo nomeado assistente no ano seguinte” (Jackson, 2003: 25). Provavelmente, o contato com os profissionais da educação no Liceu Rio Branco – de propriedade de Antônio Sampaio Dória –, lhe serviu como acesso aos quadros da Faculdade de Filosofia da USP.

Roger Bastide, passou a ser denominada Cadeira de Sociologia (I); a Cadeira de Sociologia Educacional foi transformada em Cadeira de Sociologia (II) e mantida sob a chefia de Fernando de Azevedo; a Cadeira de Direito Político foi transformada em Cadeira de Política, sendo Paul-Arbousse designado para assumi-la; e, finalmente, foi criada, a partir do desmembramento da antiga Cadeira de Etnografia Brasileira e Língua Tupi-Guarani da seção de Letras – chefiada pelo engenheiro de formação Plínio Ayrosa –, a Cadeira de Antropologia, cujo primeiro catedrático foi Emilio Willems.

Em que pese ter sido diretamente motivada por uma medida educacional autoritária¹⁹, o rearranjo organizacional da FFCL-USP trouxe efeitos benéficos para o desenvolvimento das ciências sociais. Como os títulos já evidenciam, a introdução da nova divisão didático-científica entre as cadeiras se adequava sobremaneira ao estado de diferenciação encontrado no meio acadêmico neste período. Mesmo que, de um ponto de vista objetivo, tal processo estivesse ancorado em recortes temáticos e distinções teóricas, os termos designativos das cadeiras – “Sociologia”, “Antropologia” e “Política” –, mais próximos de um estágio avançado de autonomização, constituem indícios da progressiva delimitação das fronteiras disciplinares e de seu caráter contingente. A nomeação permaneceu até o final da década de 1960, quando um conjunto de mudanças que incluiu a reforma universitária na USP, a criação dos programas de pós-graduação no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) e no Museu Nacional, a expansão dos sistemas de ensino superior e de pesquisa – nacionalização da pós-graduação –, consolidariam uma configuração mais equilibrada das especialidades acadêmicas no interior das ciências sociais (Jackson, 2007: 117).

Novamente, importa ressaltar que isto não se deu de maneira uniforme. Deixando de lado a sociologia, que, como visto, estava na linha de frente do processo de afirmação disciplinar, a própria adoção do termo anglo-saxão – de preferência ao francês (etnologia) – sugere uma inserção soberana da antropologia no ambiente acadêmico, aparecendo mais como um domínio autônomo do saber e menos como ramo “especial” da sociologia²⁰. A alteração de “Cadeira de Direito Político” para “Cadeira de Política”, por sua vez, não obstante evidencie uma ruptura com a esfera jurídica, ainda aponta para uma indefinição: a “política” não se afirma como um domínio autônomo do saber, com objetos e métodos

¹⁹ Nos termos do Anuário da FFCL “em 1941, devido às necessidades de ajuste ao padrão federal, foram as duas cadeiras de sociologia reunidas numa só, passando professor Paul-Arbousse Bastide a ocupar a Cadeira de Política” (USP, 1953: 653).

²⁰ Segundo Bourdieu, sua transição da filosofia para as ciências sociais foi facilitada pelo “prestígio extraordinário que tal disciplina havia adquirido junto aos próprios filósofos, graças à obra de Lévi-Strauss, que contribuíra para esse enobrecimento ao substituir a designação tradicional da disciplina pela denominação inglesa de antropologia, reunindo assim o prestígio do sentido alemão – Foucault traduzia naquele momento A antropologia de Kant – e a modernidade do sentido anglo-saxão” (Bourdieu, 2005: 71).

científicos próprios, mas se situa numa região cinzenta entre abordagens oriundas da filosofia, da história política, da sociologia das idéias e da crítica cultural. Resumidamente, a maior ou menor precisão dos termos empregados para designar cada cadeira expressa aspectos centrais sobre o estágio de afirmação de cada disciplina: a força dos vínculos entre os praticantes das novas especialidades científicas, a intensidade da adesão aos seus princípios e valores, o grau de investimento nas novas carreiras acadêmicas, o nível de engajamento na construção institucional, o ímpeto de demarcação ou expansão de fronteiras, entre outros. A posição ocupada por cada uma das cadeiras na hierarquia das disciplinas da Faculdade de Filosofia acompanharia de perto o gradiente composto por esse conjunto de aspectos: a Cadeira de Sociologia I situando-se no nível mais elevado, as Cadeiras de Sociologia II e Antropologia em um nível intermediário e a Cadeira de Política no degrau mais baixo.

Em relação à questão específica que orienta este trabalho, importa lembrar que a existência dessa hierarquia disciplinar implicou uma recepção menos prestigiosa do programa de pesquisas concebido por Paula Beiguelman nos anos de 1960, como será retomado adiante. É curioso constatar que foi necessária uma reconversão disciplinar – da política à ciência política – para iniciar uma ruptura com essa assimetria entre as especialidades.

IV

Em 1941, além de assumir a chefia da Cadeira de Antropologia da FFCL Willems seria convidado por Donald Pierson para integrar a divisão de pós-graduação da ELSP. Aceitando o convite, o antropólogo alemão passa a estar na situação *sui generis* de integrar, ao mesmo tempo, as duas instituições de ensino superior que concentravam as ciências sociais em São Paulo. Conforme apontado anteriormente, o convite não viria por acaso. Willems estava em plena sintonia com Pierson: partilhava o referencial teórico da “Escola Sociológica de Chicago”, concordava com os mesmos ideais de profissionalismo e cientificidade, e investia em temas de pesquisa como marginalidade, aculturação, assimilação e estudos de comunidades – todos afinados com o programa da ELSP. Sendo assim, não surpreende que a sua presença na USP tenha contribuído para fixar um padrão mais rigoroso de investigação empírica e introduzir, tanto na graduação como na pós-graduação (doutoramento), conceitos e abordagens fundamentais da antropologia inglesa e norte-americana na FFCL (Jackson, 2003: 30). A influência de Willems também parece ter incidido na procura de licenciados do curso de Ciências Sociais e Políticas pelo programa de pós-graduação na ELSP – como o confirmam os casos de Gioconda Mussolini (assistente do próprio Willems), Lucila Herman

(assistente de Roger Bastide) e Florestan Fernandes (assistente de Fernando de Azevedo), (Limongi, 2001a: 270).

Para o meio acadêmico em formação, portanto, a posição de Willems era a mais privilegiada possível, ensejando as condições para a formulação de um projeto hegemônico nos círculos acadêmicos de São Paulo. A implementação do projeto passaria necessariamente por uma estratégia de unificação das duas instituições paulistas em torno do objetivo de construção das ciências sociais. O sucesso dessa espécie de “projeto ecumênico” de Willems dependeria, obviamente, da superação das divergências – de ordem acadêmica, teórica e política – existentes entre ELSP e FFCL (Jackson, 2003: 25).

O investimento do antropólogo alemão neste projeto pode ser percebido na orientação que adotou enquanto esteve no comando da revista *Sociologia*. Nessa fase a revista conta em suas páginas com a colaboração assídua e relativamente equilibrada tanto de Herbert Baldus e Donald Pierson, como de Roger Bastide e dos assistentes Florestan Fernandes, Gioconda Mussolini e Antonio Candido.

Por volta de 1947, quando é anunciada a vinculação oficial da revista à ELSP, a situação se altera e a presença uspiana diminui significativamente. Na nova fase a revista pende nitidamente para os integrantes da ELSP e as seções fixas passam a guardar uma relação mais estreita com as linhas de pesquisa da divisão de pós-graduação da escola (Limongi, 2001a: 264-5). No ano seguinte, *Sociologia* (1948) traz o “Symposium sobre classes sociais” no qual são publicados os artigos de Pierson (“Como descobrir o que é classe?”), de Willems (“Velhos e novos rumos do estudo de classes sociais”), de Florestan Fernandes (“A análise sociológica das classes sociais”), Lourival Gomes Machado (“Sobre o conceito de realidade social na obra de Karl Marx”), e de Antonio Candido (“O nobre”).

Em meio aos artigos, duas posições ganharam destaque: de um lado, Pierson e Willems, de outro o jovem assistente da Cadeira de Sociologia II da FFCL Florestan Fernandes²¹.

Os artigos dos professores da ELSP tinham em comum a defesa de uma abordagem indutiva do problema e, portanto, entendiam que as divisões concretas de cada sociedade – “como os homens dividem a si próprios” – apenas poderiam ser apreendidas a partir da realização de investigações empíricas. Discrepâncias históricas entre o contexto brasileiro e europeu – o substrato concreto das teorias sociológicas clássicas – inviabilizariam um estudo das classes sociais e recomendariam, portanto, o abandono das concepções de estratificação

²¹ Acompanhamos aqui as análises desenvolvidas por Jackson (2003: 26) e Corrêa (1995).

social de cunho weberiano e, principalmente, marxista. Subjacente a tal tomada de posição havia o intuito de legitimar o programa dos estudos de comunidades, que visava desenhar um “painel empírico da realidade social” brasileira como suporte à elaboração de teoria científica verificável empiricamente e, em última instância, para a formulação de políticas públicas.

Já o artigo de Florestan Fernandes, ao contrário, adotava um princípio dedutivo e sustentava o necessário enquadramento das investigações empíricas sob uma “perspectiva totalizadora”. Encarada sob um ponto de vista mais geral, a singularidade brasileira deixaria de ser um dado e passaria a constituir um produto da expansão do capitalismo comercial europeu, ou seja, uma experiência histórica articulada ao processo de modernização do ocidente. Justificando, pois, a pertinência da aplicação do arcabouço conceitual da sociologia clássica na análise da formação e desenvolvimento da sociedade de classes no Brasil. O que, além da oposição ao modelo dos estudos de comunidade, indicava os contornos da plataforma científica que desenvolveria na década seguinte.²²

O debate sobre classes sociais sinalizaria uma inflexão no cenário acadêmico das ciências sociais em São Paulo. A recepção crescentemente negativa ao tema dos estudos de comunidade somada à saída de Willems para trabalhar na Universidade de Vanderbilt nos Estados Unidos já em 1949 – provavelmente motivada pelo fracasso de seu “projeto ecumênico” – e, posteriormente, ao afastamento de Pierson – interrompendo o financiamento da *Smithsonian Institution* – marcariam o período de declínio da ELSP. Em decorrência, a polarização entre as duas instituições paulistas perde força e o centro de gravitação se transfere para o interior da FFCL, na qual a disputa entre os projetos acadêmicos e os programas de pesquisa levados a cabo por cada uma das cadeiras assume o primeiro plano. Na área de ciências sociais – especialmente Antropologia, Política, Sociologia I e II – caberia ao grupo de pesquisadores vinculados à Cadeira de Sociologia I, sob a liderança de Florestan Fernandes, assumir a dianteira da institucionalização, ocupar a posição dominante e, em boa medida, subalternizar as demais cadeiras.

²² Imbricadas às tomadas de posição científica, operavam divergências políticas de fundo. O artigo de Florestan Fernandes, embora não explicitamente, ecoava a crítica de Caio Prado Júnior à *Cunha: tradição e transição numa comunidade rural do Brasil* publicado por Willems ainda em 1947. Para Caio Prado Júnior, o emprego de um método inadequado teria resultado numa coleção de dados dispersos e sem sistematização coerente. Por trás da fachada de objetividade e neutralidade da análise, evidenciava-se a incapacidade de apreensão da dinâmica dos processos de transformação e uma posição política potencialmente reacionária. Nesse sentido, a crítica associava empirismo e conservadorismo, chave que estava implícita no artigo de Florestan Fernandes e também na saraivada de ataques desfechada de todas as direções contra o modelo dos estudos de comunidade. Além das críticas de Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes, Gioconda Mussolini, Octavio Ianni e Maria Sylvania de Carvalho Franco, o livro de Willems seria duramente depreciado por intelectuais do ISEB como Alberto Guerreiro Ramos. Sobre as críticas dos paulistas ver Jackson (2003: 123), quanto a de Gerreiro Ramos ver Arruda (2001b: 238).

CAPÍTULO 2 - Projetos acadêmicos e hierarquia de disciplinas: a Cátedra de Política vista em relação à Cátedra de Sociologia I

Posto que este trabalho visa caracterizar a experiência da Cadeira de Política – professores, projeto acadêmico e programa de pesquisa –, pretendemos aqui situá-la em relação à cadeira dominante (Sociologia I), sendo que no capítulo seguinte o faremos em referência ao processo de afirmação da ciência política como disciplina autônoma que estava transcorrendo no Rio de Janeiro e em Minas Gerais. Tal procedimento possibilita, ao mesmo tempo, evitar incorrer numa visão “essencialista” do problema – ou seja, “vitimizar” “a” Cadeira de Política, atribuindo sua posição subalterna unicamente a causas exteriores, ou, o que dá no mesmo, “detratá-la”, imputando-a apenas às suas próprias deficiências –, e reconstituir os contornos do contexto acadêmico pelo enfoque de pólos extremos: de um lado, no pólo mais dinâmico do processo de institucionalização, o grupo de pesquisadores liderado por Florestan Fernandes, de outro, no pólo oposto, aquele chefiado por Lourival Gomes Machado. O que não exclui tomar as demais cadeiras como contrapontos ilustrativos de posições intermediárias no gradiente da institucionalização.

I

Parece razoável tomar o confronto teórico em torno do problema da estratificação social como marco na evolução de Florestan Fernandes rumo a nova posição. Se para os professores da ELSP a contenda não trouxe bons presságios, para ele representaria um impulso nada desprezível em sua carreira profissional. Certamente, o “Symposium” não foi o primeiro envolvimento de Fernandes em debates intelectuais. Pelo menos desde 1943, quando passou a colaborar assiduamente com *O Estado de S. Paulo*, o jovem sociólogo vinha chamando atenção na cena cultural paulista. Paralelamente às atividades junto a Cadeira de Sociologia II – a convite de Fernando de Azevedo assumiu o cargo de segundo assistente em 1945 –, Fernandes publicava artigos sobre folclore, relações raciais e etnologia indígena, tomando parte em polêmicas consecutivas e, com isso, obtendo notoriedade no meio intelectual (Garcia, 2002: 113). No entanto, diferentemente desses confrontos, o “debate sobre as classes” transcorreria em revista especializada e em oposição aos seus professores no curso de pós-graduação da ELSP, instituição pela qual acabara de obter, em 1947, título de mestre

com a tese *A organização social dos tupinambás*.²³ A façanha de sustentar uma polêmica teórica com professores então em evidência o projetaria ao centro do meio acadêmico da época e, por extensão, conferiria reconhecimento científico suficiente para o ensaio de um vó próprio.

A oportunidade viria após sua participação na equipe de trabalho (que seria composta ainda por Oracy Nogueira, Virginia Leone Bicudo e Aniela Ginsberg) sobre as relações raciais entre negros e brancos em São Paulo, coordenada por seu antigo mestre Roger Bastide, financiada, primeiramente, pela revista *Anhembi* – periódico cultural editado por Paulo Duarte – e, posteriormente, pela Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento da Educação, Ciência e Cultura (Unesco) – representada por Alfred Métraux.

Durante a realização da pesquisa, Florestan Fernandes trabalharia diretamente com Bastide e dedicando parte do seu tempo aos trabalhos *A função da guerra na sociedade tupinambá*, que lhe daria o título de doutoramento em 1951, e *Ensaio sobre o método de interpretação funcionalista na sociologia*, com o qual obteria a livre-docência ainda em 1953. Bastide, por sua vez, se alternava entre compromissos no Brasil e na França. Terminada a pesquisa, cuja primeira versão seria publicada apenas em 1955, Roger Bastide retorna definitivamente para a França e indica Fernandes como seu substituto na regência da Cadeira de Sociologia I²⁴.

Assim, em menos de oito anos (entre os 27 e os 34 anos) o sociólogo percorreu – do degrau inicial do mestrado à regência de cátedra – todos os postos da carreira docente, submetendo temas candentes da época – o folclore, a sociedade tupinambá e as relações raciais – a um tratamento sociológico e totalizante, perfazendo uma trajetória acadêmica meteórica (Pontes, 1998: 184). O feito pode ser compreendido quando se considera que, destituído de relações sociais influentes e cabedal cultural fornecidos por uma extração social privilegiada, Florestan Fernandes realizou um investimento total na carreira profissional como o único meio acessível para angariar prestígio intelectual e se estabelecer socialmente. De outro lado, não se deve subestimar o rendimento sociológico proporcionado pela “retradução analítica”²⁵ de uma experiência dilacerada entre *habitus* social de origem e integração

²³ Florestan Fernandes também receberia o prêmio Fábio Prado pela realização do trabalho (Garcia, 2002: 126).

²⁴ Florestan ocupou, ao mesmo tempo, o cargo de segundo assistente na Cadeira de Sociologia II e o de primeiro assistente na Cadeira I.

²⁵ Não pode passar despercebido que o arranjo familiar de Florestan Fernandes ampliou ainda mais a margem de investimento na carreira. Conforme notou Garcia (2002: 62), a “total dedicação de Myriam Rodrigues ao casamento permitiu e sustentou, cotidianamente, a realização do sonho de juventude do marido de fazer parte de uma ‘família bem organizada’, conforme o padrão da vida privada das camadas médias paulistanas de meados do século passado”.

incompleta na elite cultural, acarretada por um deslocamento no espaço social que conectou mundos sociais extremos e praticamente inconciliáveis (Bourdieu, 2005: 37).

Tanto a pesquisa sobre as relações raciais em São Paulo, quanto aquelas que desenvolveu na linha da “teoria de investigação sociológica”²⁶, confluíram na elaboração do projeto acadêmico de Florestan Fernandes. A primeira constitui o programa inaugural de investigações do grupo associado à Cadeira de Sociologia I, pavimentando o caminho para análise dos padrões de desenvolvimento social e dos obstáculos ao processo de modernização – a marca do projeto de pesquisas “Economia e sociedade no Brasil” que seria iniciado em 1960. Com os trabalhos da outra linha, Fernandes reveria os fundamentos teóricos da sociologia visando compatibilizar literatura de origem norte-americana, por exemplo funcionalistas como Talcott Parsons e Robert Merton, e européia, principalmente Émile Durkheim, segundo o denominador dos problemas práticos do processo de pesquisa. Desse esforço resultaria uma concepção instrumental de metodologia, que recomenda ao sujeito da investigação manipular ferramentas teóricas conforme as condições do objeto de análise (Arruda, 2001b: 231). Uma das conseqüências mais importantes desse esquema metodológico seria o grau de coesão intelectual entorno do projeto acadêmico, até então incomum no contexto das ciências sociais.²⁷

Outro componente nada desprezível para a elaboração e consecução do projeto acadêmico do grupo encabeçado por Florestan Fernandes seria o esforço despendido no

²⁶ Segundo Garcia (2002:134), essa linha de pesquisas seria composta pelos seguintes trabalhos: o já mencionado *Ensaio sobre o método de interpretação funcionalista na sociologia*, *O problema da indução na sociologia*, de 1954, e *A reconstrução da realidade nas ciências sociais*, de 1957.

²⁷ Uma declaração de Fernando Henrique Cardoso concedida a Lourenço Dantas Mota ilustra bem a importância de tal esquema: “No final da década de 40 quem entrava para a Faculdade de Filosofia da USP, como foi o meu caso, era porque queria mudar o Brasil. (...) Nessa época o autor que me influenciou muito foi Karl Mannheim, por que ele constituía um elo de ligação entre o que eu queria (...) e os estudos de ciências sociais. (...) Em seguida, foi a vez de Max Weber, que nós lemos apaixonadamente. Havia também Durkheim, que era preciso conhecer bem, e que me parecia uma ciência de hospital, com a sua idéia de que o fato social é objetivo, exterior ao indivíduo. Finalmente, havia a presença do professor Roger Bastide, que nos pôs em contato com uma variedade imensa de autores franceses e americanos e nos iniciou nas técnicas de pesquisa. *Tudo isso fornecia uma base muito ampla, mas não resolvia nossa inquietação*. Pelo menos para mim, ela só começou a ser resolvida com o livro *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*, de Florestan Fernandes. *Esse livro punha ordem na casa*: Marx serve para analisar tal tipo de problema, o método weberiano para esse outro, o método funcionalista para aquele outro etc.” (apud Leoni, 1997: 68, destaques meus). Sem desconsiderar os efeitos das aposentadorias compulsórias, é importante indicar que os primeiros sinais de desagregação interna do grupo surgiram, justamente, no momento em que tal esquema metodológico começou a ser questionado pelos assistentes da cadeira, principalmente Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni. Então participantes do chamado *Seminário Marx*, os assistentes passaram a conferir ao método dialético maior centralidade na explicação dos processos sociais. Talvez um outro exemplo da importância de um esquema “metodológico” coerente para a coesão interna de equipes de pesquisadores seja o caso do projeto acadêmico desenvolvido por Antonio Candido na área de Teoria Literária do curso de Letras da FFCL. Nesse caso, o “pluralismo metodológico”, também teria possibilitado compatibilizar orientações teóricas distintas e aumentar a margem de coesão do grupo. Em comparação ao grupo liderado por Fernandes, a dinâmica heterodoxa da equipe de Candido conferiria uma margem ainda maior de coesão (Jackson, 2007: 126-7). Para uma análise mais formalizada desse aspecto ver Bulmer (2004: 64).

sentido de garantir condições necessárias ao trabalho intelectual. Ao praticante das ciências sociais não bastaria produzir uma modalidade específica de conhecimento científico. Cumpria também atuar como agente de inovação institucional, possibilitando a “conquista e defesa de condições materiais e morais de trabalho” (Fernandes apud Pulici, 2004: 46)²⁸.

Evidentemente, essa concepção foi largamente informada pelo exemplo fornecido pela atuação de Donald Pierson e, conseqüentemente, pelo modelo norte-americano de organização universitária. O espírito de afirmação da sociologia como disciplina autônoma, a importância da pesquisa empírica sistemática e aplicada, o combate ao ensino “abstrato” e “livresco” de timbre francês, a necessidade de trabalho em equipe, e, finalmente, o objetivo de constituir um padrão de produção intelectual calcado nos princípios de profissionalismo e cientificidade, todas essas diretrizes seriam reivindicadas pelos integrantes da Cadeira de Sociologia I. O rechaço aos objetivos colocados pelo projeto dos estudos de comunidade não impediria, assim, que Fernandes se apropriasse de parte significativa das inovações introduzidas pela ELSP, obviamente sem deixar de fazer as adaptações necessárias ao contexto da organização universitária, ao esquema metodológico e às finalidades específicas do projeto de pesquisas que visava desenvolver.

Tais apropriações ganham nitidez quando são levados em consideração algumas concepções, procedimentos e estratégias que a intervenção do grupo liderado por Florestan Fernandes, direta ou indiretamente, tornaria dominantes na Faculdade de Filosofia, principalmente a partir da década de 1960.

Relações diretas entre as inovações institucionais promovidas por Pierson na ELSP e as modificações introduzidas na USP podem ser encontradas quanto aos quesitos do desenho da carreira e das concepções de ensino. No que tange ao primeiro, a criação de modalidades hierarquicamente inferiores de contratação e habilitação, como a de instrutor de ensino ou pesquisa, as diversas modalidades de trabalho voluntário e, acima de tudo, o mestrado como etapa de iniciação e treinamento profissional, acarretariam modificações significativas. Já em relação ao segundo, a defesa do modelo de ensino voltado para a investigação empírica e a elaboração de teoria, resultaria na maior centralidade das atividades de pesquisa²⁹.

A assimilação desses aspectos mais diretos pressupunha, por sua vez, um relativo consenso em torno da concepção e da periodização da história das ciências sociais estabelecida por Donald Pierson. Aqui os ajustes feitos por Florestan Fernandes são mais

²⁸ As considerações que se seguem se apóiam em Arruda (2001b: 198-99) e Limongi (2001a: 271).

²⁹ Esse movimento conduziria, ainda (em meados da década de 1980), à desvalorização relativa das tarefas ligadas à docência.

visíveis. Aparentemente objetivavam amenizar a desvalorização da teoria sociológica clássica implícita ao esquema e enfatizar a contraposição ao pensamento social brasileiro. Daí porque retirou da seara “pré-científica” os principais expoentes da teoria clássica europeia – Karl Marx, Max Weber, Émile Durkheim, entre outros – e ressaltou o contraste entre o amadorismo e o padrão profissional de produção científica atribuído a consolidação da organização universitária em São Paulo.

Relações mais indiretas poderiam ser estabelecidas no que diz respeito à montagem de uma organização mais flexível de pesquisas e aos mecanismos de difusão dos trabalhos do grupo. Como indicado anteriormente, a legislação autoritária do sistema superior de ensino atrelara a Faculdade de Filosofia a uma armação institucional que limitava as possibilidades de inovação. O regime de cátedras concentrava muito poder na posição de catedrático e, restringindo a carreira acadêmica a poucas etapas, tolhia as possibilidades de progressão dos mais jovens. A fim de burlar tais dificuldades seria criado, no começo de 1960, o Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho (Cesit). Sendo uma estrutura mais maleável, o Centro traria benefícios de diferentes ordens ao grupo da Cadeira: o estabelecimento de contato com os “homens práticos”, ou seja, políticos, empresários e ativistas dos movimentos sociais; aumentaria o financiamento disponível para pesquisas através de convênios com o poder público e a iniciativa privada; ampliaria a capacidade de alocação dos pesquisadores então permitida pela a Cadeira, com dedicação integral aos projetos; e, finalmente, permitiria uma articulação mais imediata entre pesquisa e treinamento profissional, garantindo material empírico para a elaboração das teses³⁰.

A criação da revista *Sociologia*, por sua vez, representou uma transformação importante para o ambiente intelectual da época. O processo de edição, em que a publicação de resenhas e trabalhos de cunho sociológico passou a ser mais valorizada, tornar-se-ia, ao mesmo tempo, tanto meio eficaz de integração dos grupos de pesquisa, quanto mecanismo de intercâmbio intelectual entre os pólos do campo científico em formação. A existência de um canal de disseminação dos trabalhos para uma audiência acadêmica mais ampla constituiria um estímulo não só para a conclusão das pesquisas, mas também para a realização de esforços no sentido de moldar idéias e resultados em forma publicável (Bulmer, 2004: 68). Razão porque os periódicos serviriam, a partir de então, como peça corriqueira das estratégias de afirmação de lideranças acadêmicas consagradas ou daquelas a procura de legitimação. Não

³⁰ A criação do Centro dependeu de um emaranhado de articulações envolvendo o *Laboratoire de Sociologie Industrielle* (liderado por Georges Friedmann e Alain Toraine) da *École Pratique de Hautes Études* da França, a Confederação Nacional das Indústrias (CNI), o governo Carvalho Pinto e a reitoria de Ulhôa Cintra. Sobre o processo de constituição do Cesit ver Romão (2006), principalmente o capítulo 2.

obstante, a estratégia adotada pelo grupo reunido por Florestan Fernandes introduziria uma significativa modificação a esse padrão: não se baseava na direção de nenhuma revista. O que não o impediu de marcar presença em quase todos os periódicos então editados. Provavelmente, as boas relações com os editores – garantidas por afinidades acadêmicas, ideológicas e de interesses –, somada a maior liberdade concedida pelo desencargo do trabalho mais pesado de edição, permitiu ao grupo concentrar esforços na elaboração e adequação dos textos, conquistando maior agilidade.

Com a nomeação para ocupar a cadeira, Florestan Fernandes tomaria providências no sentido de montar uma equipe de pesquisadores afinados com o projeto científico que visava implementar. As primeiras medidas nesta direção foram as indicações de Fernando Henrique Cardoso e Renato Jardim Moreira para, respectivamente, os cargos de primeiro e segundo assistentes. Levando em consideração que tanto um quanto o outro eram os auxiliares de ensino mais novos da cadeira, que Maria Isaura Pereira de Queiroz era auxiliar de ensino a mais tempo (desde 1950), e que Gilda de Moraes Rocha (posteriormente de Mello e Souza), além de já possuir o título de doutora desde 1950 – antes mesmo de Florestan Fernandes –, era a assistente mais antiga de Roger Bastide – pelos menos desde 1941 –, a decisão tomada por Fernandes significava um “ato de força”, ao mesmo tempo, afirmativo da sua autoridade temporal de catedrático e subversivo da hierarquia “natural” da carreira docente, exercido contra as mulheres.

II

Na ocasião da “querela entre cultura e classes sociais”, que dividiu “intelectualmente as Ciências Sociais por volta de 1948”, entre os pontos de vistas opostos de Pierson e Willems, de um lado, e Florestan Fernandes, de outro, Lourival Gomes Machado, então primeiro assistente de Charles Morazé junto à Cadeira de Política da FFCL-USP, também publicara um artigo no qual tentava “estabelecer a especificidade do social e do político que se apreendia da leitura do Manifesto Comunista”. Como os artigos de Pierson, Willems e Fernandes, o de Gomes Machado parecia partilhar o “ar de teoria” que marcava o contexto. Entretanto, enquanto os primeiros travavam, implicitamente, de um debate de alta voltagem política sobre a formação da sociedade brasileira, o do segundo, mais voltado para o plano das abstrações, parecia alheio ao confronto (Ferreira, 1988: 23-4).

O tema tratado por Gomes Machado não poderia ser mais oportuno: naquele ano completavam-se cem anos da publicação do *Manifesto do Partido Comunista*, de Karl Marx e

Frédéric Engels. A efeméride ensejaria comemorações e, nos meios acadêmicos, oportunidades para a reavaliação do pensamento marxista. Na França, o *Cahiers Internationaux de Sociologie* havia dedicado um volume ao assunto e sob uma linha editorial bastante plural, posto que trazia posicionamentos de pólos antagônicos do campo intelectual francês: de um lado, Georges Gurvitch, idealizador da revista e representante do *establishment* universitário, de outro, Henri Lefebvre, fundador da revista *Philosophies* e figura de proa dos filósofos do pós-guerra³¹. A publicação de um artigo sobre a obra de Marx numa revista acadêmica brasileira repercutia, de modo um tanto acanhado, os ventos internacionais.

A abertura do artigo “Sobre o conceito da realidade social na obra de Karl Marx” (Machado, 1948) respalda essa interpretação. Segundo Gomes Machado, havia passado o tempo em que a deformação da obra de Marx, imposta pela ortodoxia, e o corolário de “isenção científica”, necessário a uma especialidade em formação, estabeleciam oposição irreconciliável entre pensamento marxista e sociologia. O marxismo se enriquecera com a variedade de leituras possibilitadas pela publicação dos textos inéditos de Marx e a sociologia, por sua vez, alcançara o estágio de maturidade científica, o que permitia a afirmação da tendência a reincorporar a contribuição marxista. A linha de frente desse movimento cabia aos sociólogos franceses e o autor se somava ao esforço de transformar o centenário do *Manifesto* num “verdadeiro momento crítico” (idem: 114).

Embora o artigo inicie com uma discussão exegética sobre a obra de Marx, assume progressivamente o tom de um manifesto que propunha a sociologia política como única via capaz de correlacionar análise da estrutura social e compreensão dos produtos espirituais. A proposição estava amparada em uma definição do fato político – de filiação durkheimiana – como “projeção da realidade social na consciência coletiva e individual”, que, segundo o autor, poderia abarcar desde fenômenos políticos sutis (as construções políticas doutrinárias), passando pelos complexos (as instituições políticas), alcançando aqueles mais corriqueiros (a ação política cotidiana). Tal inflexão fica ainda mais evidente pelo tom grandiloquente do desfecho do artigo: “posto que a posição metodológica de Marx permitiu-lhe (...) indicar e obedecer o processo dinâmico que liga a estrutura social aos produtos espirituais, por seu intermédio poderemos (...) conhecer algo sobre as relações de conformidade ou conflito entre aqueles dois aspectos do social e (...) sobre a reposição em suas bases dessa sociologia

³¹ Os artigos são, respectivamente, “La Sociologie du Jeune Marx” e “Marxism et Sociologie”, ambos publicados em *Cahier Internationaux de Sociologie* (apud Machado, 1948, vol. IV). Sobre a posição de Gurvitch e Lefebvre no campo intelectual francês ver Fernanda Peixoto (2001: 489, 495 e 501).

política que ou será concomitantemente ciência da estrutura básica do social e sociologia do conhecimento ou nada será” (idem: 131).

A concepção da política desenvolvida pelo autor chama atenção por, ao menos, duas características importantes. De um lado, porque demonstra consciência em relação ao “preconceito antipolítico” – vigente nos círculos acadêmicos da época – que tendia a excluir “qualquer elemento político (...) como objeto de pesquisa” (idem: 125, destaques meus). De outro, porque, ao sustentar que as “doutrinas políticas têm uma *praticabilidade inversa à sua complexidade expositiva*”, exigindo, pois, a complementação dos “sistemas menos lineares” por “esquemas de ação ou plataformas partidárias” (idem: 129, destaques meus), Gomes Machado revela um entendimento que, simultaneamente, realça as especificidades da esfera política, valoriza a sua dimensão prática e, finalmente, se resguarda contra a posição intelectualista que, por não enxergar nos textos políticos complexidade expositiva, construção formal requintada ou, ainda, coerência interna comparável aos construtos teóricos dos grandes pensadores consagrados, pendia para a desvalorização das manifestações mais mundanas da política como impuras e indignas de estudo.

Nesse sentido, o artigo guarda alguma semelhança com as características do debate travado entre os professores da ELSP e Fernandes. A querela envolvendo discordâncias sobre os modos adequados ou não de análise sobre estratificação social e acerca da conveniência do conceito de classe para a análise do caso brasileiro também seria marcada pelo “ar de teoria” segundo o texto anteriormente citado de Oliveiros Ferreira (1988: 23-4). Todavia, nas entrelinhas do embate, transcorria uma polêmica na qual posicionamentos políticos incidiam no partido científico assumido por cada lado da contenda. De um lado, receosos das distorções políticas introduzidas pelo emprego de conceitos estranhos, os “conservadores” da ELSP³², de outro, alinhando-se a interpretação do autodeclarado marxista Caio Prado Júnior, “os radicais” da USP³³.

Cabe destacar, ainda, a nomeação “sociologia política” utilizada pelo autor, que sinalizava certo direcionamento – científico – para a Cadeira de Política, da qual era então o primeiro assistente. Ao mesmo tempo, tal termo não indicava um projeto de constituição de

³² “Usar, por exemplo, o termo ‘proletariado’ para referir-se aos trabalhadores rurais, não industrializados do Brasil (...) pode servir a uma *função política*, mas, de um ponto de vista científico, é procedimento pelo menos dúbio” (Pierson, 1948: 75, destaques meus). Baseando-se nos diferentes arranjos que deram origem as duas instituições de ensino superior paulistas Jackson (2003: 23-4) sugere que, da perspectiva da USP (PD), a ELSP (PRP) seria associada a um “projeto politicamente conservador e intelectualmente limitado”.

³³ Caio Prado Júnior nacionalizou o marxismo. Sua interpretação da formação do Brasil, desde o período da colônia, como produto da expansão do capitalismo comercial europeu, constitui uma referência importante para Florestan Fernandes e seu grupo (Ricupero, 2000).

outra disciplina, como sabemos que iria ocorrer nos anos 1960 com a progressiva legitimação da “ciência política” como ramo autônomo em relação à sociologia³⁴.

Em meio ao emaranhando de posicionamentos institucionais (ELSP *versus* USP), científicos (método indutivo *versus* dedutivo) e políticos (conservadores *versus* radicais ou, ainda, PRP *versus* PD), típicos das relações entre o campo acadêmico – ainda não completamente autonomizado – e a esfera política, as posturas “pró” ou “contra” o marxismo também atuavam como elementos classificadores. Ora, por meio da defesa da incorporação do marxismo, não somente como objeto de estudos, mas também como contribuição profícua e legítima ao repertório teórico da sociologia, Lourival alinhava-se ao posicionamento político predominante na USP, que enxergava na ELSP uma posição conservadora.

Não obstante, restam ainda alguns aspectos a serem esmiuçados. Maria Arminda do Nascimento Arruda sustenta que, para além do enfrentamento com a ELSP, haveria no artigo de Lourival a intenção de confrontar Florestan³⁵. Tal avaliação tem como referência o depoimento de Oliveiros S. Ferreira (em 1951 ele era o segundo assistente da Cadeira de Política chefiada por Lourival). O depoimento de Ferreira, no entanto, cita o artigo de Gomes Machado com a finalidade de reforçar o “ar de teoria” que julgava envolver o debate entre os professores da ELSP e Fernandes, sendo que o trecho relativo à disputa de hegemonia parece se referir a um período posterior:

Quem sabe a raiz da crise tenha sido teórica – cultura *versus* classes sociais. O fato é que ela fermentou na [escola] Caetano de Campos para explodir na Maria Antonia: seu estopim foi esse fenômeno curioso que sempre me seduziu (...) a luta pelo poder, ou talvez pela hegemonia, isto é, pela afirmação de uma concepção de mundo sobre outras (Ferreira, 1988: 24).

Outro significado possível para interpretar a polêmica se fundamenta na dimensão metodológica da discussão, já que, ao contrário de Florestan, que procurava compatibilizar arcabouços conceituais distintos, Gomes Machado encarava com receio “ecletismos duvidosos”³⁶. Entretanto penso que essa expressão tinha como referência imediata as

³⁴ Processo que será detalhado no próximo capítulo.

³⁵ “O próprio Lourival Gomes Machado enfrentou intelectualmente Florestan Fernandes, em um artigo onde tentava ‘estabelecer a especificidade do social e do político que se aprendia da leitura do *Manifesto Comunista*’ (Arruda, 2001b: 254). A referência da autora remete ao depoimento de Oliveiros S. Ferreira citado adiante.

³⁶ Na época do debate, tanto Florestan como Lourival Gomes Machado eram professores assistentes e, se Florestan utilizava Marx como um autor entre outros (Weber, Mannheim, o já citado Sorokim, Freyer, Scheler), Lourival insistia na coerência entre as ‘etapas evolutivas do pensamento de Marx’, afirmando que ‘abandonar o esforço de síntese em proveito de um ecletismo duvidoso equivaleria, no máximo, à adoção de estratégias formais para colocar uma parte do marxismo a serviço da Sociologia ou, o que ainda é pior, relegar toda a

tentativas de George Gurvich e não necessariamente a de Florestan, que seria aprofundada posteriormente. De qualquer modo, esse bordão serviria depois – no contexto político radicalizado dos anos 1960 e marcado também pela assimilação crescente do marxismo na universidade – como objeção às formulações teóricas de Florestan. Isso se desprende da defesa do mestre realizada anos depois por um de seus discípulos que cunhou o termo “ecletimo bem-temperado”, nitidamente elogioso, em oposição ao primeiro³⁷. Também Antonio Candido sofreu críticas semelhantes por conta da armação teórica formulada nos *Parceiros do Rio Bonito*.

Nesse sentido talvez seja anacrônica a interpretação do artigo de Lourival como um ataque à posição defendida por Florestan Fernandes. Como indicado anteriormente, na ocasião do “Symposium”, embora já realizasse estudos sobre a abordagem funcionalista, Fernandes somente daria o primeiro passo rumo à sua própria concepção metodológica em 1953³⁸. Ao contrário, seu autor não apenas ampara sua interpretação da *Contribuição à crítica da economia política* na tradução feita por Fernandes dois anos antes, como recomenda, por meio de nota, a leitura da introdução elaborada pelo mesmo³⁹. Deve-se atentar, ainda, o fato de que Lourival era, como Antonio Candido, seu amigo, apesar da rivalidade em relação ao grupo de *Clima*⁴⁰.

Se parece correto afirmar que o artigo de Lourival, ao invés de estabelecer uma disputa com Fernandes, acabava, pelo contrário, somando esforços no sentido de desqualificar o projeto de hegemonia intelectual escorado na ELSP, nem por isso deixava de esboçar os contornos de seu próprio projeto. Do mesmo modo que o embate travado com os professores Willems e Pierson trouxe notoriedade acadêmica a Fernandes, a participação mesmo discreta

Sociologia à posição de subsidiária subalterna do marxismo” (Corrêa, 1995: 60). A referência da autora remete ao trecho já citado do artigo de Gomes Machado.

³⁷ A expressão é de Cohn (1987: 50)

³⁸ Ano em que obtém o título de professor livre-docente com a apresentação do trabalho *Ensaio sobre o método de interpretação funcionalista na sociologia*.

³⁹ A tradução de Fernandes constituía uma “tarefa” do Partido Socialista Revolucionário, grupo de orientação trotskista do qual era militante. Foi publicada em 1946 pela Editora Flama e com a introdução “Marx e o pensamento sociológico moderno” (Garcia, 2002: 115-6). O título da introdução sugere uma aproximação com o espírito do artigo de Gomes Machado.

⁴⁰ “*Havia toda a chamada geração de Clima. Mas eu não pertencia. A única pessoa com quem eu me dava bem era o Antonio Candido. De uma maneira menos íntima com o Lourival Gomes Machado*” (Fernandes apud Pontes, 1998: 148, destaques da autora). Uma apreciação negativa de Fernandes em relação a Gomes Machado, embora referente à fase posterior, pode ser obtida por meio de um dos depoimentos de Fernando Henrique Cardoso: “(...) quando o Florestan leu a tese, o prefácio, que era pedante e fazia muita crítica ao funcionalismo, disse-me que não aceitava o texto. Eu pensei: ‘Então vou defender a tese com o *Lourival Gomes Machado*’, catedrático de Política, com quem eu me dava bem e *que Florestan não considerava academicamente sólido*. Eu lhe disse que ia falar com o Lourival e foi ‘um pega pra capar’” (Cardoso, 2006: 76, destaques meus). O texto em questão seria a tese de doutoramento do professor Cardoso.

de Lourival na contenda também amealharia algum benefício à sua carreira profissional na USP.

Conforme indicamos de passagem, o alvo imediato do artigo era a leitura da obra de Marx feita por Georges Gurvitch⁴¹, que se tornava muito influente no período. Na posição de imigrante na França, Gurvitch detinha vasto conhecimento sobre a literatura socialista e estava em condições de pôr em circulação o marxismo – até como meio de obter legitimidade – no meio intelectual francês. Entretanto, como observa Lourival, a repartição que realiza da obra de Marx em uma fase de juventude e outra de maturidade, por abandonar o esforço de síntese entre os fundamentos metodológicos sociológicos e marxistas, além de excluir do universo da sociologia os textos políticos⁴², tendia para um “ecletismo duvidoso” equivalente à “adoção de estrategemas formais para colocar uma parte do marxismo a serviço da sociologia ou (...) relegar toda a sociologia à posição de subsidiária subalterna do marxismo” (Machado, 1948: 131).

Curiosamente, no ano anterior ao Symposium, Gurvitch passara cerca de dois semestres na cidade de São Paulo se ocupando justamente da regência da Cadeira de Política e contando com a colaboração de ninguém menos que Lourival na condução dos seminários dos cursos “Proudhon e Marx”, e “Sociologia do conhecimento”. O jovem assistente da cátedra ocupava na ocasião a posição de substituto do professor Paul-Arrousse Bastide, que voltara definitivamente para a Europa. Inclusive, segundo informações constantes no anuário, a contratação de Gurvitch pela Faculdade teria sido sugestão do próprio assistente (USP, 1953: 670-71).

Parece evidente que a movimentação de Gomes Machado tem muito em comum com aquela realizada por Fernandes. Através do artigo em questão o autor expressava uma tomada de posição que, ao mesmo tempo, jogava água no moinho da crítica ao modelo representado pela ELSP e fazia reparos à leitura de uma das figuras mais proeminentes do campo

⁴¹ Tendo nascido e educado (cursou direito) na Rússia, emigra para a França – provavelmente motivado por eventos relacionados à Revolução Russa – e adquire cidadania no final da década de 1920. Nesse ínterim, trava contato com a tradição durkheimiana da sociologia do direito e, nessa linha, realiza os estudos que resultariam em seu doutoramento. Em 1935 substitui Maurice Halbwachs na Universidade de Strasbourg. Durante a Segunda Guerra, refugia-se em Nova Iorque, onde a abordagem empírica realizada no país lhe desperta muito interesse. Em 1945 retorna à França e é reintegrado à Universidade de Strasbourg, passando em 1948 à Universidade de Sorbonne e, em 1949, também à *École Pratique de Hautes Études*. Gurvitch se notabilizou pela sua interpretação do jovem Marx e pelos seus trabalhos sobre relações de classe e sociologia do conhecimento, combinando as abordagens de Durkheim, Theodor Geiger, Karl Mannheim e Georg Lukács. Sobre a trajetória de Gurvitch ver especificamente Terry Clark (apud Forjaz, 1997) e Peixoto (2001: 489 e 495).

⁴² É importante lembrar que, como alguns autores ressaltam, a desconsideração da dimensão política como objeto legítimo de estudos constitui uma marca da tradição sociológica francesa e colocaria dificuldades para a autonomização desse ramo de estudos, seja no campo intelectual francês, seja no brasileiro (na Faculdade de Filosofia em particular). Com relação a esse tópico ver especificamente Leca (1982: 390), Ortiz (1990: 165) e Arruda (2001b: 254).

intelectual francês – que, além do mais, tinha sido seu superior nos quadros da Cadeira de Política. Sem querer atribuir uma intencionalidade que certamente não existiu de uma maneira tão consciente, o fato é que, para uma visão em perspectiva, a movimentação tornou possível a Gomes Machado reunir o cacife necessário para se colocar na linha de sucessão da cátedra em que vinha trabalhando desde 1942 e na qual aparecia como o único elo de continuidade na série de docentes estrangeiros que dela se ocuparam⁴³.

O passo seguinte nessa direção se daria já em 1949 quando, aproveitando a regência de Charles Morazé, Gomes Machado defende tese de livre-docência intitulada *O Tratado de Direito Natural de Tomás António Gonzaga*. Conforme anunciado pelo título, trata-se de um estudo monográfico acerca da obra política do inconfidente mineiro, que procura situá-la em relação ao pensamento europeu, em geral, e português, em particular. Insere-se, pois na vertente dos trabalhos de sociologia do conhecimento que assume a perspectiva da história das idéias. Nesse momento Lourival mobiliza a formação obtida nas três áreas de atividades que exerceu no período: a sociologia francesa, assimilada na Faculdade de Filosofia como estudante e assistente, a história da arte (européia e brasileira), adquirida no desempenho da crítica de artes plásticas desde 1941 e pela influência do movimento modernista e, finalmente, o cabedal jurídico incorporado no curso de direito da Faculdade do Largo de São Francisco que concluiu por volta de 1936⁴⁴.

Na argüição o trabalho seria criticado por duas razões principais. Primeiramente porque, segundo Charles Morazé, Lourival escolhera um assunto que apenas o próprio conhecia, exigindo não apenas o domínio da vertente jusnaturalista de pensamento político, mas em especial o jurista batavo Hugo Grotius, mais especificamente o livro *De jure belli ac pacis* (*O direito da guerra e da paz*, 1625), cujo único exemplar em latim se encontrava na

⁴³ Entre 1942 e 1949 haviam passado pela regência da Cadeira de Política pelo menos três professores estrangeiros: Paul-Arbousse Bastide, Geoges Gurvitch e Charles Morazé. No período correspondente, tanto as Cadeiras de Sociologia I e II quanto à de Antropologia estiveram sob a chefia do mesmo professor: respectivamente Fernando de Azevedo, Roger Bastide e Emilio Willems.

⁴⁴ Segundo Ferreira, nessas três fontes Gomes Machado buscou os fundamentos de sua postura metodológica: “assim como a norma jurídica, independentemente do conteúdo do mandado nela escrito – o qual pode ser referido aos quadros sociais em que ela atua –, deve ser examinada em si, enquanto causa dos comportamentos individuais e coletivos dos grupos que abrange; assim como a obra de arte pode ser vista como produto do meio, mas também deve ser estudada como realidade em si, cujos conteúdos meramente artísticos vão influenciar outros autores em períodos socialmente diferentes daqueles em que ela nasceu – assim também como as idéias, que, produto da vida social, são reais a igual título que as estruturas, têm sua vida própria e permitem, por seu intermédio e sem que se falseie a análise, apreender o sentido das transformações que se processam no meio das sociedades em que desabrocham e desempenham a sua função. É que não sendo meros produtos derivados, mas efeitos e concausas da trama social, numa relação dialética extremamente delicada de estabelecer-se, mas sempre necessária, elas espelham a sociedade da qual resultam e que influenciam, e por intermédio de sua análise enquanto coisas (...) é possível reconstruir o *telos* de um dado período da vida social (2002:11-12, destaque do autor). Tal postura metodológica, não se afasta, pois, dos princípios apresentados no artigo de 1948.

Faculdade de Direito. Em seguida pelo viés metodológico, que privilegiava o tratamento interno à obra sem uma análise equivalente de suas determinações sociais ⁴⁵.

Não obstante a presença de diferentes aspectos importantes nessa tese ⁴⁶, cumpre destacar um avanço relativo à concepção de política que o autor vinha desenvolvendo desde os trabalhos anteriores – a tese de doutoramento *Alguns aspectos atuais do problema do método, objeto e divisões da ciência política*, defendida em 1942 e no mencionado artigo sobre a obra de Karl Marx. Enquanto nesses trabalhos Lourival havia definido o fenômeno político como “projeção da realidade social na consciência coletiva e individual”, no *Tratado* tal conceituação seria mais bem explicitada como representação social que orienta a ação de dado grupo no sentido de intervir na organização da sociedade global. Noutras palavras, a consciência dos fins e a vontade significariam traços fundamentais para a definição do fato político propriamente dito.

A oportunidade para ocupar o cargo de chefia da Cadeira de Política viria com a volta definitiva de Morazé para a França no início da década de 1950. Sendo o primeiro assistente da cadeira e indicado para substituir o professor francês, Lourival conquistaria formalmente a cátedra em 1956, sob apresentação de tese intitulada *Homem e sociedade na teoria política de Jean-Jacques Rousseau*. Embora o título do trabalho sugira, numa primeira vista, mudanças significativas no objeto de estudo, o cotejo da tese de cátedra com a de livre-docência revela continuidade tanto na temática quanto na abordagem analítica. Sucintamente, Rousseau já figurava implicitamente na tese de livre-docência como superação secularizada da vertente do jusnaturalismo representada por Tomás Antônio Gonzaga, que em seu *Tratado* retomava, paradoxalmente, os princípios teológicos a fim de se alinhar à reação intelectual ao Marquês de Pombal e restaurar a ordem social anterior. Nesse sentido, a tese de cátedra apareceria como um desdobramento imediato dos estudos que Lourival vinha realizando.

Entre a etapa inicial (cargo de assistente) e o topo da carreira docente (cátedra) na USP, Lourival levou cerca de quatorze anos (dos 22 aos 38 anos). Quando comparado ao tempo em que Fernandes realizou o mesmo percurso (cerca de sete anos) o feito não parece surpreender. No entanto, quando os termos de comparação são os percursos de seus companheiros de geração, que alcançaram a posição de catedráticos, a situação muda um pouco de figura. Ruy Galvão de Andrada Coelho, por exemplo, após uma temporada de nove anos no exterior que lhe rendeu um doutoramento em antropologia pela Northwestern

⁴⁵ Sobre as críticas ver Ferreira (1994: 283; 2002: 11).

⁴⁶ Ferreira (2002: 13), por exemplo, destaca a intenção de conhecimento histórico do passado – no caso o período colonial – como espécie de movimento de autoconhecimento realizado pelos brasileiros. Intenção que também estaria presente na crítica de artes plásticas de Lourival.

University, se integrou tardiamente na Faculdade de Filosofia como assistente junto à Cadeira de Sociologia II em 1953 e levaria onze anos (dos 33 aos 44) para assumir formalmente a chefia da cátedra. Já Antonio Candido de Mello e Souza, cujo percurso envolve um deslocamento disciplinar da sociologia para a área de literatura, além de uma estadia de cerca de cinco anos na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Assis, ao todo dezoito anos (dos 25 aos 43), obtendo a chefia da Cadeira de teoria literária e literatura comparada da USP em 1961. Assim, quando comparada ao percurso de Fernandes, caso extremo da mobilidade social possibilitada pelos novos estabelecimentos de ensino superior paulistas, a profissionalização e a progressão da carreira do catedrático de política parecem relativamente lentas. Entretanto, quando os contrapontos são aqueles, dentre os companheiros de *Clima*, que chegaram mais longe na carreira docente, a inserção e evolução profissional de Gomes Machado aparecem como relativamente precoce e acelerada.

Os contrapontos permitem, pois, iluminar características centrais para a compreensão da trajetória de Lourival. Tal itinerário constitui um caso de transição no perfil da clientela recrutada pela Faculdade de Filosofia. Sendo o primogênito de uma família pertencente aos tradicionais extratos dominantes, mas em acentuada rota de declínio, nem se enquadrava no caso dos filhos das camadas médias em ascensão – descendentes de imigrantes dotados de maior capital econômico e menor capital cultural –, nem integrava perfeitamente a categoria dos herdeiros da fração tradicional da classe dominante paulista – descendentes das famílias de proprietários rurais em declínio ou da nata dos ramos profissionais, freqüentemente menos providos de capital econômico, mas dispendo de elevado capital cultural e social. Sem contar inteiramente com o suporte paterno para se manter e acionando o pouco de capital cultural e social proporcionado pelo lado materno, Gomes Machado precisou trabalhar – tardiamente se comparado a Fernandes e precocemente se comparado aos companheiros de geração – para custear parte dos estudos. Daí porque tenha buscado uma inserção mais profissional nas suas principais frentes de atividade, obtendo rapidamente o diploma de bacharel em direito, ingressando desde logo na imprensa como redator especializado em política internacional e na crítica de artes plásticas e, finalmente, na USP – graduação em ciências sociais, profissionalização como professor-assistente, doutoramento e livre-docência, e, mais tarde, conquistando sem concorrentes a Cátedra de Política.⁴⁷

⁴⁷ Também não pode passar despercebido o quanto o casamento de Gomes Machado contribuiu para a sua profissionalização precoce. Exemplo típico da geração de mulheres educadas nos moldes patriarcais para o desempenho das tarefas associadas à vida doméstica e que, ao mesmo tempo, desfrutaram da sociabilidade e oportunidade de obtenção de uma formação cultural mais sólida abertas pelas novas instituições de ensino superior paulistas, reuniram as condições para redefinir o papel tradicional da mulher para a qual estavam

Célia Quirino interpreta o período em que Lourival esteve à frente das atividades da Cadeira de Política como o desfecho do processo de estruturação da área, iniciada sob a regência de Paul-Arbousse, e levada adiante por Morazé (Quirino, 1994: 341)⁴⁸. O “tripé” em que se organizou a Cadeira e que, por muitos anos, constituiria o suporte e a “marca” da área de política na USP, seguiria os lineamentos definidos pelo catedrático nos trabalhos anteriores. O primeiro eixo se caracterizaria como uma apresentação sistemática dos temas, problemas e abordagens dos fenômenos políticos, relacionando-se, assim, diretamente ao objeto tratado por Lourival em seu doutoramento. O segundo, seria dedicado ao estudo das obras do pensamento político clássico sob o enfoque da história das idéias, na linha, pois, dos temas de sua livre-docência, especialmente da tese para o concurso de cátedra. Finalmente, criado já nos anos 1950, o eixo voltado para a investigação das instituições políticas brasileiras, a que Lourival não chegou a dedicar nenhum trabalho acadêmico. Além desses, também haveria, paralelamente, um seminário de leitura e apresentação de trabalhos dos alunos, que se converteria, mais adiante, em espaço para a discussão das pesquisas realizadas junto à Cadeira.

A consideração da equipe de professores e pesquisadores permite identificar certo perfil na composição da Cadeira. Aparentemente, o padrão de recrutamento dos quadros parece condicionado por clivagens de classe, gênero e tipo de atividade. Os sobrenomes evidenciam o predomínio de descendentes dos ramos tradicionais da classe dominante paulista (seis) frente aqueles oriundos de famílias de imigrantes (quatro). Por outro lado, a quantidade bastante expressiva de mulheres (seis) em relação à de homens (quatro), indica uma nítida feminilização. Finalmente, alguns depoimentos permitem supor que o

destinadas, Maria de Lourdes Gomes Machado, no entanto, optou pelo modelo feminino mais conservador. Converteu o antigo “papel de prisioneira do lar em secretária dedicada: aquela que localiza as obras na estante, ficha os assuntos, ajuda em pequenas pesquisas, discute as idéias, passa os originais à máquina e se realiza, modestamente, delegando à cabeça do casal as glórias finais” (Souza, 1981-4:149-50). Conforme notou Pontes (1998: 126), enquanto Lourival se incumbia da direção de *Clima*, Maria de Lourdes atuava como secretária, assegurando “o apoio logístico e afetivo” necessário para a execução da revista e “para a realização profissional e intelectual” do marido. Ainda segundo a autora, mesmo formada pelo Instituto de Educação, especializada em administração escolar, atuando como assistente de Fernando de Azevedo e ministrando o curso de didática na Faculdade de Filosofia, Maria de Lourdes não escreveu nenhum artigo para a revista (*idem*). Para completar o quadro, importa ainda acrescentar o fato de que Maria de Lourdes consta como parceira de Lourival na versão de livros em língua estrangeira para o português, notadamente as traduções de obras de Jean-Jacques Rousseau (1962) e Edward Macnall Burns (1959), esse último um dos livros de história da civilização ocidental mais difundidos na época. Os contrapontos entre Fernandes e demais integrantes do grupo *Clima*, bem como a classificação de Lourival como um caso de transição, também se apóiam nas análises de Pontes.

⁴⁸ As considerações que se seguem se apóiam no texto da autora.

recrutamento dos integrantes teria seguido preferencialmente o critério do bom desempenho das atividades de ensino.⁴⁹

O perfil dos trabalhos e a produtividade da equipe concorrem na mesma direção. Apenas oito trabalhos foram apresentados junto à Cadeira de Política no período. Em que pese o fato de todos, de algum modo, tangenciarem o tema do pensamento político (clássico ou brasileiro), predominam os estudos dedicados à história das idéias (três) e à análise histórica de aspectos político-institucionais (três). A agilidade na publicação também foi relativamente lenta, normalmente sob edição a cargo da própria Faculdade, sem evidências de maiores preocupações com o apuro ou a adaptação necessária à circulação para um público mais amplo de leitores.⁵⁰ Provavelmente isso corresponde à ausência de qualquer estratégia regular de publicação em periódicos ou coleções especializados. Nesse quesito, ao contrário das demais Cadeiras do Departamento de Sociologia e Antropologia, que, com pouca variação, ou contavam com veículos próprios – caso da Cadeira de Antropologia, por exemplo –, ou acionavam o capital de relações com os editores de outros veículos – caso do grupo da Cadeira de Sociologia I –, a equipe reunida sob o comando de Lourival não dispunha de muitos meios para a publicação dos resultados das pesquisas realizadas. Mesmo assim contaram com a *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, editada em Minas Gerais, para esse fim.⁵¹

Mesmo correndo o risco de estabelecer associações demasiado mecânicas, seria plausível encontrar relações diretas entre o padrão de recrutamento, o perfil da produção intelectual e a valorização da atividade docente. De um lado, o predomínio de descendentes de famílias tradicionais em declínio social, que traziam fortes disposições para a valorização do passado, corresponde à presença recorrente da abordagem da história das idéias nos trabalhos do grupo. De outro, a maior feminilização, por uma espécie de homologia estrutural (feminino *versus* masculino), impelia a especialização justamente naquelas atividades tidas como mais femininas, voltadas à reprodução do corpo docente e do conhecimento. Nessas condições, todos esses fatores convergem no sentido de estabelecer um padrão de trabalho

⁴⁹ No período em que Gomes Machado foi, formalmente, o chefe da cadeira (1954-1967) passaram por ela, em ordem cronológica, os seguintes professores: Paula Beiguelman, Oliveiros S. Ferreira, Maria do Carmo Campello de Souza, Ceci Martinho, Célia Nunes Galvão Quirino, Francisco Weffort, Eduardo Kugelmas, Marly Spínola, e Nely Pereira Pinto. Os depoimentos referidos são, respectivamente, o de Ferreira (1994: 283), que aponta a clareza das aulas e conferências de Gomes Machado, e os de Löwy (1996), Schwarz (2004) e Martins (2006), que ressaltam, entre outros aspectos, as qualidades das aulas de Beiguelman.

⁵⁰ Em relação à aparente despreocupação quanto aos ajustes para publicação dos trabalhos, num trecho de depoimento escrito, Ferreira (1994: 283) afirma que todas as citações do jurista Hugo Grotius na tese de livre-docência de Gomes Machado foram feitas em latim.

⁵¹ Sobre a *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, da qual Gomes Machado integrava o conselho editorial, consultar Arruda (2001b: 328).

que prioriza a assimilação do arcabouço conceitual da disciplina pelo ângulo teórico, bem como um modelo de ensino mais dirigido para a formação de professores do que de pesquisadores treinados em investigação empírica. Noutros termos, tais características contribuem para situar a Cadeira de Política no nível mais baixo do gradiente de institucionalização das ciências sociais e, portanto, indicam certa continuidade com os modelos intelectuais do período anterior à consolidação das novas instituições de ensino e pesquisa em São Paulo.⁵²

Segundo os depoimentos de professores que integraram a equipe da Cadeira no período, Lourival pretendia desenvolver tanto teoricamente quanto institucionalmente a área de Política.⁵³ A preocupação teórica visaria aperfeiçoar a definição dos fenômenos políticos que vinha sendo elaborada pelo catedrático, delimitando mais nitidamente os contornos do objeto e os métodos necessários para apreendê-lo em função de sua especificidade. Já a aspiração institucional estaria direcionada à transformação da Cadeira de Política em um departamento próprio, que permitiria a introdução de novas disciplinas voltadas para a área e o alargamento de seu espaço na Faculdade. Porém, a pretensão não foi levada adiante. Ou seja, não se converteu em um projeto acadêmico que, ao ser implementado, possibilitasse maior grau de autonomização em relação à sociologia e estabelecesse em bases mais sólidas uma outra disciplina. De modo que sob a liderança de Lourival, a Cadeira de Política desenvolveu um tipo de conhecimento que ora aproximava-se da sociologia política, ora da filosofia política.

Certamente o processo acidentado de consolidação da área se deve, em grande medida, à indefinição de Lourival, que, dividido entre os campos das artes plásticas e o acadêmico, restringiu substancialmente sua margem de investimento na carreira científica. Seria possível afirmar que as atividades acadêmicas foram mesmo secundárias quando comparadas às realizações como crítico e ao envolvimento institucional no ramo da arte, onde a envergadura tanto de sua produção quanto do prestígio obtido foram maiores. A formação científica obtida junto à Faculdade de Filosofia funcionou como instrumento efetivo de

⁵² A relação entre mobilidade social e temporalidade já foi bastante explorada pela literatura sociológica. Mannheim (1963), por exemplo, em seu conhecido ensaio sobre a formação do pensamento conservador na Alemanha, constitui uma referência importante. No Brasil, a produção sociológica dedicada à história das ciências sociais também conta com trabalhos que abordaram o assunto. Referimos especialmente um estudo de Arruda (2001b: 36-37) que trata da ligação entre a ascensão social de Fernandes e o esforço de ruptura com a explicação histórica em suas primeiras obras. Pulici (2004) também enfrentou o tema em uma análise comparativa das diferentes apreciações do tempo nas formulações dos integrantes das Cadeiras de Sociologia I (mais voltados ao presente) e II (mais direcionados ao passado). No que se refere à associação (homologia estrutural) entre as clivagens produção-reprodução de conhecimento e homem-mulher, a inspiração está baseada nos trabalhos de Bourdieu (2002) e Souza (1987).

⁵³ As informações foram obtidas principalmente em Ferreira (2002: 15; 1994: 283).

diferenciação e legitimação como crítico, justamente em um momento de baixa institucionalização dessa atividade e no qual os ocupantes das posições dominantes no sistema de produção cultural paulista passavam a valorizar a técnica e a pesquisa em detrimento do experimentalismo e da liberdade artística (Pontes, 1998: 46-47).

Tais afirmações encontram respaldo quando os feitos de Lourival no campo das artes plásticas são passados em revista. Desde 1941 quando estréia como crítico nas páginas de *Clima*, considerada o primeiro produto coletivo da Faculdade de Filosofia da USP, fruto das afinidades (pessoais, sociais, políticas etc.) entre amigos imersos na sociabilidade acadêmica, Lourival progressivamente se afirmou como crítico de artes plásticas, conquistando visibilidade na cena cultural paulistana e aproveitando as oportunidades propiciadas pela ampla e diversificada rede de iniciativas culturais, todas ancoradas no processo de modernização vivenciado pelo estado de São Paulo na primeira metade do século XX.⁵⁴

Em 1945, recebe o prêmio Fábio Prado pelo ensaio *Retrato da arte moderna no Brasil*, em que realizou uma avaliação do estado das artes, alinha-se às propostas estéticas e culturais do movimento modernista e apresenta os contornos de um projeto intelectual dedicado a análise da arte feita no período colonial brasileiro, principalmente o barroco mineiro. Já em 1949, por indicação de Francisco Matarazzo Sobrinho, passa a ocupar o cargo de diretor do Museu de Arte Moderna de São Paulo, no qual organiza a I Bienal em 1951. No ano seguinte é contratado para a Cadeira de História da Arte e Estética da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. Entre 1956 e 62, Lourival se ocupa da Seção de Arte do *Suplemento Literário* do jornal *O Estado de S. Paulo*, idealizado por Antonio Candido de Mello e Souza e dirigido por Décio de Almeida Prado, ambos antigos companheiros da revista *Clima*.

Não obstante, a sinalização mais contundente da secundarização das atividades acadêmicas em relação às realizações no campo das artes plásticas, seria o desempenho, a partir de 1962, da função de Diretor do Departamento de Assuntos Culturais da Unesco, que o levaria, no início do ano seguinte, a abandonar oficiosamente a Cátedra de Política. Encarado em perspectiva, o fato parece surpreendente, podendo, inclusive, ser tratado como uma espécie de conversão decisiva de Gomes Machado ao campo das artes plásticas. Da perspectiva dos integrantes da equipe da Cadeira, além da surpresa, o evento foi vivenciado

⁵⁴ Para citar alguns exemplos de empreendimentos institucionais podemos mencionar, além dos próprios estabelecimentos de ensino e pesquisa em nível superior, os jornais *Folha da Manhã* e *O Estado de S. Paulo*, as revistas culturais *Anhembi*, *Clima* e, posteriormente, *Brasiliense*, as editoras Nacional e Martins, a Cinemateca, o Departamento de Cultura, o Museu de Arte Moderna, o Conservatório Municipal etc. Para uma abordagem mais detalhada ver Arruda (2001b).

como um abandono: “A ida para a Unesco tomou todos nós da Política de surpresa – e por que não dizer, de uma sensação de desamparo” (Ferreira, 1994: 284).

*

De 1963 a 1968 quando foi realizado o concurso de cátedra, Paula Beiguelman exerceu a função de chefe da Cadeira de Política. O concurso foi realizado em decorrência da morte de Lourival no ano anterior. Foram, portanto, cerca de 6 anos à frente da cátedra. A vitória de Fernando Henrique Cardoso sinalizou emblematicamente as assimetrias entre as Cadeiras de Sociologia I e de Política e as assimetrias existentes os gêneros masculino e feminino colocadas pelo sistema de cátedras.

Esse período será interpretado nos próximos capítulos como uma experiência precursora que, ao lado das ocorridas no Rio de Janeiro e Minas Gerais pouco depois, constituíram uma disciplina autônoma – a ciência política – em relação à sociologia. Mesmo que Paula Beiguelman e seu grupo não defendessem explicitamente a constituição da ciência política nesses termos, o fato de terem formulado um programa de pesquisas abrangente já seria suficiente para definir uma disciplina autônoma. Esse programa, a ser esmiuçado mais adiante, embora tenha sido bloqueado institucionalmente pelo revés sofrido no concurso de cátedra de 1968 e, cerca de um ano depois, pela aposentaria compulsória, constituiu o eixo em torno do qual se orientaram as principais pesquisas realizadas pela ciência política da USP nos anos de 1970 e 1980.⁵⁵

A interrupção do projeto intelectual e acadêmico de Paula Beiguelman – causada pela derrota no concurso de 1968 e pela aposentadoria compulsória no ano seguinte – determinou em boa parte a recepção relativamente desfavorável de suas obras e o obscurecimento do papel institucional que desempenhou. Para isso também foi determinante o esforço pela legitimação da ciência política no Rio de Janeiro e Minas Gerais, tema do próximo capítulo deste trabalho.

⁵⁵ Em decorrência direta ou indireta das perseguições políticas (exílios, prisões, demissões sumárias etc.), o quadro da equipe da Cadeira foi se reduzindo e as condições institucionais para a realização das atividades progressivamente restringidas. Depois de 1969, quando ocorrem as aposentadorias compulsórias o quadro de professores da Cadeira de Política fica reduzido a dois professores – Oliveiros e Weffort (Quirino, 1994: 347). Sobre as implicações das ações oficiais e não oficiais para a universidade em geral e para a FFCL em particular, ver Irene Cardoso (2001:109).

CAPÍTULO 3 - Da política a ciência política: disputas pela legitimação de uma nova disciplina

Além dos efeitos desvalorizadores resultantes da hegemonia exercida pela Cadeira de Sociologia I, a experiência da Cadeira de Política da FFCL também foi obscurecida pelo processo de afirmação da ciência política que se deu no eixo Belo Horizonte - Rio de Janeiro.

A partir de meados dos anos de 1960, começava a surgir nessas duas cidades uma nova geração de cientistas sociais que tomaria a dianteira do processo de afirmação da ciência política como disciplina acadêmica e autônoma em relação aos outros ramos do saber – inicialmente o Direito e depois a Sociologia. Paradoxalmente, a contraposição à identidade disciplinar mais afluyente – a sociologia – implicaria menosprezar a especificidade da experiência intelectual constituída nos quadros da Cadeira de Política da USP.

Mineiros formados pelo Curso de Sociologia e Política (1953-66) da Faculdade de Administração e Ciências Econômicas (FACE) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – destacando-se Bolívar Lamounier – e cariocas referenciados no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) – sob a liderança de Wanderley Guilherme dos Santos – empreenderam uma tentativa de legitimação disciplinar recorrendo a uma dupla estratégia: de um lado, buscando diferenciação em relação aos sociólogos paulistas; de outro, procurando estabelecer uma continuidade com a tradição da reflexão política dos chamados “pensadores autoritários” dos anos de 1920.

Esse processo foi condicionado por fatores de ordem local e internacional. Entre os primeiros, contam o padrão de desenvolvimento institucional assumido pelas ciências sociais nos estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais até a década de 1960 e, já nos marcos do regime militar, a estruturação dos sistemas nacionais de pós-graduação e de ciência e tecnologia. Quanto aos segundos, ocupa posição de destaque a política de fomento implantada pela seção local da Fundação Ford, parte do projeto de hegemonia cultural norte-americana para a América Latina.

I

Não obstante as divergências de interpretação em textos sobre o desenvolvimento das ciências sociais fluminenses, a ausência de uma instituição universitária em condições de

exercer a função de centro de gravitação da vida cultural aparece como um elemento explicativo comum (Miceli, 2001a; Almeida, 2001; Oliveira, 1995).

Tradicional sede do poder político e administrativo do país, a cidade do Rio de Janeiro, justamente por abrigar os postos mais prestigiosos da máquina pública, as principais instituições, movimentos e associações de toda sorte⁵⁶, desempenhou a função de arena em que grupos de interesse dos mais variados matizes – católicos, liberais, integralistas e comunistas – disputavam hegemonia. Como seria o esperado num contexto como esse, as iniciativas voltadas à criação da instituição universitária foram imediatamente identificadas como tomadas de posição de alguma das forças em luta, e, por isso, acabaram ora como alvo das investidas de rivais alojados nos centros de decisão política, ora como mais um espaço para o embate direto entre aqueles grupos.

As freqüentes interferências governamentais sobre os assuntos universitários – nomeação, carreira, hierarquia, orientação intelectual e mesmo divisão didático-científica –, somada à propensão dos próprios quadros acadêmicos a operarem muito mais segundo essas demandas externas do que sob critérios e procedimentos típicos da prática científica, conformou um ambiente institucional pouco propício à rotinização da atividade de pesquisa. Além disso, enquanto o ensino nas novas modalidades disciplinares ocorreu, mais ou menos regularmente, na forma de cursos de graduação oferecidos pela instituição universitária, a pesquisa nessas áreas se deu por fora dela, em centros desvinculados do sistema de ensino superior e, não raro, voltados ao assessoramento de órgãos de governo, especialmente nas tarefas de formulação e planejamento de políticas públicas. Por tais motivos, verificou-se na capital federal um padrão de desenvolvimento das ciências sociais em que tais atividades estiveram divorciadas, configurando uma espécie de divisão institucional do trabalho científico segundo a qual coube à universidade a preparação de quadros docentes e aos centros o encargo da produção de um conhecimento com caráter muitas vezes intervencionista. De qualquer maneira, a proximidade aos centros de poder comparece como elemento determinante na modelagem de padrões de trabalho, critérios de avaliação, hierarquias de temas e objetos, paradigmas explicativos, gêneros de expressão, enfim, de todo um perfil de vida intelectual imerso na lógica da esfera política.

⁵⁶ Em seu estudo sobre o desenvolvimento das ciências sociais no Rio de Janeiro, Lúcia Lippi Oliveira (1995: 244) enumera alguma delas: Museu Nacional (1818), Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838), Escola Militar (1839), Instituto dos Advogados Brasileiros (1843), Escola Politécnica (1874), Academia Brasileira de Letras (1897), Instituto Manguinhos (1901), Faculdade de Direito, Escola de Medicina (1912), Academia Brasileira de Ciência (1916), Associação Brasileira Educação (1924). Importa mencionar ainda a Escola de Belas-Artes (1824), o Colégio Pedro II (1837), o Conservatório de Música (1841) e o Itamaraty (1899).

O destino da Universidade do Distrito Federal (UDF), fundada em 1935 e fechada quatro anos mais tarde, expressa a ação desses condicionamentos. Iniciativa de Anísio Teixeira à frente da Diretoria de Instrução Pública do Distrito Federal durante a interventoria de Pedro Ernesto (1884-1942), a UDF representou a convergência entre uma plataforma política voltada à obtenção de dividendos eleitorais com a expansão da rede de serviços públicos – principalmente saúde e educação – e as propostas dos “educadores profissionais” reunidos na Associação Brasileira de Educação (ABE). Constituíra, portanto, um desdobramento no setor educacional das transformações em curso na década de 1930 e, desse modo, a concretização da acepção liberal em matéria de ensino superior. Segundo tal acepção, a universidade seria o lugar da atividade científica livre, da produção cultural desinteressada, demandando, pois, larga margem de autonomia didática e administrativa. O que se evidenciava na organização mesma da universidade, formada pela junção de Escolas como a de Economia e Direito, de Ciências, de Filosofia e Letras, e de Institutos como o de Educação e o de Artes. A montagem do quadro docente seguiu a mesma orientação, foram recrutados professores brasileiros identificados aos ideais modernizadores e professores estrangeiros em começo de carreira⁵⁷.

Estruturada nesses moldes, a UDF contrariava os decretos dedicados ao estabelecimento dos padrões de organização do ensino superior que, ao menos desde 1931, vinham sendo promulgados pelo Ministério de Educação e Saúde Pública, especialmente o Estatuto das Universidades Brasileiras. Não por acaso, pois esses decretos refletiam uma concepção educacional distinta, que preconizava, entre outros aspectos, a centralização do sistema de ensino superior, a adoção de um modelo único de organização e de restrições sobre a autonomia didático-administrativa. A base para a consecução dessa orientação foi proporcionada pela aliança envolvendo a vertente autoritária dos reformadores da instrução pública – então representada na cúpula do governo provisório por Francisco Campos – e a Igreja Católica, representada por todo um plantel de intelectuais que, como Alceu Amoroso

⁵⁷ Contavam entre os brasileiros chamados para compor as áreas de ciências sociais, letras e artes: Afonso Arinos de Mello Franco (1905-1990), Álvaro Vieira Pinto (1909-1987), Arthur Ramos (1903-1949), Cândido Portinari (1903-1962), Gilberto Freyre (1900-1987), Heitor Villa-Lobos (1887-1959), Hermes Lima (1902-1978), Jorge de Lima (1893-1953), Josué de Castro (1908-1973), Lourenço Filho (1897-1970), Mário de Andrade (1893-1945), Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982). À exemplo do que ocorreu com a congênere paulista, também foi acertada a vinda de missões estrangeiras para lecionar na UDF. Também como em São Paulo, os integrantes da missão francesa ocuparam preferencialmente as áreas de ciências sociais e letras. Integraram a missão francesa: Emilie Brehier (filosofia), Etienne Souriau (literatura grega), Eugene Albertini (história romana), François Perroux (economia), Gaston Leduc (linguística), Henri Tronçon (história), Jaques Perret (literatura latina), Jean Boucier (literatura francesa), Pierre Deffontaines (geografia) e Robert Garric (literatura). Outros professores europeus lecionaram nas áreas de ciências naturais. Tanto a listagem dos professores brasileiros quanto dos estrangeiros foram compulsados em Almeida (2001: 233) e Cunha (1980: 247).

Lima, atuava em braços institucionais leigos: o Centro Dom Vital, o Instituto Católico de Estudos Superiores (ICES) e a revista *A Ordem* (Almeida, 2001: 232)⁵⁸.

Seguramente, os ataques desferidos pelas lideranças católicas e os obstáculos oferecidos por uma máquina governamental cuja capacidade de intervenção era aumentada pelos processos de especialização e unificação burocrática, colocaram muitas dificuldades ao funcionamento regular da UDF. Todavia, foram os eventos relacionados ao acirramento da conjuntura política em meados 1930 que provocaram seu malogro definitivo: em razão de sua participação na Aliança Nacional Libertadora (ANL), Anísio Teixeira foi acusado de envolvimento com o levante comunista e acabou afastado ainda em 1935. Sem contar com o respaldo de seu idealizador e principal defensor nas instâncias do poder municipal, a universidade teve a direção entregue aos opositores e foi fechada em 1939⁵⁹.

O esforço despendido por essa aliança contrária à UDF torna-se mais compreensível quando se considera o investimento paralelo na montagem de outra instituição: a Universidade do Brasil (UB). A nova universidade foi, em grande medida, o resultado da reorganização sofrida pela Universidade do Rio de Janeiro⁶⁰, que, pelos decretos federais de 1937, passaria a incorporar um conjunto diversificado de escolas superiores e institutos então espalhados pelo estado. As indicações constantes no plano original fornecem uma medida do tamanho das ambições de seus idealizadores: somando aquilo que já existia e as inovações, a universidade chegaria a reunir 15 escolas superiores – doravante qualificadas como “nacionais” – e 16 institutos⁶¹.

⁵⁸ De fato, tal aliança tinha seus antecedentes em Minas Gerais, na política de colaboração estabelecida entre Antônio Carlos de Andrada, que presidiu a província de 1926 a 1930, e a Igreja Católica, por meio da atuação do Arcebispo de Mariana, Helvécio Gomes de Oliveira. Com a transferência dos principais quadros políticos mineiros para compor o governo provisório e a nomeação de dom Sebastião Leme para Arcebispo Coadjutor do Rio de Janeiro, tal aliança encontrou as condições necessárias para sua reprodução no plano federal (Cunha, 1980: 220-223).

⁵⁹ Os principais envolvidos nesse processo foram Gustavo Capanema, que desde 1934 chefiava o Ministério da Educação e Saúde Pública, Francisco Campos, que tinha sido indicado em 1935 para substituir Anísio Teixeira na Direção de Instrução Pública do Distrito Federal e Alceu Amoroso Lima, que entre 1938 e 39 ocupou o cargo de reitor (Oliveira, 1995: 246).

⁶⁰ A Universidade do Rio de Janeiro foi criada em 1920 a partir da aglutinação da Escola Politécnica, da Escola de Medicina e da fusão das duas Faculdades Livres de Direito em funcionamento na capital federal. Foi durante algum tempo encarada como “fachada” para um “conglomerado de escolas que continuavam a ser tão isoladas quanto antes, mantendo o mesmo currículo de quando eram apenas faculdades [,] sem nenhum vínculo” (Cunha, 1980: 193). Juntamente à Universidade de Minas Gerais, criada em 1927, a Universidade do Rio de Janeiro freqüentava as propostas dos educadores profissionais como a encarnação de tudo aquilo que *não* deveria ser uma universidade.

⁶¹ Segundo o plano inicial, a Universidade do Brasil seria composta pelas faculdades nacionais de Farmácia, de Filosofia, de Educação, de Medicina, de Odontologia, de Direito, de Política e Economia; pelas escolas nacionais de Engenharia, Minas e Metalurgia, de Química, de Agronomia, de Veterinária, de Arquitetura, de Belas-Artes, de Música; pelos institutos de Biotipologia, de Criminologia, de Eletrônica, de Eletrorradiologia, de Ensaio de Materiais, de Física, Hidroarodinâmica, de História e Geografia, de Mecânica Industrial, de Metalurgia, de Nutrição, de Organização política e Econômica, de Psiquiatria, de Química e Eletroquímica; pelo Museu

Tópico recorrente nas formulações em voga acerca da organização do ensino superior, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – no caso, Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi) – ocupava uma posição central nesse arranjo institucional. Dedicada ao cultivo de um saber livre de implicações práticas, a faculdade seria o núcleo integrador da instituição, fornecendo aos demais institutos e escolas profissionais o estatuto universitário propriamente dito. As nomeações para as cátedras das seções de educação, ciências e letras seguiram combinação semelhante a que fora empregada na UDF, embora sob crivo ideológico diverso e sempre mediante autorização do próprio Getúlio Vargas: afora aqueles aproveitados do quadro docente da UDF – como Álvaro Vieira Pinto, Arthur Ramos e Josué de Castro, por exemplo – os professores nativos foram preferencialmente recrutados junto às fileiras de sustentação do novo regime; já os estrangeiros, especialmente os franceses, conforme afinidade mais ou menos manifesta com o pensamento católico (Almeida, 2001: 235-236)⁶².

A UB e a FNFfi não lograram, porém, realizar completamente os propósitos almejados por seus mentores. Primeiramente, em decorrência da própria concepção autoritária e centralizadora do projeto, que, mais do que legitimar, pressupunha a interferência rotineira da cúpula governamental nos assuntos universitários. Em contrapartida, entabular conexões com as instâncias governamentais configurava igualmente uma estratégia eficaz empregada pelos grupos em disputa por espaço no cenário acadêmico (Almeida, 2001: 239). Depois, porque a estadia dos professores estrangeiros – não raro encurtada pelas pressões de potenciais ocupantes das vagas (e seus padrinhos políticos) – não foi suficiente para aclimatar uma cultura intelectual radicada no treinamento metodológico, no manejo da literatura científica e nas diferentes modalidades do trabalho de campo. Em seguida, pelo fato de que parte significativa dos professores brasileiros não possuía formação especializada nas disciplinas para as quais foram contratados – o conhecimento de que dispunham tinha lastro no tipo de atuação prática que lhes proporcionou notoriedade –, o que favoreceu a reprodução do padrão de trabalho intelectual marcadamente autodidata. Finalmente, porque o regime de dedicação integral do corpo docente, apesar das recomendações constantes no decreto de criação da universidade, não chegou a ser instituído plenamente; como um emprego de tempo parcial, o

Nacional; e, ainda, pelo Hospital das Clínicas, pela Escola Ana Néri – de enfermagem e serviço social – e pelo Colégio Universitário (Cunha, 1980: 272).

⁶² À exemplo do que se deu no caso da Universidade de São Paulo, a contratação da missão francesa para a FNFfi foi intermediada pela atuação de Georges Dumas junto ao Instituto Franco-Brasileiro do Rio de Janeiro, em funcionamento desde 1922. Entre os professores contratados estiveram Jacques Lambert (sociologia), André Gros (política), Antoine Bon (história), Maurice Byé (economia política), René Poirier (filosofia), Fortunat Strowski (literatura francesa) e Gilbert (geografia humana), (Peixoto, 2001: 484).

exercício da atividade acadêmica acabava sofrendo a concorrência de afazeres das mais variadas ordens.

O modo de organização do curso de ciências sociais da FNFi exemplifica bem a incidência desses fatores. O preenchimento das principais cadeiras do curso revela a combinação de critérios clientelísticos e ideológicos: Arthur Ramos, ao mesmo tempo catedrático de Psicologia Social na UDF e chefe do Serviço de Higiene Mental da Diretoria de Instrução Pública, foi indicado para a Cadeira de Antropologia e Etnologia, e André Gros e Jacques Lambert, credenciados como “católicos militantes”, respectivamente para as Cadeiras de Ciência Política e Sociologia. Com o retorno dos professores franceses ao país de origem em 1943, Victor Nunes Leal, então funcionário do Gabinete de Gustavo Capanema, é indicado para substituir interinamente André Gros e Luiz de Aguiar da Costa Pinto, próximo a Arthur Ramos, juntamente com Hildebrando Leal, ligado ao grupo católico, nomeados como professores assistentes pela Cadeira de Sociologia. À exceção de Costa Pinto, recém-formado pelo curso, nenhum desses professores possuía formação específica em ciências sociais: Arthur Ramos era formado pela Faculdade de Medicina da Bahia e se especializara em psicologia; Victor Nunes Leal era diplomado em direito pela Universidade do Rio de Janeiro; e Hildebrando Leal tinha formação confessional (Oliveira, 1995: 258). Os casos de Arthur Ramos e Victor Nunes Leal também sugerem que a atividade docente não foi exercida de maneira exclusiva: embora viesse redirecionando seus esforços para antropologia, o primeiro deles conciliou durante algum tempo as tarefas acadêmicas com o desempenho de cargos e atribuições associados à sua especialidade médica; já o segundo esteve sempre dividido entre a cátedra, o exercício de outras funções públicas e a advocacia.

Ao final das contas, não causa estranheza que a atividade de pesquisa não tenha se institucionalizado e que mesmo a formação em ciências sociais tenha encontrado na FNFi um ambiente pouco propício para prosperar – como assinala o baixo número de diplomados pelo curso (ao todo 30 no período que vai de 1939 a 1948), (Almeida, 2001: 236). Evidentemente, tal situação não significou a ausência de contribuições originais – como, aliás, demonstram os trabalhos de Arthur Ramos sobre as relações raciais, de Victor Nunes Leal sobre o sistema coronelista. Nestes casos, entretanto, as obras não resultaram diretamente do envolvimento dos autores na vida universitária, diferentemente do que ocorreu com Costa Pinto, que protagonizou uma luta um tanto isolada pela constituição da sociologia como ciência no Rio de Janeiro. Seus esforços apoiaram-se, sobretudo, numa rede de iniciativas internacionais, vinculadas a organismos como a Unesco e, posteriormente, a FLACSO e a CLAPCS, que serão abordados adiante.

Mais que ilustrar as dificuldades encontradas pela UB – e por extensão da FNFi – para impor requisitos acadêmicos de acesso, promoção e desempenho das carreiras, esse elenco de fatores sustenta a interpretação segundo a qual teria ocorrido de forma menos pronunciada, na capital federal, “vida acadêmica” no sentido de “uma atividade profissional permanente de docentes e pesquisadores em condições de fazer da universidade o centro de sua vida pessoal (afetiva e profissional), o lugar de suas realizações, o espaço prioritário de sociabilidade, o horizonte último de suas expectativas de melhoria social, a instância decisiva de reconhecimento do mérito científico e intelectual” (Miceli, 2001a: 107).

Sem contar com um centro gravitacional desse tipo, o desenvolvimento das ciências sociais fluminenses – ao menos no intervalo compreendido entre os anos 1930 e 1964 – se caracterizaria pela fragmentação em empreendimentos diversificados, em sua maioria de pequeno porte e que, com frequência, envolviam triangulações ligando lideranças intelectuais, relações políticas e contatos internacionais comuns. Tomada por outro ângulo, tal fragmentação também poderia ser vista como resposta – mais ou menos deliberada – dos praticantes dessas novas modalidades disciplinares ao próprio contexto. Em outros termos, a recorrência nos distintos empreendimentos de nomes como Anísio Teixeira, Victor Nunes Leal e Costa Pinto, “sugere que a diversificação institucional pode ter sido (...) uma estratégia frente à dificuldade de deitar raízes sólidas em terreno permanentemente varrido pela crise política e na ausência de tradições culturais que dessem lastro firme à atividade acadêmica” (Almeida, 2001: 245).

Uma parcela desses empreendimentos constitui desdobramento dos processos de expansão e racionalização da máquina pública federal que transcorrem nesse período. Tanto o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), criado por Lourenço Filho ainda em 1937, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), criado com o auxílio do geógrafo italiano Giorgio Mortara em 1938, integravam um rol de organismos que, originalmente criados para ampliar – pela coleta e tratamento de dados, e pela prestação de serviço de assistência técnica – a capacidade de elaboração, planejamento e execução das políticas governamentais, acabariam favorecendo direta ou indiretamente a produção de conhecimento nas áreas de ciências sociais⁶³ (Almeida, 2001: 237-238).

⁶³ Além da produção regular de estatísticas em bases nacionais, o IBGE contaria com um laboratório especialmente voltado aos estudos demográficos, os quais, posteriormente, constituiriam não somente um esteio para o subsequente avanço nessa área, mas insumos para boa parte das análises dedicadas ao tema do desenvolvimento. Quanto ao INEP, ao menos inicialmente, sua contribuição se restringiu ao setor educacional, atuando sobretudo na divulgação do pensamento pedagógico internacional e na sistematizando as informações educacionais do país.

Outra parcela desses empreendimentos emerge na conjuntura de redemocratização do país e está intimamente associada ao suporte técnico e financeiro proporcionado pelo Departamento de Ciências Sociais da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco), (Blanco, 2007: 103). A criação em 1946 desse Departamento esteve, por sua vez, relacionada ao período do pós-guerra, ao contexto mundial de desconfiança na capacidade de auto-regulação das forças do mercado e de correlata valorização das técnicas de planejamento racional tanto no nível dos Estados nacionais quanto no dos organismos multilaterais. O aperfeiçoamento dos métodos e técnicas de pesquisa, principalmente as de feitiço quantitativo, fortaleceu a crença de que a aplicação do conhecimento produzido pelas ciências sociais traria soluções racionais para os problemas sociais, situando-as no centro dos debates e expectativas públicas. Não foi por acaso, pois, que a política de fomento da Unesco ajudou a promover um conjunto multifacetado de iniciativas voltadas ao desenvolvimento das ciências sociais na América Latina: aprimoramento das técnicas e métodos de ensino, atualização bibliográfica, unificação do vocabulário especializado, estruturação de associações profissionais das diferentes disciplinas e criação de centros e institutos de pesquisa. No Brasil, tal política de fomento operou de modo decisivo na montagem do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) e do Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais (CLAPCS), ambos sediados no Rio de Janeiro.

O CBPE seria fundado em 1955, sob auspícios de Anísio Teixeira – nesse momento presidente do INEP –, de Costa Pinto – diretor da Divisão de Estudos e Pesquisas Educacionais –, e de Bertram Hutchington, Charles Wagley e Oto Kleinberg – todos consultores estrangeiros contratados via Unesco. Darcy Ribeiro, indicado para substituir Costa Pinto em 1957, também desempenharia papel importante em sua construção. Sob sua coordenação o centro promoveria iniciativas em diferentes frentes: além do desenvolvimento de investigações sobre uma ampla gama de temas – educação em comunidades rurais, manifestações religiosas, relações raciais, estratificação e mobilidade social, entre outros – também organizaria um curso de pós-graduação especialmente focado no treinamento em pesquisa e contaria com um periódico próprio (a revista *Educação e Ciências Sociais*). Por reunir em seus projetos pesquisadores das mais diversas procedências, o CBPE acabaria se convertendo num ponto de contato entre instituições das principais regiões do país, a começar pelas sediadas em São Paulo (Oliveira, 1995: 266)⁶⁴.

⁶⁴ Segundo Oliveira (1995: 266), a lista de colaboradores paulistas incluiria os nomes de Egon Schaden, Eunice Durham, Fernando Henrique Cardoso, Florestan Fernandes, Luis Pereira, Octávio Ianni e Oracy Nogueira.

Já a criação do CLAPCS se insere mais explicitamente no esforço de construção de uma estrutura internacional de ensino e pesquisa no continente. Sua origem mais imediata foi a conferência da Unesco relativa aos países do Cone Sul, que se realizou no Rio de Janeiro em 1956, e deliberou pela criação de dois centros de pesquisa em ciências sociais. O acordo seria efetivado no ano seguinte, quando uma conferência reunindo representantes de dezenove países aprovou a instalação do CLAPCS e da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), que teria sede em Santiago do Chile. Ambos foram idealizados como parte de um mesmo experimento transnacional, mas enquanto o primeiro estaria inteiramente voltado à pesquisa, a segunda seria encarregada de propiciar formação e treinamento pós-graduado em ciências sociais. Contavam com um comitê diretivo comum⁶⁵, mas com diretores próprios: Costa Pinto foi indicado para diretor do CLAPCS e Gustavo Lagos Matus da FLACSO. Considerado isoladamente, o CLAPCS seguiria um programa de investigação voltado à análise de problemas associados ao processo de modernização nos países da região, encampando, sozinho ou em conjunto com outros institutos, 37 projetos de pesquisa. Os resultados eram veiculados em publicações editadas pelo próprio centro, sendo a mais importante delas, a julgar por critérios como tiragem, regularidade, número e variedade de colaboradores, a revista *América Latina* (Blanco, 2007: 105-106).

Dentre os centros fluminenses criados nesse período, porém, o que teve maior visibilidade foi o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Seus antecedentes remontam a 1953, momento em que o plantel de intelectuais conhecido como “Grupo de Itatiaia” obtém respaldo junto ao Ministério da Educação e Cultura para instalar o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP), órgão de pesquisa e assessoramento da máquina pública federal, com a pretensão maior de fornecer um projeto de desenvolvimento nacional. Apesar das pretensões, o instituto acabaria funcionando precariamente até 1955, quando a interferência de Anísio Teixeira e a mobilização de contatos na área econômica do governo de Juscelino Kubitschek garantem melhores condições de operação. Além do novo nome, tais condições consistiram, basicamente, numa definição mais precisa tanto do estatuto jurídico quanto da estrutura propriamente dita do instituto. No tocante ao primeiro, embora o instituto estivesse forçosamente subordinado ao ministro da educação (que designava os membros dos conselhos), detinha autonomia administrativa e liberdade de cátedra. Quando à segunda, o instituto contava com os Conselhos Consultivo e

⁶⁵ Segundo Blanco (2007: 106), fizeram parte da primeira formação do comitê diretivo: Gino Germani (Argentina), José Rafael Arboleda (Colômbia), Orlando de Carvalho (Brasil), Oscar Chavez Ezquivel (Costa Rica), Lucio Mendieta y Nuñez (México), Isaac Ganón (Uruguai) e Salcedo Bastardo (Venezuela).

Curador, com a Diretoria Executiva e estava organizado em cinco Departamentos: Ciência Política, Economia, Filosofia, História e Sociologia.⁶⁶ (Toledo, 1997: 204-205).

Concebido como um centro de estudos pós-universitário, o ISEB promoveu cursos, seminários, conferências, pesquisas e publicações nos quais a participação era variada: professores e estudantes universitários, empresários e sindicalistas, além de representantes dos vários setores da máquina pública (oficiais, técnicos e parlamentares). Os integrantes das turmas regulares – com duração de um ano – usufruíam de bolsas cobertas pela instituição de origem, que viabilizavam dedicação integral aos cursos. A mesma situação, todavia, não encontrava correspondência no corpo docente. Dele faziam parte “intelectuais anfíbios”, ou seja, que se dividiam entre os afazeres do instituto e atribuições como o exercício de cátedras universitárias, o desempenho de cargos na administração pública, o assessoramento de entidades sindicais, iniciativas empresariais, entre outras. Em termos de sua composição social, o

“ISEB foi uma aliança entre jovens intelectuais requintados e licenciados pés-de-boi de famílias remediadas, os primeiros desejosos de calçar sua irresistível ascensão política por conta de uma presença conjugada no setor privado, no governo e nas instituições culturais, os demais discernindo nessas últimas possibilidades de associar suas veleidades intelectuais à militância política” (Miceli, 2001a: 102).

Tal aliança estaria escorada numa “sociabilidade um tanto perversa, em que os abonados não têm tempo nem disposição para os encargos docentes e administrativos de que se incumbem os outros; estes, por sua vez, não dispõem do cacife de relações sociais necessário à obtenção de recursos financeiros para viabilizar a própria instituição...” (idem: 103). Não parece exagerado supor que esse perfil de sociabilidade agregaria um ingrediente explosivo às rugas de cunho ideológico que mais adiante tomariam conta do ISEB.

Em que pesem o impacto imediato desses empreendimentos no campo intelectual e, mesmo, sua posterior repercussão no desenvolvimento das ciências sociais, a fragmentação institucional os tornariam muito suscetíveis às oscilações seja na influência de suas lideranças, seja no cacife de seus patronos políticos ou, ainda, no fluxo de recursos canalizados pelas agências internacionais. A ação desses fatores lança luz sobre o processo de declínio institucional enfrentado pela maioria desses empreendimentos, ao final levados de roldão pelo “efeito de dilúvio” provocado pelo Golpe Militar de 1964 (Almeida, 2001: 254).

⁶⁶ Segundo Toledo (1997: 205), no momento de criação do ISEB a Diretoria Executiva foi entregue a Roland Corbisier. Já os Departamentos foram chefiados, respectivamente, por: Hélio Jaguaribe, Evaldo Correa Lima, Álvaro Vieira Pinto, Cândido Mendes e Alberto Guerreiro Ramos.

II

O perfil assumido pelas ciências sociais em Minas Gerais traz as marcas da defasagem econômica e social vivenciada pelo estado durante a primeira metade do século passado. Não dispondo, como no caso do Rio de Janeiro, dos benefícios associados à condição de sede política e administrativa do país, e sem sofrer, como São Paulo, as transformações sociais acarretadas por processos acelerados de industrialização e urbanização, a estrutura social e ocupacional mineira permaneceu relativamente indiferenciada. De um lado, as iniciativas culturais do estado mineiro eram restritas e diretamente associadas à luta por espaço político travada pela oligarquia dirigente no plano nacional. De outro, a homogeneidade interna da elite local não deu ensejo à conformação de uma fração prioritariamente dedicada aos negócios da cultura (Miceli, 2001c: 24). Com isso, não se constitui um mercado de bens e oportunidades culturais com densidade suficiente para propiciar a diversificação das carreiras e ocupações muito além das tradicionais habilitações como o Direito – fundamental na lide com os negócios públicos no plano federal – e Medicina – central no funcionamento da política de clientela reinante no interior do estado. Em decorrência, as ciências sociais emergem mais tardiamente (quando comparado aos casos de São Paulo e Rio de Janeiro) e impulsionadas pelo projeto de modernização econômica e de racionalização da máquina pública que ganha força no estado em fins da década de 1940. Sob o mote da capacitação de pessoal técnico tanto para atuação na iniciativa privada quanto na esfera governamental, essas novas modalidades disciplinares sofreram a influência decisiva das áreas do direito, da economia e da administração, dando origem a um perfil de cientista social particularmente sensível aos aspectos político-institucionais dos fenômenos sociais.

A Universidade de Minas Gerais (UMG) foi viabilizada precocemente ainda 1927, sob o empuxe da reforma de instrução pública dirigida por Francisco Campos, então secretário de educação do governo estadual de Antônio Carlos de Andrada. Apesar de contar entre seus mentores adeptos dos princípios defendidos pelo movimento escola nova, sua forma de organização não fugiu ao usual padrão de agregação de faculdades ou escolas já existentes. As faculdades de Direito e de Medicina, e as escolas de Engenharia e de Odontologia e Farmácia foram agrupadas sob o formato de fundação privada, o que, se por um lado, visava preservar a autonomia da nova organização universitária em relação ao governo estadual, por outro, com a ausência de uniformidade didática e administrativa, contribuiu para perpetuar a situação de isolamento vigente anteriormente. Restrito ao campo daqueles saberes que, como o jurídico e o médico, serviam mais imediatamente às necessidades políticas da oligarquia mineira, o

projeto universitário não previa qualquer inovação institucional e, ao menos inicialmente, deixou de lado as ciências sociais (Arruda, 2001a: 287-288).

Tais modalidades disciplinares não contariam com nenhuma iniciativa que as contemplassem ao menos até a década seguinte, quando o primeiro curso de ciências sociais é inaugurado no âmbito da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, uma entidade de direito privado que, posteriormente, seria incorporada à UMG em meio ao processo de federalização iniciado em 1949. Sem contar com uma procura satisfatória, no entanto, o curso logo foi fechado e só voltaria a funcionar ainda que precariamente a partir de 1947. Conforme notou Arruda, as dificuldades enfrentadas por esse curso no tocante à demanda sinalizam o fato de que a sociedade mineira ainda não alcançara o grau de dinamismo necessário para dar ensejo a essas oportunidades de carreira (Arruda, 2001a: 290).

A iniciativa com repercussão mais duradoura para o desenvolvimento das ciências sociais seria viabilizada apenas em 1953, com a criação do Curso de Sociologia e Política nos quadros da Faculdade de Administração e Ciências Econômicas (FACE), outra instituição de ensino superior isolada que passaria a integrar a estrutura da UMG no momento de sua federalização. Diferentemente da Faculdade de Filosofia, no entanto, a FACE teve a seu favor alguns fatores que se mostraram fundamentais para garantir o seu sucesso. Primeiro, pôde contar com a atuação de lideranças institucionais que, além de inovadoras, tinham trânsito junto aos círculos dirigentes da elite mineira. Depois, dispôs de uma sólida rede de apoio de empresários, que, figuravam, inclusive, como representantes em seu conselho diretor. Finalmente, sua criação se deu num momento em que várias providências visando reverter à situação de estagnação da economia mineira eram tomadas tanto no nível estadual como no municipal, o que ajudava a colocar na ordem do dia a preocupação com a formação de profissionais especialmente treinados para lidar com as tarefas de gestão pública e privada (Arruda, 2001a: 297).

Cada um dos cursos oferecidos pela FACE estava destinado a atender as demandas de um segmento específico do mercado de trabalho: o de ciências econômicas visava formar profissionais treinados em macroeconomia; os de ciências contábeis e administração estavam direcionados ao setor privado, especialmente a indústria; enquanto os cursos de sociologia e política e administração pública estavam orientados para formar quadros para a burocracia pública mineira (Arruda, 2001a: 300). Nesse sentido, a motivação expressa no projeto da FACE não estava, ao menos inicialmente, direcionada para fins acadêmicos, mas sim voltada à preparação de técnicos capazes de gerir eventuais processos de modernização da economia e de racionalização da máquina pública mineira.

A estrutura do currículo dos cursos de sociologia e política e administração pública eram semelhantes. Eram ministradas predominantemente disciplinas nas áreas de direito, economia e administração, possibilitando, assim, o aparelhamento dos alunos para lidar com a dimensão institucional do poder.

Ao quadro docente foram incorporadas figuras com projeção nacional – tais como Fernando Reis (presidente da Cia. Vale do Rio Doce), José de Magalhães Pinto (banqueiro e político) e Lucas Lopes (funcionário público de alto escalão). Evidentemente, essa opção não seguia critérios didáticos, mas visava reunir prestígio e recursos necessários à consolidação da nova faculdade (Arruda, 2001a: 303-304). Para contornar o problema da ausência de um corpo de professores especializado nas novas modalidades disciplinares, os mentores da FACE introduziram inovações organizacionais com vistas a dotar a própria faculdade das condições necessárias à capacitação e reprodução do seu quadro docente.

As inovações estavam especialmente focadas nos dois grupos que formavam a base da carreira acadêmica: o corpo discente e os jovens professores em início de carreira. Em relação ao primeiro, a principal medida foi a implantação de um sistema hierarquizado de bolsas de estudos que exigia, como contrapartida, dedicação integral, auxílio nas atividades didáticas e apresentação de monografias ao final do ano (Arruda, 2001a: 304). Quanto ao segundo grupo, a alteração mais significativa foi a instauração de uma estrutura de cargos que possibilitava ao professor acumular a função de pesquisador, o que, na prática, instituiu um regime de trabalho equivalente à dedicação exclusiva (idem: 305).

O conjunto dessas modificações engendrou a constituição de dois segmentos que se distinguiam justamente pelo tipo de envolvimento que mantinham com a faculdade: de um lado, os chamados alunos “regulares” e, de outro, a “elite”. No primeiro estavam aqueles que, uma vez diplomados, se lançariam a ocupar os postos abertos no mercado profissional. Já no segundo, figuravam os alunos bolsistas, potenciais candidatos a integrar o quadro permanente da instituição.

O engajamento em tempo integral, somado ao desempenho conjugado de atividades de ensino e de pesquisa, ofereceu condições para que esse segmento de “elite” da faculdade se convertesse num núcleo propriamente acadêmico. A atuação desse núcleo de profissionais acadêmicos, por sua vez, foi suficiente para dar ensejo ao processo de institucionalização das ciências sociais em Minas Gerais.

Tal processo de institucionalização se intensificou, na década seguinte, dando ensejo à criação de uma revista especializada (a *Revista Brasileira de Ciências Sociais*), à realização de congressos nacionais e à constituição do Departamento de Ciência Política. Não sem

causar tensões e divergências internas, o Departamento de Ciência Política teria perfil mais acadêmico, distanciando-se, assim, do projeto anterior, mais afinado com a ideologia desenvolvimentista. Não por acaso, será, em 1966, o primeiro foco de investimento da Fundação Ford no país, marcando um dos momentos decisivos da autonomização da disciplina no interior do campo das ciências sociais no Brasil.

O modelo criado em Minas Gerais, no entanto, tinha limitações. A ausência de um currículo centrado em disciplinas atinentes às ciências sociais, especialmente sociologia, obrigaria os diplomados pelo Curso de Sociologia e Política a complementar sua formação em outros centros intelectuais, principalmente na FLACSO, nos EUA e, posteriormente, no Rio de Janeiro. Além disso, as oportunidades de trabalho eram restritas em Minas Gerais, onde não havia centros ou núcleos de pesquisa em condições de absorver esses profissionais acadêmicos, também estimulou essa emigração intelectual, que tinha no Rio de Janeiro seu destino prioritário (Arruda, 2001a: 320-321).

III

Não obstante suas especificidades, as experiências das ciências sociais no Rio de Janeiro e em Minas Gerais apresentam estilos semelhantes, dado que ambas se desenvolveram sob influência direta da esfera política. De acordo com a interpretação de Forjaz, a inclinação para a política dos mineiros encontraria “eco na tradição intervencionista e militante das ciências sociais no Rio de Janeiro, imensamente marcada pela experiência isebiana” (Forjaz, 1997: 11). Essa afinidade, afirmada em contraposição a distintas correntes do pensamento – entre as quais ganha destaque a “escola sociológica paulista” –, permitiria certa identificação entre os grupos de cientistas políticos mineiros e cariocas.

A estruturação de um eixo que ligasse esses dois centros, conectando-os ainda a um esforço maior de afirmação das ciências sociais no país, se tornaria possível devido ao apoio proporcionado pela Fundação Ford. A partir da segunda metade da década de 1960, a agência cultural norte-americana iniciou uma política de fomento que viabilizou as condições para que a ciência política pudesse se consolidar enquanto ramo disciplinar autônomo.

Dotada da missão de difundir a política cultural hegemônica norte-americana, a Fundação Ford já havia atuado em todas as “grandes regiões do mundo” (Miceli, 1993: 35) quando chegou à América Latina em 1961, com a instalação de escritório no Rio de Janeiro. Os motivos que levaram uma agência norte-americana a investir em pesquisa e desenvolvimento das ciências sociais no Brasil, justamente ante a conjuntura política do

regime militar, estão relacionados tanto com as disputas no campo do poder dos Estados Unidos quanto às condições locais no campo das ciências sociais.

Dezalay e Garth (2002) analisam o processo de exportação das lutas internas do Norte para o Sul, demonstrando como as estratégias internacionais se desenvolvem em conexão às lutas e relações de poder que são travadas em ambos os pólos. A divisão do sistema de poder responsável pela política externa norte-americana – momento em que o Partido Democrata encontrava-se dividido entre os chamados “Pombas Democratas”, contrários as políticas de guerra fria e de intervenções nos países de terceiro mundo, e os “Falcões”, ala conservadora e responsável por levar a cabo essas políticas – espelhava-se, assim, no interior da própria Fundação Ford. Foi a construção de uma aliança entre os “Pombas Democratas” e os reformistas ligados aos governos latino-americanos recém depostos que garantiu a um determinado grupo da Fundação Ford a autonomia necessária para assumir papel oposto ao desempenhado pelos organismos da política de defesa norte-americana. O início da década de 1960 aparece, assim, como um momento de virada no qual a fundação irá investir fortemente na luta contra a pobreza, na promoção do desenvolvimento e na afirmação dos direitos das minorias.

Os integrantes das primeiras “missões” da Fundação Ford na América Latina optaram por investir nas instituições produtoras de conhecimento especializado, em detrimento dos órgãos governamentais (que, por estarem mais densamente estabelecidos, seriam menos suscetíveis às influências da agência), (Miceli, 1993: 41). Tais aspectos ajudam a entender porque a política de subvenção privilegiou as elites científicas e educacionais locais, ao invés de suas elites governamentais e empresariais (idem: 51).

No primeiro momento, a ênfase voltou-se para as áreas de economia, administração, engenharia e ciências naturais, sendo que o suporte aos cientistas sociais era catalogado sob a rubrica de “reforma universitária” (Miceli, 1993: 42). Com o passar dos anos, no entanto, as ciências sociais foram se convertendo em instrumento de uma “engenharia social” do desenvolvimento, adquirindo progressiva centralidade no rol de incentivos oferecidos pela fundação (idem: 43).

As experiências institucionais das ciências sociais no Brasil – “escola paulista de sociologia”, ISEB e Curso de Sociologia e Política da UFMG – haviam produzido lideranças intelectuais, criado publicações especializadas e ativado editoras, de modo a conformar um sistema de produção intelectual que, ao seu modo, estava voltado para o mesmo universo de preocupações da Fundação Ford: a superação da defasagem econômica, a erradicação da

pobreza e a modernização das instituições políticas. Tais nichos institucionais ofereciam uma “capacidade operacional” já estruturada que seria aproveitada pela agência:

...o lance mais acertado da Fundação Ford consistiu justamente em oferecer os recursos que garantissem a continuidade e eventualmente reorientassem esses experimentos institucionais, maximizando as vantagens desse conjunto de condições extremamente favoráveis e logrando assim notável rentabilidade sobre seus investimentos (Miceli, 1993: 59).

A ação da Fundação Ford passou, então, a perseguir a organização no Brasil de uma comunidade científica orientada por padrões críticos e competitivos. Para isto, incentivou a criação de programas de pós-graduação e de centros de pesquisa, e financiou os estudos de jovens lideranças científicas em universidades norte-americanas, a introdução de novas disciplinas – como a economia, demografia e ciência política –, a assimilação de novas técnicas e métodos de pesquisa, e a profissionalização das atividades e carreiras intelectuais (Miceli, 1993: 60).

A implementação deste programa de fomento para as ciências sociais se inicia justamente pela ciência política, seja por meio do financiamento de programas de pós-graduação, seja do oferecimento de bolsas de doutoramento no exterior. São justamente os jovens pesquisadores destes programas que se convertem, mais adiante, na primeira geração de cientistas políticos que realimentará o quadro de docentes e pesquisadores dos programas de pós-graduação das instituições brasileiras.

Após o investimento inicial no Departamento de Ciência Política da UFMG, a Fundação Ford se voltou para o Rio de Janeiro, firmando, em 1967, seu primeiro convênio com o Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Embora criado quatro anos antes, foi somente com o apoio recebido pela agência norte-americana que o IUPERJ passou a funcionar como ponto de aglutinação de um grupo de jovens cientistas sociais que viriam a desempenhar papel estratégico na consolidação da pesquisa e do ensino pós-graduado em ciências sociais no Brasil (Reis, 1993: 118).

A proposta institucional era de combinar pesquisa e ensino de pós-graduação fora da estrutura universitária. Com auxílio da Fundação Ford, o IUPERJ inaugurou, em 1969, o programa de mestrado em Ciência Política. A opção pelo investimento na ciência política espelhava a orientação geral da agência, que, ao invés de tentar modernizar os programas de ciências sociais ou de sociologia já existentes, priorizava aqueles espaços institucionais onde as “novas” disciplinas pudessem ser introduzidas (idem: 119).

O IUPERJ transformou-se, assim, na principal referência institucional para onde cientistas políticos de diversas localidades se dirigiram. Em especial, os jovens mineiros formados pelo Curso de Sociologia e Política e, posteriormente, pelo Departamento de Ciência Política da UFMG constituem o fluxo mais denso dessa migração intelectual⁶⁷.

IV

Passamos agora à análise das trajetórias de Wanderley Guilherme dos Santos e Bolívar Lamounier. Ambos desempenharam papéis decisivos no processo de afirmação da ciência política no Brasil, aparecendo, assim, como dois casos significativos para se entender a especificidade dos processos transcorridos no Rio de Janeiro e em Minas Gerais.

Nascido em 1935, na cidade do Rio de Janeiro, Wanderley Guilherme dos Santos graduou-se em Filosofia na FNFfi em 1958. Foi indicado por Álvaro Vieira Pinto para ser assistente na Cadeira de História da Filosofia, mas, em decorrência de problemas políticos, acabou não obtendo a nomeação para o cargo. A proximidade com Álvaro Vieira Pinto viabilizou, então, sua integração aos quadros do ISEB. Com a transferência de Vieira Pinto para assumir a diretoria executiva da instituição, em fins de 1960, Wanderley Guilherme dos Santos passou a ocupar a chefia do departamento de Filosofia. Em 1964, com a brusca extinção do ISEB, tornou-se professor do IUPERJ, instituição que ajudou a fundar. Ao final da década de 1960, obteve uma bolsa da Fundação Ford para realizar seu doutoramento na Universidade de Stanford, onde, em 1969, defendeu a tese *Impass and crisis in Brazilian politics*. Lecionou nas universidades de Wisconsin e Stanford. Em 1971, retornou ao Brasil, vinculando-se novamente ao IUPERJ, sendo que entre 1974 e 1977 foi seu diretor. Foi também um dos fundadores de Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) e seu presidente de 1982 a 1984.

Bolívar Lamounier nasceu em 1940, em Dolores do Indaiá, em Minas Gerais. Graduou-se no Curso de Sociologia e Política da UFMG, em 1964. Assim como diversos outros cientistas políticos mineiros e cariocas de sua geração, Bolívar Lamounier também foi beneficiado pelo auxílio concedido pela Fundação Ford para estudar nos Estados Unidos. Em 1974, doutorou-se em Ciência Política pela Universidade da Califórnia, Los Angeles, com a apresentação da tese *Ideology and authoritarian regimes: theoretical perspectives and a study of the Brazilian case*. Retornou ao Brasil com a incumbência de estruturar os Programas de

⁶⁷ Entre os intelectuais mineiros radicados no Rio de Janeiro, pode-se destacar Amaury de Souza, Bolívar Lamounier, Elisa Reis, José Murilo de Carvalho, Olavo Brasil de Lima Jr. e Renato Boschi.

Pós-Graduação do IUPERJ, passando a desempenhar um papel articulador no transito de professores mineiros para o Rio de Janeiro⁶⁸.

Além de terem realizado doutorado nos Estados Unidos, Wanderley Guilherme dos Santos e Bolívar Lamounier tem em comum uma tomada de posição no debate da história do pensamento brasileiro. Com objetivo de contribuir para a legitimação da abordagem própria da ciência política, recorreram a uma dupla estratégia: por um lado, estabelecendo continuidade com uma tradição de pensamento que havia enfrentado o problema da formação do Estado e da Nação; por outro, pela contraposição à sociologia, que era a identidade disciplinar mais afluente entre as ciências sociais.

Esta tentativa de legitimação pode ser comprovada pelo recurso aos seus textos “Paradigma e história: a ordem burguesa na imaginação social brasileira” (1978), de Wanderley Guilherme dos Santos, e “Formação de um pensamento político autoritário na primeira república. Uma interpretação” (1985), de Bolívar Lamounier. Embora tenham sido editados posteriormente, remetem a um debate transcorrido entre o final da década de 1960 e a primeira metade da década de 1970⁶⁹ – justamente o momento mais agudo de afirmação da ciência política. Apresentam posições analíticas divergentes, mas que, não obstante, convergem pela avaliação negativa da periodização da história das ciências sociais estabelecida por Florestan Fernandes.

De acordo com Wanderley Guilherme dos Santos, alguns fatores contribuíram para uma recepção favorável da versão da história do pensamento social brasileiro desenhada pelo grupo de Florestan Fernandes. O período autoritário que vai de 1937 a 1945, a inexistência de uma tradição organizada de estudos históricos, bem como a influência no meio intelectual brasileiro de cientistas sociais visitantes, teriam produzido uma “aparente descontinuidade” entre o pensamento político contemporâneo e do passado (Santos, 1978: p. 23). Tal percepção teria favorecido a difusão de esquemas interpretativos que, como o de Florestan Fernandes, viam na adoção de padrões universais de trabalho científico o único critério seguro de avaliação da qualidade do pensamento produzido. O que, por sua vez, teria acarretado a desconsideração da produção intelectual do passado.

⁶⁸ Posteriormente, mudou-se para São Paulo, onde lecionou na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e na USP, e integrou o CEBRAP. Foi um dos fundadores e o primeiro diretor do Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo (IDESP).

⁶⁹ Em 1967, uma versão anterior do texto de Wanderley Guilherme dos Santos foi publicado na *Dados*, revista do IUPERJ e principal publicação da ciência política no Brasil. Constitui o marco inicial do debate sobre a história do pensamento social brasileiro, a partir do qual o diálogo com Lamounier irá se desenvolver. A posição desse último será mais sistematicamente apresentada em 1974, com a conclusão de sua tese de doutorado (publicada posteriormente em 1977).

Bolívar Lamounier concorda inteiramente com esta avaliação e acrescenta que o modelo analítico sustentado por Florestan Fernandes – ao entender a institucionalização das atividades de ensino e pesquisa como o “divisor de águas” do pensamento brasileiro – teria associado a “apreensão correta da ‘realidade’ à assimilação da parafernália acadêmica (...) e não ao conteúdo substantivo das interpretações” (1985: p. 349).

O esquema criticado por estes pioneiros da ciência política era uma componente central da estratégia de legitimação acadêmica da sociologia que Florestan Fernandes havia levado a cabo na conjuntura intelectual imediatamente anterior. Tratava-se, então, de afirmar um padrão de trabalho científico, a valorização da pesquisa empírica, da explicação sociológica, em contraposição ao autodidatismo, ao bacharelismo, a explicação histórica que eram, em bloco, associados à tradição do pensamento social que se constituiu sem o suporte das novas instituições de ensino superior (Arruda, 2001b: 37 e 212).

Embora pareça provável que a consequência objetiva do esquema analítico de Florestan fora a desvalorização dos estudos da história do pensamento social, não seria exagerado inferir que o ímpeto polêmico envolvido na estratégia de legitimação da ciência política tenha favorecido uma visão homogênea não apenas da produção intelectual do sociólogo e de sua “escola”, mas, também, de toda produção das ciências sociais paulistas. Ou seja, ironicamente, a implementação da estratégia de afirmação da ciência política teria provocado um efeito semelhante ao do esquema criticado. Agora, criava-se uma espécie de vácuo entre uma tradição precursora e os novos praticantes da disciplina. Reforçando a imagem conveniente de que

... [a] ciência política no Brasil é uma invenção dos anos 80 ou algo que tem uma pré-história nos anos 30 e 50 e depois o silêncio antes do *fiat lux* pronunciado pelos heróis fundadores que estudaram nas universidades norte-americanas ou foram financiados pela Fundação Ford (Brandão, 2007: 26).

Esta continuidade entre a tradição do pensamento brasileiro e a produção da “escola” paulista de sociologia apenas será reconhecida mais adiante, na década de 1980, quando a ciência política como disciplina autônoma já estiver relativamente consolidada pela expansão do sistema de pós-graduação. Somente quando as tensões disciplinares estiverem amenizadas é que os fundadores da ciência política cuidarão de reconhecer os pontos de contato com a produção intelectual que liga os anos 1950 aos 1980, especialmente a vinculada às instituições de maior prestígio deste período: o ISEB e a USP.

Em outros termos, a estratégia mobilizada pela geração de cariocas e mineiros deve ser compreendida, também, pelo silenciamento com relação à experiência precursora da Cadeira de Política da FFCL-USP. A homogeneização da “escola paulista” elege a sociologia como oponente no mesmo passo em que desqualifica seu rival mais direto, qual seja, o programa de pesquisas em ciência política que já havia se constituído em São Paulo sob a liderança de Paula Beiguelman.

CAPÍTULO 4 - Jogo de damas: a trajetória de Paula Beiguelman no espelho das relações de gênero

Ao assumir a Cátedra de Sociologia I em 1954 como substituto de Roger Bastide, conforme mencionado anteriormente, Florestan Fernandes reordenou suas atividades constituindo progressivamente um novo programa de pesquisas voltado ao problema do desenvolvimento, tema afinado com a direção assumida pela sociologia latino-americana no pós-guerra.⁷⁰

A mudança se refletiu também na recomposição dos membros da cadeira: Fernando Henrique Cardoso sendo designado para o cargo de primeiro assistente e Renato Jardim para o de segundo assistente.⁷¹ A mudança favorecia os auxiliares de ensino (homens), empenhados no seu projeto acadêmico – ambos haviam colaborado na pesquisa sobre relações raciais e vinham desenvolvendo trabalhos nessa temática –, e em prejuízo das assistentes (mulheres) Gilda de Mello e Souza e Maria Isaura Pereira de Queiroz, alinhadas ao programa de pesquisas de Roger Bastide.⁷²

O episódio indica o entrelaçamento entre as disputas acadêmicas e as assimetrias de gênero. Não obstante a maior inserção profissional das mulheres no contexto das novas instituições de ensino superior, a progressão de suas carreiras, quando comparadas à dos homens, foi tortuosa e difícil. Nenhuma mulher conquistou formalmente a chefia de uma cátedra na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras até 1969. Marcaram presença, todavia, como assistentes e auxiliares de ensino.

Seguindo a lógica tradicional, o regime de cátedras alocava as mulheres em situação de desvantagem em relação aos homens, associando-as às posições inferiores na hierarquia da carreira e, conseqüentemente, de maior insegurança. Como assistentes ou auxiliares de ensino, suas possibilidades de progressão dependiam dos homens, que, com poucas exceções, ocupavam os cargos superiores. De forma geral, o fato dos gêneros terem sido socializados

⁷⁰ Ver Blanco (2006).

⁷¹ Renato Jardim Moreira sairia posteriormente da Cadeira, assumindo Ianni a posição de primeiro assistente.

⁷² Num depoimento concedido a Wagner de Melo Romão, o professor Fernando Henrique parece confirmar essa apreciação: Ele [Florestan Fernandes] já tinha feito uma *violência* quando o Roger Bastide foi embora: eu era auxiliar de ensino do Roger Bastide. Naquele tempo a hierarquia era essa: auxiliar de ensino, segundo assistente, primeiro assistente. E o Florestan me nomeou primeiro assistente dele, *naturalmente criando dificuldades com todos os demais colegas* (Romão, 2006: 114). As ênfases são nossas. Ao que parece, as “dificuldades” foram criadas com “as” colegas assistentes que, até aquele momento, ocupavam posição hierarquicamente superior.

em um mundo patriarcal, os levava a transferir as lógicas subjacentes a esse sistema de dominação para o interior de relações profissionais modernas, nas quais, em princípio, um maior equilíbrio era postulado.⁷³

Assim, se, por um lado, as transformações na estrutura social e ocupacional ocorridas na cidade de São Paulo implicaram mudanças sensíveis nas relações entre os gêneros – sobretudo no interior dos extratos sociais mais favorecidos –, por outro, o processo se deu de forma desigual e descontínua mantendo as assimetrias pré-existentes. Desse modo, as lógicas da “dominação masculina” continuavam a reger o acesso às diferentes profissões e, mais especificamente, a disputa por posições mais favoráveis dentro delas.⁷⁴

A verificação dessa conjectura poderia ser encontrada, por exemplo, nos depoimentos de protagonistas homens, que dificilmente admitiram a interferência da clivagem entre os gêneros como uma condicionante do desempenho, apesar de muitos deles terem orientado suas ações mediante tais lógicas.

Outra evidência nessa direção está relacionada ao processo de silenciamento das próprias mulheres. Paradoxalmente, são justamente aquelas que obtiveram maior projeção nesse período as mais avessas a conceder entrevistas sobre as experiências vividas nesse contexto. O aparente paradoxo bem poderia ser tomado como um indício do quanto tais experiências foram dolorosas e, conseqüentemente, de difícil elaboração subjetiva posterior. Em alguns depoimentos, já oferecidos pela segunda geração de mulheres, a existência de tais constrições não foi sequer reconhecida.

Caso dissonante sob tal aspecto é o de Gilda de Mello e Souza, que concedeu alguns depoimentos, enfatizando as dificuldades enfrentadas pelas mulheres nesse período. Não obstante, os eventos envolvidos na sucessão de Bastide – episódio paradigmático das injunções a que estavam sujeitas as mulheres – não foram comentados.⁷⁵

⁷³ Exploro aqui a sugestão de Mariza Corrêa, redigida numa nota em seu artigo “A antropologia no Brasil” (1995: 54): “Sistema hierárquico, o de cátedra era também patriarcal: se os titulares da cadeira [de antropologia] foram todos homens, as assistentes eram todas mulheres, o que talvez tenha levado o professor Egon Schaden a procurar o seu herdeiro na Escola de Sociologia e Política, onde João Batista trabalhava antes de ir para a USP”. Para ilustrar a provável opinião corrente entre os catedráticos em relação às assistentes e estudantes recorre à evocação de Oliveiros Ferreira dos tempos vividos na “Maria Antônia”: “Éramos doze – apenas uma dúzia! – no primeiro ano de Ciências Sociais: rapazes e moças assustados com a figura imponente de Emilio Willems, que a todos preocupou ao comentar as notas do primeiro semestre de 1947: ‘Antes de comentar as provas e dar as notas, gostaria de dizer que esta escola não é escola-de-espera-marido’” (1988: 20).

⁷⁴ Cabe citar a passagem seguinte de A dominação masculina de Pierre Bourdieu: “no trabalho, tal como na educação, os progressos das mulheres não devem dissimular os avanços correspondentes dos homens, que fazem com que, como em uma corrida com *handicap*, a estrutura das *distâncias* se mantenha” (Bourdieu, 2002: 109-110 – ênfases do autor).

⁷⁵ Podemos citar, pelo menos, duas ocasiões em que Gilda se pronunciou sobre o tema: em 1981, quando concedeu entrevista à revista *Língua e Literatura* (Souza, 1981-4), e em 1984, ao participar de um encontro,

Na ocasião em que Florestan fora indicado chefe da Cátedra de Sociologia I, ela também poderia ter sido. Somados os períodos em que estivera encarregada, sucessivamente, das funções de terceiro, segundo e primeiro assistente, Gilda trabalhara cerca de doze anos na Cadeira. Ocupava, então, o segundo cargo da hierarquia acadêmica. Defendera o doutorado já em 1950, sob orientação de Bastide e com a tese *A sociologia da moda no século XIX*. Trabalho que, visto em perspectiva, se inscreve entre as melhores realizações do programa de pesquisas idealizado pelo professor francês.

Até mesmo um eventual desinteresse de Gilda pela cátedra poderia ser interpretado como um aspecto do processo de internalização dos impedimentos sociais não formalizados do regime de cátedras. Noutros termos, indicaria que as dificuldades objetivamente colocadas pela situação encontravam contrapartida subjetiva nas próprias protagonistas. De uma forma (na estrutura) ou de outra (nos agentes), o cargo mais prestigioso da hierarquia acadêmica só poderia ser incorporado por homens.

Paula Beiguelman desafiou essa regra informal ao disputar o concurso da Cátedra de Política em meados de 1968. Sua carreira iniciou-se no ano de 1949, quando foi convidada por Lourival para o cargo de auxiliar de ensino da cadeira. O fato coroava seu desempenho escolar destacado iniciado em Santos, cidade onde nasceu e viveu com os pais e com o irmão mais novo que, como ela, seguiria carreira acadêmica em ciências biológicas.⁷⁶

O curso de Ciências Sociais incorporou em seu corpo discente jovens provenientes de segmentos sociais até então excluídos das carreiras universitárias. Não se pode derivar da origem social, mecanicamente, o destino de qualquer dos personagens envolvidos nesse contexto, mas tais condicionantes devem ser considerados por influenciarem escolhas, nem sempre plenamente conscientes, dos agentes, diante das circunstâncias enfrentadas. No caso de Paula Beiguelman, descendente de imigrantes, relativamente desprovida de meios econômicos, judia e mulher; essas desvantagens aparentes seriam convertidas em capacidade de trabalho e de liderança intelectual. Como ocorreu com outras mulheres que obtiveram renome no mesmo período, entretanto, sua carreira não obteve reconhecimento equivalente ao alcançado pelos principais personagens masculinos em condições semelhantes.

promovido pelo Centro de Estudos Rurais e Urbanos por ocasião da 36ª Reunião da SBPC, publicado na revista *Cultura e Ciência* (Blay e Lang, 1984).

⁷⁶ Bernardo Beiguelman nasceu em 1932 também na cidade de Santos. Graduou-se pelo curso de ciências naturais da FFCL em 1953. Especializou-se em ciências biológicas, tendo obtido o título de doutor em 1961, sob orientação de Mário Guimarães Ferri. Em 1963 transfere-se para Campinas, onde integra a Faculdade de Ciências Médicas e cria o Departamento de Genética. Desenvolve linhas de pesquisa nas áreas de genética antropológica e epidemiologia de genética (CNPQ, c2008).

Antes de prosseguir nessa tentativa de interpretação do percurso de Paula Beiguelman e de outras cientistas sociais destacadas, enumerarei os principais trunfos acumulados pelos homens mais bem-sucedidos na FFCL entre 1940 e 70, para podermos compará-los com os que foram conquistados pelas mulheres mesmo período. Os casos mais emblemáticos são os de Antonio Candido, Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso. Cada um ao seu modo produziu um conjunto bibliográfico extenso e qualificado – legitimados imediata e posteriormente pelas instâncias de consagração acadêmica –; obteve reconhecimento pelo exercício do papel de professores e formadores; idealizou e liderou programas coletivos de pesquisas; deteve a posição institucional mais elevada da hierarquia acadêmica; e alcançou projeção nas esferas mais amplas da política e da cultura.

Parece importante frisar ainda que tais conquistas não impediram o desempenho conjugado dos papéis de esposo e pai, ou seja, de “patriarcas” de famílias estruturadas. Tal fato chama a atenção para a importância de fatores como aliança matrimonial e arranjo familiar nas conquistas pessoais. De fato, esses aspectos não podem ser ignorados quando se pretende compreender trajetórias profissionais de homens e mulheres.⁷⁷

Apesar de geralmente correta a apreensão desse problema exclusivamente por meio das formulações desenvolvidas por Bourdieu corre o risco de recair numa interpretação algo dicotômica e fatalista. De uma forma (na economia doméstica) ou de outra (na vida profissional), não parece haver saída para as mulheres. Elas passam a figurar como títeres a reproduzir inconscientemente os princípios inscritos nas estruturas sociais. Daí porque parece importante recorrer também ao apoio de uma perspectiva que, sem enveredar por uma visão ingênua do problema – esquecendo, por exemplo, o peso das determinações históricas –, conceda maior ênfase à margem de resistência e de improvisação aberta à ação prática dos agentes, como fez Gilda de Mello e Souza de maneira precursora em *O espírito das roupas*. De fato, a autora denuncia o impasse vivido pelas mulheres em meados do século XX – momento em que iniciaram sua integração ao mercado de trabalho – em termos próximos aos de Bourdieu, mas sem aderir a uma visão fatalista:

⁷⁷ Tal argumentação tem como referência as considerações desenvolvidas por Pierre Bourdieu em *A dominação masculina*. Cabe citar a seguinte passagem: “A verdade das relações estruturais de dominação sexual se deixa realmente entrever a partir do momento em que observamos, por exemplo, que as mulheres que atingiram os mais altos cargos (chefe, diretora em um ministério, etc.) têm que ‘pagar’, de certo modo, por este sucesso profissional com um menor ‘sucesso’ na ordem doméstica (divórcio, casamento tardio, celibato, dificuldades ou fracasso com os filhos, etc.) e na economia de bens simbólicos, ou, ao contrário, que o sucesso na empresa doméstica tem muitas vezes por contrapartida uma renúncia parcial ou total a maior sucesso profissional (através, sobretudo, da aceitação de ‘vantagens’ que não são muito facilmente dadas às mulheres, a não ser quando as põem fora da corrida pelo poder: meio expediente, ‘quatro quintos’), (Bourdieu, 2002: 126).

lançando-se no áspero mundo dos homens, a mulher viu-se dilacerada entre dois pólos, vivendo simultaneamente em dois mundos, com duas ordens diversas de valores (Souza, 2005: 106).

Por um lado, não mais participava integralmente da cultura feminina, centrada na moda, esta entendida tanto como arma empregada na luta entre os sexos quanto como meio de afirmação da individualidade dentro do grupo social. Por outro, era vista como uma espécie de “amadora” num universo austero e “privativo” dos homens: a carreira profissional. Sem dispor do que até então constituía seu principal recurso de expressão simbólica, e não contando ainda com a maestria que séculos de trabalho haviam infundido no homem, essas mulheres transitavam no limiar entre duas culturas distintas, o que repercutia subjetivamente como um “dilaceramento” qualificado pela autora como responsável pelo “estado de insegurança e dúvida que perdura até hoje” (idem: 107).

Não obstante, na passagem subsequente, Gilda sinaliza com uma perspectiva mais otimista para as mulheres. Discretamente, sugere a possibilidade de resistência por meio da cultura feminina ligada à moda, que, segundo seu ponto de vista, não deveria ser abandonada sem mais por constituir-se como fundamento da identidade feminina até então. Ao invés disso, defende a combinação da “graça” feminina com a “eficiência” masculina, sinalizando uma via de compromisso entre esses dois mundos, “um novo equilíbrio, tão harmonioso como o estilo de vida da mulher do século XIX” (idem: 107).

Numa outra oportunidade, a autora retomou esse tema de um modo ainda mais explícito. Questionada sobre o impacto da FFCL na vida das mulheres de sua geração, Gilda apontou respostas diferenciadas a esse contexto, que teriam variado em função da formação escolar, do ambiente familiar e do temperamento de cada uma delas. Para aquelas que, como ela mesma, tentaram “inventar para si um novo destino”, haveria “três esquemas básicos”. O primeiro consistiria no abandono do tradicional modelo feminino, assumindo a plena realização profissional com o sacrifício da dimensão afetiva nele implicado. Já o segundo significaria a opção pela carreira, sem deixar de lado as obrigações familiares e a realização afetiva, solução harmoniosa do ponto de vista humano, mas que se traduziria numa satisfação profissional incompleta. Finalmente, o terceiro adaptaria a dedicação à vida doméstica ao desempenho das tarefas de assistência intelectual, se contentando com realização do marido (1981-4: 149-149).

Heloísa Pontes explorou essas deixas em seu livro sobre o grupo *Clima* (Pontes, 1998), e, especialmente, nos estudos dedicados especificamente à trajetória intelectual de

Gilda de Mello e Souza (Pontes, 2006). Segundo a antropóloga, parte da força do livro *O espírito das roupas* resultaria da conversão da experiência pessoal “numa chave apta a renovar o debate e a reflexão sobre as relações de gênero” (idem: 100). Integrante da primeira geração de mulheres a ter acesso à sólida formação intelectual e à vivência da sociabilidade acadêmica propiciadas pelas novas instituições paulistas de ensino superior, Gilda reuniu condições para inventar para si um destino inovador, inserindo-se profissionalmente em carreiras consideradas masculinas e investindo em novas formas de expressão simbólica da feminilidade (idem: 98-9).

Os esquemas explorados por Heloísa Pontes podem ser mobilizados para analisar as trajetórias de outras mulheres que atuaram no mesmo contexto. Conforme sinalizou a própria Gilda, as diferentes respostas de cada uma poderiam ser pensadas a partir da ação de outros fatores como ambiente doméstico, formação familiar e educação escolar.

Considerando as trajetórias de Gilda de Mello e Souza, Gioconda Mussolini, Maria Isaura Pereira de Queiroz e Paula Beiguelman – talvez as quatro mulheres mais destacadas da primeira geração de professoras da FFCL – sob a luz desses esquemas interpretativos, dois aspectos devem ser mencionados inicialmente. O primeiro deles se refere ao fato de apenas Gilda ter se casado.⁷⁸ Ao contrário do que ocorria com os homens, a opção pela carreira profissional representava aparentemente um entrave à realização afetiva da mulher nos moldes apregoados pelos costumes tradicionais, ou seja, por meio do casamento com filhos. Já o segundo está relacionado justamente com os feitos profissionais de cada uma delas. Um dos trunfos conquistados pelos homens, enumerados acima, não foi alcançado por nenhuma mulher até o final dos anos de 1960: a cátedra universitária. Tal fato significa, possivelmente, a existência de um impedimento estrutural, mesmo que não explicitado formalmente. Como tentarei demonstrar adiante, os demais parâmetros destacados foram desigualmente alcançados nos casos que volto a examinar.

I

Gilda de Moraes Rocha nasceu na cidade de São Paulo em 1919. Filha de uma tradicional família do interior paulista, viveu a maior parte da infância no município de Araraquara, onde seus pais eram proprietários da fazenda Santa Isabel. (Pontes, 1998: 160).

⁷⁸ Das demais, Gioconda Mussolini e Maria Isaura Pereira de Queiroz não se casaram. Paula Beiguelman se casaria posteriormente a sua aposentadoria compulsória pelo regime militar.

Muito mais tarde, essa experiência infantil seria lembrada como decisiva para a conformação de sua percepção intelectual:

Eu e meus irmãos passamos os primeiros anos de vida numa casa isolada de fazenda, longe do apelo dos livros, das revistas, longe da escola e em contato direto com o mundo exterior: as árvores, os bichos, o sol a água, as estações. (...) O saber não chegava até nós pelos livros, as coisas não batiam prontas à nossa porta, faziam-se aos nossos olhos. (...) Acho que foi esse aprendizado sensorial, carnal do mundo, que desenvolveu em mim a percepção venatória (...) *Percepção a meio caminho da ciência e da arte* e que, a meu ver, deve orientar o crítico (Souza, 2007: 202).

Sua infância também seria marcada pela presença íntima de Mário de Andrade, primo de seus pais e que costumava dividir o período de férias entre temporadas na Santa Isabel e na fazenda do tio Pio Lourenço Corrêa (onde, aliás, redigiria a primeira versão de *Macunaíma* em 1926). A intimidade aumentaria no início da adolescência, quando ela e a irmã mudam para a Capital e se hospedam na casa em que Mário de Andrade vivia com a mãe (tia-avó de Gilda). Desde então, o primo passaria a influir de perto em sua formação.⁷⁹

Realiza parte dos estudos secundários no Colégio Stafford, escola particular, de inspiração anglo-americana e com turmas separadas por sexo, que se situava na Alameda Cleveland, nos Campos Elíseos, então um tradicional bairro da elite paulistana. Imbuída de inspirações literária e aconselhada por Mario de Andrade, ingressa, em 1937, nas primeiras turmas do Curso de Filosofia da recém-fundada FFCL-USP. Esperava com isso receber o preparo necessário para concretizar o desejo de seguir a carreira de escritora “ficcionalista” (Souza, 2007: 201).

O ambiente típico dos primeiros anos da FFCL, com turmas mistas, pequenas e relativamente homogêneas proporcionou uma intensa convivência entre colegas: “O contato com os colegas foi importantíssimo também (...) tudo isso fazia da Faculdade, mais do que um lugar onde íamos às aulas, um lugar extraordinário de convívio” (Gilda de Mello e Souza apud Blay e Lang, 1984). Convém salientar o caráter inédito que esse convívio assumia para uma parcela nada desprezível dessas moças e rapazes. Como Gilda, muitos deles eram recém-saídos de colégios nos quais a organização em turmas mistas não era uma regra generalizada.

⁷⁹ Cabe citar: ...observava meus gostos e tendências, as vagas aspirações que ia deixando escapar entre as conversas. No princípio foi apenas meu professor de piano. (...) Um belo dia me surpreendeu desenhando a lápis de cor uma enorme arara vermelha, que eu ampliara de uma ilustração do *Ladies Home Journal*. (...) Muitas vezes, me apanhando com um livro na mão, olhava por cima de meus ombros e, verificando o assunto ou o autor, comentava: “Não perca tempo com isso, (...) não vai te adiantar nada”. E pouco tempo depois, (...) descia do estúdio com outros volumes que escolhera cuidadosamente entre os seus livros (Gilda de Mello e Souza apud Pontes, 1998: 161).

Afinidades sociais, políticas e afetivas contribuíram para que Gilda integrasse um círculo intenso de amizade, que pouco mais tarde se projetaria na cena cultural paulista com a revista *Clima*. O grupo de amigos também foi “pródigo” em encontros afetivos; Gilda e Antônio Candido, casados em 1943, foi um deles.⁸⁰

Gilda conclui o curso de Filosofia em 1940. Não obstante, seu envolvimento profissional se inicia na Seção de Ciências Sociais: já no ano seguinte está entre os jovens licenciados escolhidos pelos professores Paul-Arbousse e Roger Bastide para colaborar com as atividades do Centro de Pesquisas e Documentação Social, onde orienta os alunos do terceiro ano em pesquisa bibliográfica sob o tema de “sociologia mitológica” (USP, 1953: 646). A aproximação com Bastide se aprofunda em 1943, quando recebe o convite para trabalhar junto à Cadeira de Sociologia I. A nomeação formal, entretanto, se efetivaria somente em 1943, como terceira assistente; dois anos depois, passa a segunda assistente; e com a saída da assistente mais antiga, Lavínia da Costa Vilela,⁸¹ Gilda permanece como única

⁸⁰ Segundo Heloísa Pontes (1998), o grupo de amigos reunia cerca de vinte pessoas. Entre os mais empenhados na edição da revista estavam Maria de Lurdes dos Santos, Ruth Alcântara, Antonio Candido de Mello e Souza, Décio de Almeida Prado, Lourival Gomes Machado, Paulo Emilio Salles Gomes, Ruy Galvão de Andrada Coelho. Outros dois casais originados pelo grupo foram Maria de Lourdes e Lourival, e Ruth e Décio.

⁸¹ Apesar de não reunirmos informações mais detalhadas sobre o percurso de Lavínia da Costa Vilela, as fontes indicam que pode ser incluída na primeira geração de mulheres a integrar os quadros da FFCL. Nascida na cidade de Sertãozinho em 1907, concluiu os estudos secundários na Escola Normal de São Paulo, o que, provavelmente, lhe habilitou a ingressar nas primeiras turmas do curso de ciências sociais. Tendo se formado em 1937 e lecionado por três anos no nível primário de ensino, passa a partir de 1939 a trabalhar como assistente dos cursos ministrados ora por Roger Bastide, ora por Paul-Arbousse. Nesse período, também toma parte na criação da Sociedade de Etnografia e Folclore, figurando em seu primeiro boletim como “segunda secretária” – a primeira era Dina Lévi-Strauss (Rubino, 1995: 505). A partir daqui as pistas ficam menos nítidas. O anuário da FFCL (USP, 1953) deixa de registrá-la entre os assistentes a partir de 1942, momento em que ocorre a reordenação das cadeiras da Seção de Ciências Sociais e Políticas: Roger Bastide sendo designado para a chefia da primeira Cadeira de Sociologia e Paul-Arbousse para a de Política. Coincidentemente, no semestre imediatamente anterior, Lavínia tinha se envolvido num entreviro com o aluno Florestan Fernandes: insatisfeito com a nota (nove) atribuída pela assistente ao seu trabalho de aproveitamento do curso sobre folclore – do qual Lavínia se encarregara em substituição a Roger Bastide –, o estudante fora se queixar diretamente ao professor francês. Ao tomar conhecimento do ocorrido, Bastide desautorizou a assistente e deu razão ao aluno. Se o episódio foi “decisivo” para a carreira de Florestan Fernandes, que, pela primeira vez, obtinha reconhecimento no meio acadêmico (Garcia, 2002: 83), para a de Lavínia talvez tenha significado um revés, que, possivelmente, pesou no seu desligamento do cargo de assistente e, posteriormente, num estigma inversamente proporcional à notoriedade adquirida pelo sociólogo. Afinal, embora muito mais tarde, Florestan tenha emprestado ao episódio o sentido menos depreciativo de divergências intelectuais – associando a atitude de Lavínia em relação ao folclore a uma abordagem mais afinada aos folcloristas do que aos sociólogos – tal releitura não diminuiu o estigma já consolidado acerca da assistente, que havia sido rotulada como “despreparada” (idem: 84). Não obstante, outra explicação para o obscurecimento da trajetória de Lavínia ainda pode ser encontrada nos documentos administrativos da FFCL. Primeiro, com base num relatório datado de 1950 e assinado por Roger Bastide: “A partida de D. Lavínia Vilela para os Estados Unidos obrigou D. Gilda de Melo e Souza, transformada em única assistente da Cadeira de Sociologia, a tomar em suas mãos o pesado trabalho de todos os cursos suplementares e de todos os seminários, além dos dirigidos pelo Professor da Cadeira” (Souza, [s.d.]). Depois nas informações sobre seu doutoramento em 1945, com a tese *Algumas danças populares no Estado de São Paulo*, no qual também foi orientada pelo mestre francês: uma alteração em seu sobrenome – o nome Raymond passa a substituir o patronímico “Vilela” – sugere que, nesse íterim (1945-50), Lavínia tenha se casado e mudado para os Estados Unidos (ver: Maciel, Andrade e Vale, 1978, pp. 134, 136, 138).

assistente cadeira⁸². Sob orientação de Bastide, apresenta a tese *A moda no século XIX* e obtém o doutoramento em 1950. Conforme mencionado anteriormente, em 1954 Bastide retorna definitivamente para a França e indica Florestan Fernandes como seu substituto. Gilda, então, retorna ao Departamento de Filosofia, onde se encarrega da área de estética.

Conforme sugere Heloísa Pontes, a trajetória de Gilda de Mello e Souza seria marcada por certa “marginalidade”, no sentido sociológico do termo. Tendo sido educada nos moldes tradicionais, reuniu as condições para buscar um tipo de realização que estivera por muito tempo bloqueado às mulheres: seguir uma carreira profissional. A começar pelos tempos de *Clima*, sua participação intelectual sofreu as restrições de uma divisão sexual do trabalho intelectual, sendo ora designada às tarefas editoriais menos visíveis de “costura” da revista, ora relegada às seções menos prestigiosas como a de contos. Já como socióloga, além do retardamento de sua carreira docente por entraves associados à lógica patriarcal do regime de cátedras, sua tese sobre a moda sofreria os efeitos desvalorizadores da hierarquia acadêmica e científica que sancionava a escolha dos objetos de estudo, a validade das evidências mobilizadas, e a legitimidade das formas de exposição e explicação. Finalmente, como professora de estética Gilda também enfrentaria certo deslocamento num Departamento de Filosofia que apregoava a familiaridade com as teorias estéticas em detrimento do contato direto com as obras.

Tencionada pelas polaridades entre cultura feminina tradicional e os novos modelos de ação e comportamento, entre a literatura e a crítica cultural, entre a sociologia e a filosofia, enfim, sob múltiplos aspectos, Gilda vivenciou a singular situação de intersecção entre universos de atividade díspares. Situação que, seguramente, está por trás da capacidade reflexiva, do distanciamento e da liberdade de composição expressa em seus escritos na constante variação de perspectivas e que é extremamente valorizada pelo público leitor contemporâneo. Daí porque seus trabalhos, a começar por sua tese de doutoramento, permaneceram por tanto tempo “armazenados” e somente nos últimos decênios voltaram a ser reeditados e, com isso, a alcançar uma circulação mais ampla.

II

⁸² De 1942 a 1949, Gilda se incumbiu dos seminários referentes aos seguintes temas (USP, 1953: 646): sociologia geral, arte e vida social, gosto no Segundo Reinado, sociologia religiosa, sociedades primitivas, técnica de história de vida, sincretismo religioso e sociologia da moda.

Gioconda Mussolini nasceu em 1913 na cidade de São Paulo, como a terceira das sete filhas do casal formado pelo imigrante italiano Umberto Mussolini e a brasileira Adalgisa da Veiga. A julgar pelas escolas onde realizou os estudos primários – Grupo Escolar Regente Feijó e Escola Modelo do Brás – viveu a infância nas redondezas dos bairros operários da Luz ou Brás.

O currículo fortemente orientado das escolas femininas não deixava muita alternativa às jovens – principalmente aquelas com uma origem social desfavorecida –, senão o prosseguimento dos estudos em direção ao ensino normal e, portanto, à profissionalização como professoras do ensino primário. De fato, depois de cursar dois anos de ensino complementar e mais quatro referentes ao normal, Gioconda se formaria como professora normalista em 1932. A habilitação, por sua vez, pavimentaria o caminho para o Instituto Caetano de Campos, onde realizaria o curso de aperfeiçoamento para professores do ensino primário – correspondente aos dois primeiros anos do curso de pedagogia oferecido pela FFCL-USP.

Concomitantemente, Gioconda Mussolini ingressa na rede pública de ensino, sendo designada para lecionar no Grupo Escolar Pariquera-Assu, na zona rural do município de Jacupiranga – litoral sul do estado. A estadia como professora, no entanto, seria interrompida já em 1935, quando seria comissionada junto à FFCL para cursar ciências sociais e políticas, no grupo dos professores primários recrutados por Fernando de Azevedo no andar térreo do prédio do Instituto Caetano de Campos.

Ainda nesse mesmo ano, Gioconda seria requisitada para trabalhar como pesquisadora na Seção de Documentação Histórica e Social do Departamento Municipal de Cultura, dirigido por Sérgio Milliet. Conforme a interpretação de Ciacchi, a contratação da jovem assinala sua aproximação do grupo de intelectuais da ala cultural do Partido Democrático – integrado, além do próprio Milliet, por Mário de Andrade, Paulo Duarte, Bruno Rudolfer, Rubens Borba de Moraes, entre outros (Ciacchi, 2007b: 11-12). Como pesquisadora do Departamento, Gioconda participaria nesse período de duas pesquisas coordenadas por Samuel Lowrie e Bruno Randolfer (“O padrão de vida dos lixeiros de São Paulo” e “Assistência filantrópica na cidade de São Paulo”), e uma terceira, sob o financiamento da ELSP, realizada por Horace Davis (“O padrão de vida dos operários de São Paulo”), todas publicadas na *Revista do Arquivo Municipal*. Por extensão do envolvimento nesse círculo de sociabilidade, também tomaria parte na criação da Sociedade de Etnografia e Folclore em 1936.

Desse modo, antes mesmo de concluir o curso de ciências sociais e políticas, Gioconda já transitava pelas principais instituições que compunham o embrionário campo cultural paulista. O que lhe proporcionaria um treinamento bastante diversificado e equilibrado:

...um treinamento que se desdobra em teorias e práticas, em participação direta em investigações sociais de grande relevância (até mesmo para servirem de subsídio a políticas públicas, como é o caso, em geral, das pesquisas da Escola Livre de Sociologia e Política e do Departamento de Cultura, e, em particular, por exemplo das coordenadas por Lowrie, Rudolfer e Davis), na aquisição de instrumentos metodológicos e do desenvolvimento da reflexão teórica necessária à formação de uma cientista social moderna (Ciacchi, 2007b: 14).

Gioconda conclui o curso em 1937 e no ano seguinte volta a lecionar no ensino primário, agora no Grupo Escolar República do Paraguay, escola localizada no bairro Vila Prudente em São Paulo. Ainda no mesmo ano se licencia da escola para ser comissionada como auxiliar de ensino junto à Cadeira de Sociologia I, então chefiada por Paul-Arbousse Bastide. No entanto, acaba mesmo é se encarregando dos seminários dos cursos ministrados por Roger Bastide na Cadeira de Sociologia II (“Psicologia Social”, “Relações entre Psicologia e Sociologia”, “Desordens mentais” e mais uma pesquisa sobre “vizinhanças”). Também integra juntamente a outros auxiliares – como Gilda de Mello e Souza e Mário Wagner Vieira da Cunha – o quadro do Centro de Pesquisa e Documentação Social – ligado às cadeiras de sociologia –, onde realizaria em 1939, sob a coordenação de Lucila Hermann, uma pesquisa sobre “Alterações da estrutura demográfico-profissional de São Paulo, da capital e do interior, num período de catorze anos - 1920-1934”, e orientaria os alunos do segundo ano do curso de ciências sociais num estudo sobre criminalidade infantil.

Paralelamente, ingressa no recém-criado curso de pós-graduação da ELSP em 1941, que concluiria quatro anos depois com a tese de mestrado “Os meios de defesa contra a moléstia e a morte em duas tribos brasileiras: Kaingáng de Duque de Caxias e Boróro Ocidental”, publicada na *RAM* em 1945. A passagem pelos bancos da escola a aproximaria de Emilio Willems e seguramente influenciou em sua transferência da Cadeira de Sociologia I para assumir as funções de segunda assistente da Cadeira de Antropologia da FFCL-USP em 1944, sob a chefia daquele professor.

Como assistente de Willems, ela participaria de duas importantes pesquisas de campo segundo os moldes dos estudos de comunidades: a primeira delas se realiza entre os anos de 1945 e 46 na então vila de Cunha; a segunda seria realizada em 1947 na ilha de Búzios. O livro

Cunha: tradição e transição em uma cultura rural do Brasil teria uma recepção bastante desfavorável, a partir da crítica contundente de Caio Prado Jr. (Jackson, 2003), curiosamente ratificada pela própria Gioconda, que, numa resenha publicada na *Revista do Museu Paulista* em 1949, iniciaria o movimento de “distanciamento dos aspectos mais problemáticos dos estudos de comunidade” (Ciacchi, 2007a: 187).

A partir de então sua carreira se realizaria inteiramente na USP. Já em 1949 sua situação se estabilizaria por meio da contratação definitiva como auxiliar de ensino da cadeira. A saída de Willems para trabalhar na Universidade de Vanderbilt nos Estados Unidos e a indicação de Egon Schaden substituí-lo, faz com que Gioconda seja designada para ocupar o cargo de primeira assistente, muito embora a sua nomeação oficial só ocorra em 1951. A passagem para o posto seguinte na hierarquia viria em 1954, quando ocupa a posição de primeira assistente deixada em aberto por Schaden, que, por sua vez, assume efetivamente a titularidade da cadeira de Antropologia.

Na sucessão de Willems, apenas o assistente, por ter concluído o doutoramento, estava em condição de assumir a cátedra. A antropóloga não conseguiria, aliás, realizar esse intento. Embora os resultados parciais de suas pesquisas sobre as sociedades caiçaras brasileiras tenham sido reconhecidos por constituírem interpretações sofisticadas, Gioconda não daria forma final ao trabalho. As razões desse bloqueio são difíceis de serem interpretadas, mas uma delas talvez se relacione com o fato de ter a origem social mais desfavorável entre todas das mulheres que se consagraram academicamente em sua geração.

III

Maria Isaura Pereira de Queiroz nasceu na cidade de São Paulo em 1918. Os laços de parentesco de sua família remontam, tanto pelo lado materno (Queiroz Telles), quanto paterno (Pereira de Queiroz), a tradicionais ramos da oligarquia paulista⁸³. Graças a essa origem social privilegiada pôde receber dos pais, mais que o estímulo escolar, o “decidido apoio” de a “eximir das preocupações com as lides caseiras” (Queiroz, 1990: 20). A circunstância de viver num centro urbano em acelerado processo de modernização e a mentalidade arejada de sua família seguramente influíram para o percurso bastante linear de sua vida escolar:

⁸³ Para uma enumeração mais detalhada dos ancestrais proeminentes dos ramos Queiroz Telles e Pereira de Queiroz, ver Pulici (2004: 92).

Entrei no Jardim de Infância da Praça da República, porta de entrada para a Escola Normal da Praça, *onde minha mãe e minhas tias todas já haviam estudado e saído formadas professoras primárias*; meus avós achavam que suas filhas deviam estudar em escolas públicas para serem *iguais a todas as demais jovens*. Assim, estudei no Jardim de Infância, na Escola Primária, na Secundária, me formei normalista, sempre na Praça da República (Queiroz, 2000: 34; ênfases nossas).

Ao completar o curso normal em 1936, no entanto, a jovem não continuou o caminho trilhado pelas mulheres de sua família na carreira do magistério. Depois de trabalhar por cerca de quatro anos na Santa Casa de Misericórdia, tencionava seguir os passos de outra tia, Carlota Pereira de Queiroz, e ingressar na Faculdade de Medicina.⁸⁴ Defrontada, porém, com os conhecimentos exigidos pelo vestibular em medicina e ciente das restrições impostas pelo currículo do curso normal, contornou as dificuldades optando pela seção de ciências sociais, que parecia oferecer maiores chances de aprovação.

Diferente do que sucedeu à Gilda de Mello e Souza, Maria Isaura de Queiroz encarou com naturalidade o ingresso na FFCL-USP. Como recordaria muitos anos depois, no momento inicial “não me resenti dessa alteração fundamental de hábitos que geralmente marca a penetração em ambientes desconhecidos” (Queiroz, 1990: 11). Ao contrário, tudo lhe pareceu muito familiar: a começar pelo espaço físico em que a seção de ciências sociais estava instalada, o terceiro andar do prédio do Instituto Caetano de Campos (que, como visto, freqüentara por quinze anos consecutivos); passando pelos colegas de curso, entre os quais estavam muitos conhecidos; e chegando aos próprios professores, parte deles incorporada ao quadro docente da nova faculdade após o fechamento do Instituto de Educação. O sentimento de “estranhamento”, entretanto, surgiria logo mais, quando os primeiros trabalhos de aproveitamento foram solicitados: “Foi então que me dei conta de que penetrara noutra nível de raciocínio e de exigências, num outro nível intelectual” (idem).

Em seu terceiro ano na FFCL-USP Maria Isaura acompanhou o curso “Sociologia dos Fenômenos Místicos” (USP, 1953: 649), ministrado por Roger Bastide. O tema estava entre os principais objetos de reflexão do mestre francês – já havendo, inclusive, dedicado uma parcela dos seus primeiros escritos de juventude – e também direcionaria de maneira decisiva os estudos da aluna.⁸⁵

⁸⁴ Formada em medicina em 1926, Carlota Pereira de Queiroz esteve entre as primeiras mulheres a seguir a carreira. Integrando a terceira cadeira de clínica médica da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, chegou, inclusive, a chefiar o laboratório de clínica pediátrica da mesma instituição. Também foi a primeira mulher eleita deputada federal em 1934.

⁸⁵ Segundo Fernanda Peixoto, em seu “período francês” Roger Bastide publicaria, ao todo, quatro artigos voltados ao tema do misticismo. Tais reflexões seriam aprofundadas ainda 1931 com a publicação do livro *Les problèmes de la vie mystique* (Peixoto, 2000: 26).

Maria Isaura conclui o curso de ciências sociais em 1949 e no ano seguinte passa a integrar a Cadeira de Sociologia I como assistente “extranumerária”, situação que se estabilizaria já em 1951, quando é formalmente alocada na vaga de auxiliar de ensino. A progressão junto à cadeira parece relacionada ao entrosamento com a linha de trabalho de Roger Bastide, que se manteria ao longo de toda a década, e mesmo após o retorno definitivo do mestre à França.

Embora permanecesse ligada à FFCL – a partir de 1958 junto à Cadeira de Sociologia II, chefiada por Fernando de Azevedo – as informações contidas no currículo da professora permitem afirmar que, nesse período (ou seja, de 1951 a 1960), ela esteve mais presente na *École Pratique des Hautes Études*, 6^a Section, Université de Paris, onde, sob a orientação Bastide, defenderia a tese *La Guerre Sainte au Brésil: le Mouvement Messianique du Contestado* em 1956. Tomadas em perspectiva, a obtenção do título de doutorado na França e a transferência para a cadeira de Fernando de Azevedo em 1958, constituem os primeiros movimentos da socióloga no sentido de afirmar um projeto intelectual firmemente ancorado na concepção de sociologia da cultura de Bastide.

Tal projeto se consolidaria durante a década de 1960, legitimado também pela criação do Centro de Estudos Rurais e Urbanos, em 1964, e da revista *Cadernos CERU*. Inicialmente dedicado à pesquisas sobre o mundo rural brasileiro, o Centro reforçaria sempre a pesquisa de campo e o trabalho em equipe. A revista, por sua vez, serviria como principal meio de divulgação tanto dos trabalhos quanto da perspectiva teórica do grupo, que acompanhava a formação adquirida por Maria Isaura na França e também a orientação estabelecida por Roger Bastide em anos anteriores.

O alto nível dos livros escritos pela autora, reconhecidos internacionalmente como foi o caso, sobretudo, de *O messianismo no Brasil e no mundo*, garantiram à socióloga um enorme prestígio, certamente suficiente para que ela ousasse concorrer à cátedra em algum momento (em 1964, por exemplo), o que não ocorreu. Maria Isaura foi também a única mulher dessa primeira geração que acompanhou o padrão de produtividade dos homens em termos quantitativos. Sua obra é muito extensa e variada, transitando da sociologia da cultura à sociologia política. Faltou apenas a ela, portanto, a cátedra, aparentemente por seu desinteresse em disputá-la. Segundo o argumento desenvolvido neste capítulo, tal recusa pode ser interpretada como uma atitude subjetivamente condizente com a estrutura patriarcal do sistema de cátedras. Apenas Paula Beiguelman desafiou diretamente tal obstáculo, talvez pela influência de fatores relacionados à origem social desfavorável e por circunstâncias menos adversas na cadeira de Política.

IV

Paula nasceu em Santos, no ano de 1926. As raras informações sobre sua família a que tivemos acesso sugerem uma trajetória de ascensão social através do investimento escolar, o que não parece fugir ao destino típico da primeira geração de descendentes de imigrantes em São Paulo. Seus pais, Rafael e Cecília, eram judeus emigrados da Europa oriental, mais precisamente da Polônia, que aportaram em Santos provavelmente no período imediatamente posterior à Primeira Guerra Mundial. Inferência que estaria em sintonia com as informações contidas no estudo de Roberto Grün, segundo o qual as origens nacionais mais numerosas dos judeus que aqui chegaram ainda no primeiro terço do século XX eram a Polônia e a Rússia (Grün, 2000: 371).

Uma vez no Brasil, judeus de diversas proveniências tenderam a se agrupar através das sinagogas, que observavam os ritos conforme os costumes trazidos das localidades de origem. Contatos prévios entre esses agrupamentos eram dificultados por diferenças consideráveis que iam desde o porte físico, passando pelos hábitos alimentares e a organização familiar, até os rituais religiosos. Tais diferenças não eram vividas como variantes com uma identidade comum, mas apareciam como sinais explícitos de alteridade. Tal fato era reforçado pela inexistência de qualquer rede institucional de contato ou de um “espaço pan-judaico de convivência” (Grün, 2000: 365-366). A imagem contemporânea de um grupo social bastante homogêneo – a “comunidade judaica” – aparece, em sua origem, de modo fragmentado e desencontrado.

Os judeus poloneses possuíam um perfil predominantemente urbano e, mesmo quando provenientes de áreas rurais, raramente se dedicavam ao trabalho agrícola. Exerciam principalmente atividades ligadas à vida urbana, fossem artesanais ou comerciais. A julgar pelos depoimentos tanto de Paula como, mais especificamente, de seu irmão, Bernardo, a família não dispunha de uma situação material confortável. Viveram num bairro operário, no qual, provavelmente, Rafael Beiguelman dedicou-se ao comércio como principal meio de vida.⁸⁶

⁸⁶ Segundo Grün, a inserção econômica mais típica dos judeus recém-imigrados da Europa oriental foi o comércio prestamista a domicílio, designado em iídiche por *clientelchik*, o que eventualmente evoluía “em direção ao comércio estabelecido e à indústria ligeira de confecção de roupas feitas e, em menor escala, no ramo do mobiliário” (Grün, 2000: 360). Hojda distingue o *clientelchik* do *mascate*: o *mascate* trabalharia fora da cidade, em zonas rurais, vilas ou pequenos povoados, vendendo à vista e oferecendo produtos para públicos diferenciados, tanto colonos quanto fazendeiros; já o *clientelchik* circunscreveria suas atividades às cidades –

Teria sido um fator favorável, entretanto, o ambiente cultural proporcionado pelos pais, conforme o depoimento de Bernardo Beiguelman:

Não obstante as dificuldades que meu pai e minha mãe enfrentaram como imigrantes na cidade de Santos, onde nasci num bairro operário, eles conseguiram propiciar à minha irmã e a mim uma boa formação (cultura musical, inclusive) e nos incutiram a exigência da manutenção de uma postura ética quaisquer que fossem as circunstâncias. Além de uma mãe sempre atenta e preocupada com nosso desempenho escolar, tínhamos em casa um ambiente cultural estimulante, porque meu pai era um leitor voraz de literatura universal e um grande agitador cultural (Bernardo Beiguelman, 2004).

Numa formula simplificador, portanto, parece possível afirmar que, embora não contasse com uma situação econômica favorável, Paula Beiguelman detivesse desde cedo algum capital cultural, o que mais tarde contaria positivamente em sua inserção no ambiente social e intelectual que relacionava os primeiros professores, sobretudo os estrangeiros, com as pequenas e heterogêneas turmas de alunos formadas na FFCL.

O itinerário escolar de Paula Beiguelman realizou-se inteiramente na rede pública de ensino. Já no início dos anos de 1940, a adolescente planejava continuar os estudos na cidade de São Paulo. A pouca idade e a carência de recursos familiares suficientes para mantê-la sozinha na Capital durante os quatro anos exigidos pelo ensino médio, constituíam, no entanto, sérios impedimentos. Por essa ocasião, fica sabendo através de uma pessoa conhecida da possibilidade de ingressar no curso de ciências sociais e políticas da FFCL-USP, área na qual haveria boas chances de aprovação, mesmo para alguém que, como ela, “se apresentaria sem ter cursado colegial ou pré-universitário” (Beiguelman, 2006: 192).

Levada pela mãe à Capital, Paula realiza o exame vestibular, que, devido ao reduzido número de candidatos e a disponibilidade de vagas, transcorre tranqüilamente e com a sua aprovação. Não obstante, o problema de sua manutenção na cidade ainda não tinha sido resolvido. A primeira solução partiu de seus antigos professores do Ginásio do Estado de Santos, que se propuseram a uma cotização para ajudar a família com as despesas de estadia na cidade de São Paulo. Foram, porém, desencorajados por Rafael Beiguelman que, polidamente, dispensou a ajuda. A segunda solução surgiu por iniciativa da própria Paula, que procurou a diretoria da Faculdade tendo em vista conseguir algum trabalho remunerado para se manter:

incluindo aí os subúrbios –, venderia à prestação e praticaria a “sucessividade da dívida”, ou seja, cartões nos quais a dívida do cliente era anotada – espécie de embrião dos crediários (Hojda, 1995: 205).

Dirigi-me à diretoria e, perante um grupo de professores reunidos, expliquei a minha situação. Queria trabalhar em um serviço remunerado (...). Perguntaram-me que área estava cursando. Quando respondi Ciências Sociais, percebi um relance de dúvida quanto à viabilidade profissional, como era comum nessa época. Mas a questão imediata a ser levada em conta era outra. E a resposta foi inesperada e emocionante: “Vamos oferecer-lhe uma coisa melhor do que aquilo que pede. Você ganhará uma bolsa” (Beiguelman, 2004: 193).

Conforme mencionado anteriormente, o comissionamento de professores do ensino primário e a oferta de bolsas de estudos foram os principais mecanismos utilizados pela FFCL para preencher as vagas dos cursos (Limongi, 2001b: 196). Porém, enquanto a primeira modalidade de incentivo foi predominantemente empregada pelas seções de humanidades com a finalidade maior de garantir o número mínimo de inscrições necessárias ao funcionamento regular dos cursos, o segundo foi usualmente acionado pelas seções de exatas já com vistas a disputar alunos veteranos com as escolas profissionais. Por aí parece possível compreender a “dúvida” dos professores e a surpresa da aluna, que não era normalista nem estava inscrita na seção de exatas da faculdade. Como a contrapartida exigida dos beneficiados por um ou outro mecanismo era o bom desempenho escolar, parece plausível a suposição de que Paula Beiguelman correspondeu a essa expectativa, dado que pôde contar com o auxílio até concluir o curso.

Evidentemente, o bom rendimento não significou a completa ausência de obstáculos. A exemplo do que se passou com a parcela em nada desprezível dos alunos provenientes de famílias remediadas, Paula Beiguelman precisou lidar com a dificuldade de acompanhar as exposições proferidas em francês por Jean Maugüé, Paul-Arbousse Bastide, Pierre Monbeig, Roger Bastide, entre outros professores das missões estrangeiras dos quais foi aluna. Dificuldade, aliás, agravada pelo fato de não ter cursado o nível intermediário de ensino e, conseqüentemente, por não dispor de um conhecimento mais aprofundado de francês:

Sentíamos dificuldade para acompanhar as exposições em francês, principalmente no começo. (...) Mas felizmente minha classe contava com o auxílio de uma professora querida, Gioconda Mussolini, assistente do Prof. Emílio Willems e formada numa das primeiras turmas. (...) Gioconda assistia às aulas conosco e, quando soltava sua simpática risada, ficávamos sabendo que o professor havia dito (em francês) algo engraçado. Mas o mais importante era que ela tomava apontamentos que, em seguida, repassava para nós, acrescentando oralmente as explicações necessárias. (Beiguelman, 2004: 193-4).

Também se depreende daí que as dificuldades enfrentadas pela jovem aluna não foram restritas somente ao idioma. O papel “assistencial” desempenhado por Gioconda Mussolini – ela mesma uma forasteira em meio aos professores franceses e aos conterrâneos bem nascidos – dá uma mostra dos problemas colocados pelo enorme descompasso entre os padrões e exigências do ensino implicitamente elitista da faculdade e as deficiências e mesmo potencialidades dos estudantes em geral. Paula, portanto, integrou aquela geração que realizou sua formação intelectual numa escola na qual não estava tão à vontade como um “peixe dentro d’água”. Em outros termos, não se movia no meio intelectual com a mesma desenvoltura daqueles alunos mais polidos pelo trânsito nas altas rodas da sociedade, “que faziam parte de famílias já estabelecidas ou importantes, que tinham mais raízes, que estavam mais à vontade neste mundo” (Cohn, 2003: 216).

Em compensação, a extração social de origem, somada a circunstancial ascendência imigrante, conformaram disposições e capacidade de trabalho tais que possibilitariam a alguns integrantes dessa parcela da clientela da faculdade transformar em “virtude” essas desvantagens aparentes. Mais ou menos desprovidos do tipo de “conhecimento livre” que apenas as famílias socialmente bem postas poderiam proporcionar, esses alunos incorporaram disposições suficientes para realizar o duplo esforço de, por um lado, entender o idioma dos mestres franceses e, de outro, aumentar a carga de estudos extra-classe para apreender o conteúdo que estava sendo transmitido. Como Florestan Fernandes, Paula precisou contornar, às vezes por sua própria conta e risco, problemas graves decorrentes da condenação do uso de compêndios, da heterogeneidade das bibliografias dos cursos, da própria falta de formação científica básica (Fernandes, 1978: 4).⁸⁷

Seguramente, essas mesmas razões estão por trás da rápida inserção profissional de Paula, imediatamente após a obtenção do diploma de licenciatura em 1945. Diferentemente do destino profissional de boa parte dos alunos habilitados pela seção de ciências sociais e políticas – a docência no ensino secundário –, a jovem, tendo conquistado o primeiro lugar em concurso público, assumiu um cargo no Departamento de Serviço Público, mais tarde Secretaria de Governo do Estado de São Paulo. Transferiu-se algum tempo depois para o Departamento Estadual de Estatística, onde esteve sob a supervisão de Afonso de Toledo Piza (Beiguelman, 2004: 194).⁸⁸

⁸⁷ Para uma análise comparada do impacto das diferenças sociais de origem nas preferências e tomadas de partido intelectual entre os integrantes das Cátedras de Sociologia I e II, ver Carolina Pulici (2004: 109-143).

⁸⁸ Afonso de Toledo Piza era o segundo nome na hierarquia do Departamento Estadual de Estatística. Era também professor na Escola Politécnica e sócio fundador da Sociedade de Matemática de São Paulo (Silva, 2008: 27). O Departamento fora criado em 1938 como parte do processo expansão e especialização da máquina

Paula permanece nesse posto até 1949, ano em que o órgão sofre processo de reestruturação. A ocasião coincide com o surgimento de uma oportunidade para seu retorno à FFCL, agora para integrar a Cadeira de Política, desfalcada pelo retorno do professor George Gurvitch à França e pela saída do assistente Benedito Ferri de Barros.⁸⁹ O convite partira de Lourival Gomes Machado, que, até a chegada de Charles Morazé – acertada para o segundo semestre daquele ano –, se ocupava interinamente com a regência da cátedra. A professora relata o episódio nos seguintes termos:

Já colocada no serviço público, eu não deixava de visitar minha escola, na Rua Maria Antônia. Numa dessas visitas, o Prof. Lourival Gomes Machado levantou a possibilidade de ser eu comissionada para a Faculdade, a fim de trabalhar na cadeira de Política, que ele regia. Mais tarde, se regularizaria minha situação como assistente, o que de fato aconteceu (Beiguelman, 2004: 194).

Evidentemente, o convite de trabalho não partia do zero. O contato com Lourival remontava ao período em que Paula fora sua aluna. O professor, então assistente de Paul-Arbousse Bastide, havia ministrado um curso sobre o pensamento político de Jean-Jacques Rousseau, no qual a aluna teria se destacado (Beiguelman, 2004: 194). Indicado para dirigir as atividades da cadeira, Lourival precisou recompor o quadro de assistentes, requisitando à direção da Faculdade que intermediasse junto ao governo estadual a realocação da licenciada:

Dirijo-me a V. Excia. na esperança de obter, por seu intermédio (...) a colaboração de um auxiliar que muito poderá aproveitar à Cadeira de Política. Trata-se de d. Paula Beiguelman, ex-aluna da seção de Ciências Sociais, que cursou com grande proveito e brilho, sendo atualmente Assistente de Administração, lotado no Departamento Estadual de Estatística, subordinado à Secretaria do Governo. Ora, tendo sido aquele Departamento extinto (...) a ocasião afigura-se-me excelente para obter o concurso

pública estadual. Tinha como função a produção, tratamento e publicação das informações estatísticas referentes ao estado, conforme a Convenção Nacional de Estatística ratificada por São Paulo em 1936. Suas principais publicações foram o *Anuário Estatístico do Estado de São Paulo* e o *Boletim do Departamento Estadual de Estatística*. (SEADE, c2007).

⁸⁹ Benedito Ferri de Barros foi nomeado assistente de Lourival Gomes Machado em 1944, ano em que Paul-Arbousse Bastide se afastou para “prestar serviços especiais junto à Embaixada Francesa no Rio de Janeiro” (USP, 1953: 669-670). Não foi possível descobrir ao certo o motivo e a data de sua saída. Todavia, a interpretação que faz Sylvia Garcia de um dos depoimentos de Florestan Fernandes sugere uma insatisfação de fundo com o projeto da FFCL: “O alto nível acadêmico dos professores estrangeiros intimidava a todos, criando ‘uma desanimadora barreira psicológica dentro do próprio eixo em que gravitava a nossa aprendizagem’. Para muitos, isso resultou em uma rápida passagem ‘do deslumbramento à decepção’, ao desencantamento em relação aos mestres estrangeiros e às potencialidades do curso. (...) ‘Alguns colegas, como *Benedito Ferri de Barros* e Laerte Ramos de Carvalho, não deixavam de remoer esses percalços, atacando, às vezes aberta e francamente, o puritanismo intelectual que me levava a um aparente ajustamento zarolho” (Garcia, 2002: 89; as ênfases são nossas).

dessa funcionária, formada em política e sempre dedicada ao estudo das ciências sociais, que assim voltaria à casa em que estudou e à qual pode prestar colaboração valiosa (Ofício assinado por Lourival Gomes Machado em 20 de abril de 194. In: Beiguelman, [s.d.]).

A carreira acadêmica de Paula Beiguelman junto à FFCL tem início, portanto, com o seu comissionamento como auxiliar de ensino da Cadeira de Política. Não por acaso, afinal, de um mecanismo utilizado para garantir o funcionamento regular das primeiras turmas da faculdade, o comissionamento, foi, aos poucos, se convertendo num arranjo corriqueiramente empregado para driblar a carência de recursos necessários à contratação tanto de docentes quanto de funcionários administrativos (Ferreira, 1988: 24).

Como esse ofício parece indicar, entretanto, o caso estava fora dos padrões habituais.⁹⁰ Notoriamente, a maioria das comissionadas desempenhava a função de professoras primárias na rede pública de ensino estadual, o que, por restringir os trâmites à competência da mesma secretaria (de Educação), simplificava razoavelmente os procedimentos administrativos⁹¹. O caso em vista, no entanto, dependia do acordo entre setores distintos da máquina pública estadual, demandando, assim, a multiplicação das instâncias e agentes envolvidos e, de certo modo, o montante de capital político acionado pelo regente. Tais trâmites parecem ainda mais intrincados quando consideramos o grau de diferenciação alcançado tanto pelo aparelho estatal quanto como pela estrutura ocupacional das profissões superiores. Não é demais lembrar que o entendimento também era dificultado pela distância política entre as duas secretarias: a Secretaria de Governo mantinha um vínculo mais imediato com a linha política de feitiço “populista”, enquanto a Secretaria de Educação era mais próxima da fração cultural da oligarquia paulista. Que esse acordo nem sempre era de simples realização demonstra a necessidade de renovação anual do comissionamento:

Como é do conhecimento de V. Excia. [Eurípedes Simões de Paula, diretor da FFCL], D. Paula Beiguelman, 1ª Assistente da Cadeira de Política, foi obrigada, a fim de assumir tal função, à solicitar afastamento do cargo efetivo que tem na Secretaria do Governo. Não obstante, tal pedido tendo sido concedido pelo prazo de 1 (um) ano, só até o próximo dia 31 de dezembro poderia a cadeira contar com a preciosa colaboração da atual Assistente, o que constituiria intolerável transtorno do ponto de vista didático.

⁹⁰ Esses e outros documentos mobilizados aqui constam da pasta referente à evolução funcional da professora disponível na Seção de Protocolo da Administração da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP).

⁹¹ De acordo com a contagem de Limongi, a regulamentação do comissionamento estipulou em 33 ao ano o número máximo de ingresso de professores primários na faculdade. Ainda segundo o autor, dos 74 formandos comissionados 51 (perto de 70%) eram professoras (Limongi, 2001: 212 e 221).

Tendo em vista os bons serviços prestados por D. Paula Beiguelman, tomo a liberdade de sugerir que a diretoria da Faculdade faça às autoridades competentes imediato pedido de renovação do afastamento, de forma a assegurar, ao menos por mais um ano, os bons serviços de nossa companheira de trabalho (Ofício assinado por Lourival Gomes Machado em 03 de novembro de 1953. In: Beiguelman, [s.d.]).

De 1949, ano em que é comissionada, até 1954, quando, como visto, assume formalmente a função de primeira assistente da cadeira, Paula Beiguelman desenvolve uma gama variável de atividades. Já no primeiro ano colabora com Charles Morazé nos dois cursos que ele lecionou, “Os fatores da política” e “Dos teóricos do Absolutismo aos Socialistas”, e também no “Ensaio prático de cartografia eleitoral” dedicado a delinear, em conjunto com os alunos, um “Mapa político de São Paulo” (USP, 1953: 671). Com a partida do professor francês no ano seguinte, Lourival assume definitivamente a cadeira e a auxiliar passa a ser encarregada dos seminários dos cursos por ele ministrados. Finalmente, em 1953, chega a substituir por três meses (de agosto a outubro) o catedrático, que se ausentara para participar do Congresso Internacional de Sociologia.⁹²

De 1954 a novembro de 1961, quando obtém o título de Doutor com a tese *Teoria e ação no pensamento abolicionista*, os encargos sob a responsabilidade de Paula aumentam. Já em seu primeiro ano como primeira assistente assume cursos de bacharelado em ciências sociais, a orientação de pesquisas bibliográficas e de campo, e o chamado “curso de especialização” – mais tarde equiparado ao mestrado –, ou seja, uma pesquisa inteiramente centrada no período da Inconfidência Mineira, e que seria concluída dois anos mais tarde. Paralelamente a isso, em 1955, se encarrega do curso de “Introdução à ciência política”. Desse ano até 1959, se ocupa, sucessivamente, de: “Introdução à ciência política” (57), parte das aulas do curso básico de “História das Idéias Políticas e Instituições Políticas” (58) e novamente “Introdução à ciência política” (59). Em 1960 uma inovação é introduzida no programa da cadeira: o curso de “Instituições Políticas Brasileiras”, que também estava sob responsabilidade de Paula. Finalmente, em 1961, a professora volta a se encarregar de “Introdução à ciência política” e de outros cursos de bacharelado.

De modo que, quando adentra o ano de 1962, Paula tem “ao seu cargo” as seguintes atribuições: o curso de “Instituições Políticas Brasileiras”; o de bacharelado, centrado no tema “Organização Política Brasileira no Período Republicano”; e o de especialização, agora voltado ao estudo de “Atitudes, Opiniões e Comportamento Político” (Beiguelman, 1967: 3).

⁹² Afora as citações do *Anuário da Faculdade...* (USP, 1953), as demais informações foram obtidas no *Memorial* apresentado por Paula Beiguelman para os exames atinentes à livre-docência (In: Beiguelman, [s.d.]).

Também em abril desse mesmo ano ocorre uma mudança extremamente significativa no comando da Cadeira de Política:

...é designada para, com prejuízo de vencimentos mas sem o das demais vantagens de seu cargo, substituir o Professor Lourival Gomes Machado no cargo de Professor Catedrático enquanto durasse seu impedimento no afastamento que solicitou para exercer as atividades de Diretor de Assuntos Culturais da Unesco em Paris. Nessa substituição permaneceu até a vacância da Cátedra por aposentadoria do professor (...) a 24 de janeiro de 1967 (Beiguelman, 1967: 4).

Como assinala a informação contida no *Memorial* de Paula (In: Beiguelman, [s.d.]) – apresentando em meados de 1967, como exigência para a obtenção do título de livre-docente –, a data precisa dessa nova atribuição está registrada em 13 de abril de 1962. Porém, o reconhecimento institucional dessa regência apenas seria formalizado em 25 de abril de 1967, ou seja, mais de seis anos após a mudança:

O REITOR DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO [Mário Guimarães Ferri, vice-reitor em exercício] usando de suas atribuições legais (...), designa, no período de 17/3/67 até 29/2/68, a Dr^a Paula Beiguelman para, com prejuízo dos vencimentos mas sem o das demais vantagens de seu cargo de Professor Assistente – Doutor, ref. “II” em R.D.I.D.P. [Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa], (...) lotado na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, reger, a título precário, (...) a Cadeira de “Política”, daquela Faculdade, correspondente ao cargo de Professor Catedrático, ref. “VI”, Grupo II, (...) na vaga decorrente da aposentadoria do Prof. Lourival Gomes Machado, conforme Ato de 20, “D. O.” [Diário Oficial] de 24/1/67 (Ofício da Reitoria da Universidade de São Paulo de 25 de abril de 1967. In: Beiguelman, [s.d.]).

Merece destaque o fato de que a nomeação em termos formais de Paula só se dá a partir da correspondente aposentadoria de Lourival, como demonstra o ofício, publicada no Diário Oficial em janeiro de 1967. Informação que comprova a hipótese sustentada aqui de uma reconversão do ex-catedrático à esfera mais ampla da produção cultural, redirecionando, pois, definitivamente suas atividades ao campo da crítica cultural. Mais especificamente, para o emergente circuito internacional de arte, âmbito que, aliás, sua atuação corroboraria para consolidar.

Tal apreciação também se apóia também em um comentário feito por Antonio Candido, que esteve com Lourival pouco tempo antes de seu falecimento:

...um ano antes dele morrer, eu estava na França (...) e o convidei para almoçar comigo. (...) Ele me disse que não ia ser reconduzido ao cargo de secretário cultural da

UNESCO e que ele tinha que pensar em voltar para atividade. Para o Brasil ele não voltaria. Ele me disse que estava retomando projetos de política, questões de política. (...) Mas acontece que fizeram um acordo na UNESCO. (...) Isso foi em 66. Então houve aquela grande enchente, que danificou muito Veneza e Florença, e criaram uma comissão chamada Comissão Internacional em Defesa de Florença e Veneza – ele foi o presidente. Por isso é que ele estava indo para Veneza quando morreu. Mas ele não queria voltar para o Brasil (Trecho da entrevista concedida por Antonio Candido ao pesquisador em 26 de maio de 2008).

Sendo assim, de 1962 a setembro de 1968, quando Fernando Henrique assume formalmente a chefia, Paula detém sob seu comando a “orientação geral das atividades didáticas e de pesquisa da Cadeira de Política” (Beiguelman, 1967: 4). Mais precisamente, exerce, sucessivamente, as seguintes atribuições: ainda em 62 enceta, junto à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), um financiamento para o desenvolvimento por um “grupo de bolsistas” das frentes da pesquisa sobre a “Organização Política Brasileira no Período Republicano”; em 63 ministra os cursos de “Instituições Políticas Brasileiras” e de “Pós-Graduação”, esse último baseado, além do tema sobre Brasil Republicano, no estudo de “Atitudes, Opiniões e Comportamento Político”; no ano seguinte, concomitantemente ao desenvolvimento das duas pesquisas de pós-graduação, ministra novamente o curso de Instituições Políticas Brasileiras; em 65, além de, outra vez, ministrar aquele curso e de orientar as teses de doutorado em andamento, implementa no curso de pós-graduação o “Seminário sobre Teoria Política do Desenvolvimento”; e, finalmente, em 66 se incumbem das pesquisas da pós-graduação, da orientação das teses de mestrado (quatro ao todo) e de doutorado, e da organização de um “Seminário sobre Problemas Metodológicos”.⁹³

Não foi possível, todavia, saber com precisão quais foram as atividades desempenhadas pela professora nos anos posteriores a 1966. Em compensação, a defesa de livre-docência com a tese *Contribuição à teoria da organização política brasileira*, no ano seguinte, mais a apresentação da tese *A formação do povo no complexo cafeeiro*, por ocasião do concurso de cátedra de 1968, dão mostra do rumo seguido por ela durante esse tempo restante: a habilitação para assumir a titularidade da cadeira. Seja como for, o arrolamento algo exaustivo das atividades desenvolvidas por Paula ao longo de todo esse período chama atenção para uma discreta, mas cada vez mais nítida e constante, inflexão na “orientação geral das atividades didáticas e de pesquisa” do programa legado à Cadeira de Política por Lourival.

⁹³ Todas as atividades elencadas foram compulsadas do *Memorial* de Paula (In. Beiguelman, [s.d.]). O registro vai apenas até 1966, seguramente porque, como visto, o concurso de livre-docência se realizaria no primeiro semestre do ano seguinte.

Assim, parece plausível tomar o acréscimo do termo “ciência” ao título de um curso como indício de uma maior preocupação em qualificar – e, por extensão, legitimar – a abordagem científica, diferenciando-a, desse modo, das outras modalidades – a filosofia política, a crítica cultural ou a militância propriamente dita. Da mesma forma, seria razoável ver na assimilação dos temas “Primeira República” e “Teoria do desenvolvimento”, um esforço de progressivo distanciamento do estudo centrado no período colonial em direção a objetos mais sintonizados com a conjuntura intelectual e política dos anos de 1960. Também nesse sentido poderia ser interpretada a incorporação, ao curso de pós-graduação, da pesquisa “Atitudes, Opiniões e Comportamento Político” bem como do “Seminário sobre Problemas Metodológicos”; tópicos que, além de mais próximos ao que seria a agenda de pesquisas da ciência política no contexto intelectual posterior, sinalizam a existência de uma preocupação em delimitar a autonomia da esfera política e, conseqüentemente, de certa pretensão em afirmar uma identidade disciplinar. A introdução inédita do curso “Instituições Políticas Brasileiras” no currículo de ciências sociais, por sua vez, poderia ser lida como um modo de dar conseqüência à plataforma metodológica de privilegiar, ao lado da análise do conteúdo substantivo das doutrinas políticas, os aspectos institucionais do poder como fenômeno social. Finalmente, a empreitada de um grupo de pesquisa calcado no financiamento obtido junto a uma agência estadual de fomento (a FAPESP), marca um movimento de transição no modo de conceber a atividade intelectual – entendida no sentido amplo do termo –, deixando o modelo do “intelectual total”, ou seja, da produção científica como ato singular do pesquisador erudito e isolado, para um modelo mais conforme ao “intelectual especialista”, ou seja, da produção científica lastreada no trabalho coletivo de pesquisadores moldados pela instituição acadêmica.⁹⁴

V

Como visto acima, de 1962 até 1968 a Cadeira de Política seria regida por Paula, que nela trabalhava desde 1949. Tal situação, porém, apenas seria reconhecida pelas instâncias dirigentes da universidade, como regência à “título precário”, a partir de abril de 1967, ou seja, pouco mais de um mês após a morte de Lourival em Milão na Itália. Só depois disso foram iniciados os preparativos para o concurso de cátedra, realizado em meados de 1968. A

⁹⁴ Para uma discussão sintética, mas nem por isso menos elucidativa, das diferenças entre os modelos do “intelectual” e do “especialista”, ver Frederico Neiburg e Mariano Plotkin (2004:15-17).

professora totalizou, portanto, dezenove anos trabalhando na cadeira, sete dos quais como “catedrática de fato” e menos de dois como “catedrática de direito”.

Nesse interregno deu, na medida do possível, continuidade aos trabalhos da Cadeira (cursos, orientações, pesquisas etc.), concedendo maior ênfase à análise histórica das instituições políticas brasileiras, sua especialidade. “Na medida do possível”, porque o período corresponde à conjuntura atribulada iniciada com o processo de radicalização política e com a instauração, consolidação e recrudescimento do regime militar. Em decorrência direta ou indireta das perseguições políticas (exílios, prisões, demissões sumárias etc.), o quadro da equipe da Cadeira foi se reduzindo e as condições institucionais para a realização das atividades progressivamente restringidas⁹⁵.

O concurso para a Cadeira de Política não poderia deixar de transcorrer de maneira tumultuada. Concorrendo como candidata “natural”, seja por ser a regente de fato da cadeira, seja por ter sido orientada pelo próprio Lourival, Paula apresentou a tese *A formação do povo no complexo cafeeiro*. O desafiante seria Fernando Henrique Cardoso, que se inscreveu com a tese *O empresário industrial e o desenvolvimento econômico no Brasil*.

A disputa expressava de modo paradigmático tensões que permeavam o ambiente acadêmico da Faculdade de Filosofia. De um lado, Paula Beiguelman, descendente de imigrantes, mulher, solteira, professora excepcional, integrante de uma cadeira subalterna, com pouco lastro institucional, baixa inserção política junto às instâncias de direção universitárias, prata da casa e apresentando um trabalho sob o tema da *formação*. De outro, Fernando Henrique Cardoso, herdeiro de família influente, homem, casado, pesquisador prolífico, integrante de uma cadeira dominante, influente junto aos órgãos diretivos da universidade, com carreira internacionalizada e apresentando uma tese com o tema da *modernização*. Favoravelmente a ele contariam, ainda, as movimentações realizadas por Florestan Fernandes junto à direção da Faculdade. Por outro lado, contaria para Paula Beiguelman o sentimento difuso de solidariedade da “comunidade” acadêmica: integrantes da equipe da Cadeira, colegas docentes e estudantes.⁹⁶

⁹⁵ No período entre 1964 e 69, quando ocorrem as aposentadorias compulsórias o quadro de professores da Cadeira de Política tinha se reduzido a dois professores (Quirino, 1994: 347). Sobre as implicações das ações oficiais e não oficiais para a universidade em geral e para a FFCL em particular, ver Irene Cardoso (2001:109).

⁹⁶ Apoiando-se nas atas da Congregação da FFCL Romão (2006) afirma que Fernandes pleiteia “lugar na banca que escolheria o novo catedrático em Ciência Política [sic.], em vista do falecimento de Lourival Gomes Machado, mas não consegue obter indicação da Congregação da Faculdade de Filosofia. Por esse fato, sente-se ‘desautorizado’ por seus próprios pares, ao exercício pleno de suas funções de catedrático e retira-se (...). A drástica atitude de Florestan (...) indica seu fervoroso desejo de garantir pelo menos um voto a Fernando Henrique, além de manter inabalado seu prestígio acadêmico” (idem: 137-138). É importante lembrar que, como regente a “título precário”, Paula Beiguelman não tinha voz junto à Congregação. Segundo depoimento concedido a Leoni, José Almino lembra que “Paula Beiguelman, colega de Florestan Fernandes, esperava havia

Embora os dois candidatos tenham sido aprovados, Fernando Henrique seria o escolhido pela banca examinadora do concurso⁹⁷. Para além da vitória ou derrota no plano pessoal, o resultado poderia ser tomado como um instantâneo do processo de desenvolvimento das ciências sociais em São Paulo. De um lado, num ritmo acelerado de institucionalização, o projeto acadêmico de afirmação institucional da sociologia, que tinha como lastro a Cadeira de Sociologia I, sob a liderança de Florestan Fernandes. De outro, numa posição retardatária do gradiente de institucionalização, o projeto de afirmação da ciência política, implementado junto à Cadeira de Política, por Paula Beiguelman e demais professores do grupo.

A narrativa possibilita, pois, nuançar a imagem de uma vantagem inquestionável de Fernando Henrique em relação à Paula que a consagração posterior do primeiro projetou sobre o evento. Seguindo uma sugestão de Mariza Corrêa, parece fundamental evitar incorrer em avaliações anacrônicas que uma análise inteiramente calcada na “notoriedade retrospectiva” tende a produzir. “Notoriedade retrospectiva”, entendida aqui como o modo pelo qual “o renome adquirido a partir de um certo momento pode iluminar a vida inteira de um personagem” (Corrêa, 2003: 21) e, acrescentaria Heloísa Pontes, “ofuscar a de outro” (2004: 234).

Por meio do esforço de reconstituição do percurso acadêmico de Paula Beiguelman poderíamos, assim, deslocar o foco das atenções daquelas personagens que, por seu destaque posterior, seriam os únicos protagonistas, para iluminar uma personagem tida como secundária, mas que desempenhou um papel importantíssimo na construção institucional das ciências sociais paulistas. Nessa direção, resta ainda analisar os escritos mais importantes da autora, redigidos como teses de doutorado e de livre-docência, para que se tenha uma idéia mais concreta a respeito de sua atuação como pesquisadora. Os dois textos apresentam ainda, segundo nosso ponto de vista, o esboço de um programa de pesquisas, que visava apreender os fenômenos políticos no Brasil de forma mais sistemática. Tal programa não foi realizado

anos que a cátedra de política vagasse para se candidatar. Naquele tempo a cátedra era vitalícia, e era preciso que alguém morresse para se abrir uma vaga. Todo mundo sabia que a Paula Beiguelman estava interessada na cátedra de política, Fernando Henrique inclusive. Era evidente que se ele concorresse ela não teria a menor chance. Como reinava um certo espírito de companheirismo no meio das ciências sociais, a decisão dele não foi muito bem aceita, foi julgada bastante oportunista pelos colegas” (Leoni, 1997: 138).

⁹⁷ Imediatamente após essa derrota, Paula se transfere para a Cadeira de História da Civilização Brasileira, chefiada por Sérgio Buarque de Holanda, se encarregando da área de História das Instituições Brasileiras. Logo no início do ano seguinte – em 30 de abril de 1969 (ADUSP, 2004: p. 48) – é, no entanto, aposentada compulsoriamente pelo regime militar. Tais episódios marcam a interrupção de sua vida acadêmica e suas atividades intelectuais tomam outro rumo: a militância política. É também apenas nesse momento que se casa: “no plano pessoal, conheci durante a atividade política a pessoa com a qual constituí uma família” (2004: p. 197).

plenamente, em função do resultado desfavorável do concurso e de sua aposentadoria compulsória pelo governo militar. Mesmo assim, em boa medida, a geração de cientistas políticos reunida na USP dos anos de 1970 e 1980 ordenou suas atividades de pesquisa tendo como base esse esquema.

VI

Num trabalho especialmente dedicado à sociologia da cultura, o sociólogo Karl Mannheim observou que, não obstante a maior circulação das idéias através das fronteiras políticas, “certos temas só reaparecem no pensamento organizado de cada país” (Mannheim, 2004: 10). A julgar pela constância ao longo das sucessivas conjunturas intelectuais brasileiras, o tema da *formação* parece ser um desses casos.

Conforme apontou Paulo Arantes (1997: 11), o assunto está explícito em livros como *Formação do Brasil contemporâneo*, de Caio Prado Júnior, *Formação econômica do Brasil*, de Celso Furtado, *Formação da literatura brasileira*, de Antonio Candido e também em outros que, como *Casa-grande e senzala*, de Gilberto Freyre e *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, não o apresentam ostensivamente em seus títulos ou subtítulos. Simultaneamente descritivas e normativas, tanto o esforço de distinguir as linhas evolutivas da formação social brasileira quanto o empenho em fazer do país uma nação relativamente integrada seriam características de tais obras. Ainda segundo o intérprete, esse conjunto de obras também teria em comum o recurso ao chamado “ensaio histórico-sociológico”, um “gênero misto” de expressão intelectual, “construído na confluência da criação literária e da pesquisa científica” (Arantes, 1992: 21), no qual os analistas, mais ou menos liberados da disciplina científica, procurariam reter os grandes processos constitutivos da sociedade brasileira.

Considerando o que indica o título, não parece despropositado inscrever sob esse tema o livro *Formação Política do Brasil*, de Paula Beiguelman. Publicado no ano de 1967, ele reúne em dois volumes a tese de doutoramento *Teoria e ação no pensamento abolicionista* – apresentada em 1961 – e a tese de livre-docência *Contribuição à teoria da organização política brasileira* – apresentada em 1967. O primeiro volume do livro está organizado em três partes: “A destruição do escravismo capitalista”, “Sistemática e dinâmica da organização política imperial”, e “A reflexão sobre a problemática fundamental brasileira”. Já o segundo volume, é composto por um único item – a própria tese de livre-docência.

O foco geral do trabalho recai sobre a crise da ordem escravocrata e a estruturação da organização social assentada no trabalho livre. Em cada uma das partes do primeiro volume esse processo é analisado a partir de um plano específico: na primeira o plano econômico, na segunda o plano político e, na terceira, o plano ideológico. No segundo volume, a autora discute as implicações teóricas da análise, confronta outras abordagens do problema e, finalmente, indica os contornos de uma periodização da evolução das instituições políticas brasileiras.

O argumento mobilizado no início do primeiro volume sugere que o declínio do tráfico negreiro como fator de acumulação de capital deslocava o interesse pela manutenção do escravismo do âmbito do comércio para o nível da produção. O principal estímulo não mais seria o excedente obtido com o comércio de escravos africanos, mas o baixo custo proporcionado pelo trabalho escravo. Assim, quando outras modalidades de trabalho começam a cumprir esse requisito (trabalho a baixo custo), seria possível identificar a ruptura do “vínculo de *necessidade* que ligava o sistema econômico mundial à ordem escravista” (Beiguelman, 1967:13 – ênfases nossas).⁹⁸

Partindo desse pressuposto original, a autora analisa a crise do escravismo em diferentes economias americanas: Antilhas inglesas, Antilhas francesas, Estados Unidos, Cuba e Brasil. Nesse ponto, destacamos dois aspectos decisivos da análise.

A abordagem do chamado exclusivo colonial pela perspectiva dos interesses metropolitanos – ao invés de adotar a perspectiva da colônia –, e seu papel central para o fim do escravismo, é o primeiro deles. Salvo engano, convencionalmente, as análises sobre o assunto enfatizaram os prejuízos que o monopólio trazia para as colônias, que não dispunham de liberdade para vender ou comprar produtos em melhores condições que as oferecidas pela metrópole. A diferença aqui parece residir justamente no enfoque dos reveses que essa situação acarretava para o pólo metropolitano.

Para a economia de uma metrópole como a Inglaterra, por exemplo, a exclusividade do açúcar antilhano, em uma conjuntura de superprodução e de baixa de preço no mercado internacional, passa a ser extremamente desvantajosa, posto que outras colônias – como a

⁹⁸ Os pressupostos dessa caracterização são remetidos ao artigo “A destruição do escravismo moderno como questão teórica” em *Pequenos estudos de ciência política* (Beiguelman, 1973 – ênfases nossas). Em resumo, após a revolução industrial opera-se uma alteração na inserção *funcional* da produção açucareira na economia mundial. Se antes o papel da produção era alimentar o tráfico negreiro, agora passa a ser a oferta de produto barato para a comercialização no mercado internacional. Com isso, pouco importaria, de um ponto de vista sistêmico, se as bases da economia fossem escravistas ou não. O que implicaria numa relação de *indiferença*. Segundo a autora, a conseqüência teórica é que a análise do “sistema global” coloca a possibilidade de destruição do escravismo, mas a compreensão de como isso se efetivou necessita do exame das situações concretas em que se deu nas diferentes economias.

Índia – ofereciam o produto por preços mais baixos. Tal situação possibilita à propaganda abolicionista – que, por razões humanitárias reivindicava a extinção do tráfico de escravos – ganhar audiência na esfera governamental. A medida, porém, passa agora a ser encarada como um mecanismo para reduzir a produção antilhana e minimizar os prejuízos.

Paula Beiguelman ressalta, ainda, a concorrência entre os diferentes interesses coloniais sediados no pólo metropolitano. Enquanto uma parte deles – caso daqueles vinculados ao açúcar indiano – exigia o fim do monopólio comercial –, a outra pleiteava a extensão do combate ao tráfico de escravos como parte integrante da política externa inglesa – caso dos associados ao açúcar antilhano, que se viam em desvantagem em relação às colônias que ainda mantinham a escravidão.

O segundo destaque diz respeito à interpretação da crise da economia escravista como parte do mesmo processo que envolve a estruturação de uma política subsidiada de imigração. Medidas governamentais, principalmente a elevação dos impostos sobre a venda e a posse de escravos – inicialmente adotadas no âmbito da província de São Paulo e, pouco a pouco, estendidas ao Império – oneravam progressivamente os proprietários de escravos e instilavam tendências latentes aos setores mais recentes e dinâmicos da agricultura cafeeira: a procura por novas frentes de investimento e a pressão sobre as instâncias do poder público visando garantir um fluxo de imigração subvencionada suficiente para abastecer com força de trabalho as lavouras.

O processo de abolição da escravidão colocaria em funcionamento um mecanismo estrutural: a absorção do trabalho imigrante pelas áreas mais produtivas da lavoura cafeeira e, conseqüentemente, a expulsão do trabalhador nacional, livre ou recém-liberto, para as plantações mais antigas, ou seja, justamente aquelas menos produtivas:

Não suportando tais setores [menos produtivos] um padrão de trabalho economicamente orientado e exigente, será a conduta menos racional desse elemento [nacional livre ou liberto] que lhes garantirá a disponibilidade de uma massa de trabalho barato. Nesse sentido, a ‘preservação dos padrões sócio-econômicos herdados da escravidão’ no contingente nacional da área cafeeira, pode ser interpretada como função da incapacidade da lavoura menos próspera de suportar o trabalho assalariado (Beiguelman, 1967: 34).⁹⁹

⁹⁹ Essa formulação é bastante semelhante a de Florestan Fernandes na *Integração do negro na sociedade de classes*. Considerando que, nessa obra, o trabalho de Paula Beiguelman é citado na versão de tese, é plausível supor que Fernandes a tenha retomado, ainda que da perspectiva do escravo.

Adiante, Paula Beiguelman analisa outros fatos implicados nos processos de independência das colônias americanas e do Brasil em particular: as guerras napoleônicas, a redefinição das relações políticas entre Portugal e Espanha, a Santa Aliança, entre outros. Reconstitui, então, os conflitos de interesses envolvidos na modelagem das instituições políticas no Primeiro Reinado e o perfil das disputas vigentes nesse contexto. Finalmente, focaliza a dinâmica político-partidária que se desenvolve ao longo da Regência e do Segundo Reinado, polarizada pelo debate acerca da manutenção ou não da escravidão e por eventos relacionados a essa questão, como os conflitos diplomáticos com a Inglaterra, a extinção do tráfico de escravos, a lei de libertação dos “nascituros”, a concessão de subsídios à imigração e, finalmente, a abolição.

Seu argumento enfatiza, portanto, a estruturação e a dinâmica das instituições políticas ao longo do período imperial. Aqui importa destacar a descrição do processo de organização de uma “monarquia parlamentarista de quatro poderes” caracterizada, de um lado, por um executivo fortemente centralizador – detinha o controle do aparato policial e de justiça – e, de outro, por partidos ditos de “patronagem” – as diferenças doutrinárias seriam menos ideológicas e mais instrumentos de diferenciação – em disputa pelos recursos auferidos com a posse do gabinete. Como qualquer dos grupos que assumisse o executivo tinha condições de eleger uma câmara majoritariamente alinhada às suas plataformas de governo, a autora identifica aí uma inversão do parlamentarismo inglês:

Qualquer dos partidos de patronagem que o Moderador chamasse ao poder, teria recursos para munir-se do necessário apoio legislativo requerido pelas normas parlamentares. Isto é, invertidos os termos do esquema parlamentarista clássico, o Legislativo se tornava uma criação do Executivo, ganhando a disputa partidária uma nova dimensão: a porfia dos favores da Coroa (Beiguelman, 1967: 69 – ênfases da autora).

Tal arranjo institucional permitia à Coroa dissociar a ação dos partidos concorrentes dos interesses dos grandes proprietários rurais, fazendo, inclusive, com que o poder legislativo aprovasse iniciativas direta ou indiretamente contrárias à ordem escravocrata. A autora chega a argumentar que as iniciativas propostas pela Coroa satisfaziam necessidades estruturais da economia, “a que eram impermeáveis os partidos *enquanto* representantes do eleitorado agrário” (Beiguelman, 1967: 125 – ênfases nossas).

O último item desse volume é dedicado à caracterização das vertentes de pensamento em confronto durante o século XIX. Recorrendo ao ensaio de Mannheim (1963) sobre o

pensamento conservador, Paula Beiguelman identifica no debate intelectual que transcorre durante o Império, modos de expressão de pensamento semelhantes aos caracterizados pelo sociólogo húngaro para a Europa do fim do século XVIII e início do XIX. Desse modo, os estilos europeus de pensamento conservador, liberal e socialista encontrariam respectivamente correspondentes locais nas formulações de figuras como José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho (1742-1821), Aureliano Cândido Tavares Bastos (1839-1875) e Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo (1849-1910). É verdade que nem sempre nos mesmos termos, afinal – não é demais lembrar – as diferenças ideológicas se desenvolviam, por aqui, a partir das desavenças políticas em torno da escravidão e, lá, em decorrência das divergências políticas desencadeadas com a Revolução Francesa.

O pensamento abolicionista formulado por Joaquim Nabuco cumpre papel central no argumento da autora. Ao contrário do que identifica nas expressões locais do estilo conservador, nas quais seria recorrente o apelo às características específicas da realidade brasileira para desqualificar as propostas de reforma, e do liberalismo, nas quais essas especificidades seriam entendidas como deformações a serem superadas mediante o recurso às soluções decalcadas das sociedades industriais, o pensamento abolicionista, seja porque adotava a perspectiva do “pólo dominado” – no caso os escravos – seja porque tomava a escravidão como “estrutura funcionalmente articulada” (Beiguelman, 1967: 177), estaria em condições de direcionar sua crítica ao fundamento da ordem social escravocrata. Nesses termos, o caráter predatório da ocupação do solo, a baixa produtividade da atividade agrícola, o sub-povoamento do território, o baixo padrão de vida das massas populares, a propalada inaptidão do homem livre para o trabalho, a hipertrofia do funcionalismo público e até mesmo a pobreza de valores espirituais, são entendidos como manifestações em todas as dimensões da vida social de um mesmo fundamento: um sistema social baseado na escravidão. O procedimento possibilitaria ao abolicionismo de Joaquim Nabuco transcender uma simples defesa da emancipação jurídica do escravo e apontar um conjunto de tarefas cuja realização exigiria a transformação do sistema como um todo, podendo, pois, persistir mesmo após a abolição formal da escravidão. (Beiguelman, 1967: 179).¹⁰⁰

A discussão travada no segundo volume do livro – a tese de livre-docência – procura sintetizar os aspectos explorados ao longo do primeiro, mas dessa vez num registro mais

¹⁰⁰ “Do exposto ressalta que Joaquim Nabuco diversamente de outros críticos, respeitáveis embora, da realidade brasileira, que o antecederam ou sucederam, não se limita ao catálogo das mazelas nacionais, ou à apresentação de soluções no plano organizatório institucional mais imediato, mas pretende construir a problemática brasileira em torno de um eixo fundamental. *É em Nabuco, pois, que uma moderna e consistente reflexão crítica brasileira deve buscar seu patrono histórico*” (Beiguelman, 1973: 128 – ênfases nossas).

abstrato. Procura com isso realçar os momentos teoricamente mais significativos, estabelecer diálogo crítico com outros modelos de explicação, lançar as bases de uma periodização para análise das instituições políticas brasileiras. Segundo nosso ponto de vista, tais direcionamentos visavam a constituição de um programa de investigações para a Cadeira de Política.

De saída, a autora explicita sua divergência com aquelas formulações que inserem o processo de abolição e montagem do fluxo imigratório numa “transição para o capitalismo”. Defendia, portanto, o caráter capitalista do “escravismo moderno”, criticando a confusão decorrente do uso incorreto do termo “capitalismo” para apreender o que seria a dinamização do mercado interno, seja pela liberação de capitais propiciada pela libertação dos escravos, seja pela progressiva generalização da modalidade de trabalho assalariado.

Adiante, relacionando regime monárquico, unidade territorial e mercado nacional de escravos, Paula Beiguelman elabora uma explicação destoante para um dos tópicos mais controversos do debate intelectual do período: o da manutenção da unidade territorial do país. Em oposição aos casos das colônias hispânicas, nos quais a dissolução da ordem colonial internacional significou, invariavelmente, fragmentação territorial, regimes republicanos e abolição da escravidão, a via brasileira, não obstante o aparente antagonismo de interesses entre os diferentes setores econômicos, tinha como lastro um fundamento comum:

...reagindo em termos dos interesses imediatos, as províncias não tinham porque manter-se unidas. Mas se levarmos em conta os fundamentos da economia global explicaremos ao mesmo tempo o unitarismo (consolidado nas guerras de Independência) e a Monarquia. A autoridade monárquica (carismática) passa a se interpretar como o recurso pelo qual se mantém a unidade, resolvendo-se a tensão decorrente do fato de que as províncias apresentavam, num nível mais superficial, interesses econômicos diversos, embora, num plano mais profundo, *o país se configurasse unitariamente como um mercado nacional de escravos* (Beiguelman, 1967: 79 – ênfases nossas).

O desfecho do livro apresenta uma discussão que indica o móvel mais profundo da análise. Segundo considera a autora, o período imperial constitui a etapa de “formação do Brasil moderno” (Beiguelman, 1967: 88). Noutros termos, constituiria, tanto “logicamente” quanto “cronologicamente”, a base para a organização das instituições políticas brasileiras de acordo com uma periodização que abrangeria, ainda, ao menos quatro etapas: de 1889 a 1930, de 1930 a 1945, de 1945 a 1964, e de 1964 em diante. Nesse sentido, a proposta de periodização poderia ser entendida, ao mesmo tempo, tanto como uma tentativa de filiação ao

rol daquelas obras que elegeram a *formação* como tema central de investigação, quanto como uma etapa preliminar de uma série de estudos a serem realizados pelos integrantes da cadeira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reposição panorâmica da *Formação Política do Brasil* (1967) indica que o livro estabelece diálogo com os ensaios sobre a *formação*, embora pertença à família dos trabalhos mais especializados produzidos segundo linguagem e critérios acadêmicos.¹⁰¹ Tal dualidade corresponderia à posição ocupada pela própria Paula Beiguelman entre a geração dos fundadores da “Política” em São Paulo – Paul-Arbousse Bastide e Lourival Gomes Machado – e a geração que se apropria da “ciência política” como disciplina relativamente autônoma e institucionalizada.

Dentre os achados principais da obra, encontra-se a importância conferida à dimensão política para explicar a crise da sociedade escravista e a transição para a ordem social baseada no trabalho livre, que se deu no Brasil entre fins do século XIX e início do XX. Em suas análises sobre esse processo a autora concede espaço significativo à montagem institucional de uma política de subsídio à importação de mão-de-obra imigrante – central para formação de um mercado de trabalho livre e hierarquizado segundo tipos sociais (negro liberto, “homem livre” e imigrante) –, à dinâmica político-partidária no âmbito das instituições políticas do Império e às divergências políticas expressas no plano ideológico. O que não é pouco quando se tem em vista o quadro intelectual da década de 1960, momento no qual se torna hegemônica nas instituições de maior prestígio no âmbito das ciências sociais – principalmente a FFCL-USP e o ISEB – uma abordagem que tendia a reduzir o processo à resultante de forças macro-sociais e, com isto, a ignorar ou mesmo desqualificar a importância da dimensão política.¹⁰²

Como já foi dito, tanto os trabalhos da autora como outros desenvolvidos junto à Cadeira de Política – principalmente aqueles diretamente relacionados à história do pensamento brasileiro – sofreriam os efeitos desvalorizadores causados pelo domínio exercido pela Cadeira de Sociologia I e do esquema de interpretação do desenvolvimento das ciências sociais no Brasil, que constituía peça central do projeto de afirmação institucional da

¹⁰¹ Nos escritos da autora, percebe-se uma tensão entre as formas de expressão científica e literária. Entre as personagens que discutimos nesse capítulo, foi provavelmente ela que mais se esforçou para alcançar uma linguagem propriamente científica. Entretanto, Paula tinha também – e isso pode ser compreendido nesse contexto com uma “inclinação feminina” – interesses literários que a aproximavam desse âmbito. Tal consideração apóia-se em dois escritos de crítica literária, escritos mais ou menos no mesmo período em que realizou seus trabalhos acadêmicos: “Viagem sentimental a Dona Guidinha do Poço” e “Análise literária e investigação sociológica” (In: Beiguelman, 1966).

¹⁰² Para uma avaliação das vertentes de interpretação do fim da escravidão e de como o modelo da sociologia paulista secundarizou a dimensão política do processo, ver Carvalho (1998). Para uma leitura no mesmo sentido para o caso do ISEB ver Lamounier (1982: 418).

sociologia encabeçado por Florestan Fernandes¹⁰³. Já quando outros centros intelectuais do país são tomados em consideração, embora no Rio de Janeiro o ISEB também jogasse água no moinho das abordagens macro-estruturais, começava a surgir, entre o eixo Belo Horizonte-Rio de Janeiro, uma nova geração de cientistas sociais que, sob o amparo da política de fomento da Fundação Ford e impulsionados pela constituição de um sistema nacional de pós-graduação na área de ciências sociais, reivindicaria para si a dianteira no processo de afirmação da ciência política entendida como disciplina acadêmica e autônoma da identidade disciplinar mais estabelecida das ciências sociais. Como tentei demonstrar, a contraposição à sociologia os levaria a uniformizar em alguma medida a produção intelectual paulista e a ignorar a experiência acadêmica precursora que se constituiu sob a liderança intelectual de Paula Beiguelman nos quadros da Cadeira de Política da USP.

Apesar desses obstáculos enfrentados por Paula Beiguelman – os efeitos desvalorizadores sofridos pela Cadeira de Política em função da “hierarquia das disciplinas”, que privilegiava a Cadeira de Sociologia I na USP; a atitude de menosprezo encabeçada pelos “novos” cientistas políticos mineiros e cariocas; a derrota no concurso de 1968; a aposentadoria compulsória pelo Regime Militar – o programa de pesquisas que idealizou seria parcialmente desenvolvido por meio dos trabalhos realizados por alguns dos seus discípulos no contexto posterior à reforma universitária, ao longo dos anos de 1970 e 1980

O cotejamento dos temas expressos ao menos nos trabalhos de Eduardo Kuguelmas, Francisco Weffort e Maria do Carmo Campello de Souza vem ao amparo dessa assertiva. Integrantes da Cadeira de Política durante o período em que esteve sob a regência de Paula, esses professores se dedicariam inicialmente a temas diretamente relacionados ao programa por ela formulado.¹⁰⁴

Eduardo Kuguelmas, bolsista do grupo de pesquisa sobre a Primeira República, realizaria seu trabalho de especialização – *A Primeira República no período de 1891 a 1909* – como desdobramento do eixo “Quadro geral da organização política brasileira no Primeiro

¹⁰³ Para interpretações que sustentam a argumentação de que o esquema de interpretação da história das ciências sociais desvalorizou os estudos sobre o pensamento social no Brasil ver Santos (1978: 23) e Lamounier (1985:349).

¹⁰⁴ Também realizariam estudos segundo a orientação do programa definido por Paula Beiguelman nesse período Célia Nunes Galvão Quirino, Nely Pereira Pinto Curti e Ceci Martinho. De todas as três, Célia e Nely realizaram trabalhos de especialização sob orientação de Paula, mas acerca do tema da Inconfidência mineira, que, conforme a periodização que fazemos das fases da Cadeira de Política, ainda estaria compreendido no programa originalmente formulado por Lourival Gomes Machado. Chegaram, inclusive, a publicar esses trabalhos, respectivamente, nos Anais do Museu Paulista (“A inconfidência mineira”) e na Revista de História (“A realidade sócio-política nas Minas em fins do século XVIII”). Oliveiros Ferreira também integrou o quadro da cadeira, mas fora recrutado por Lourival e também realizaria seus trabalhos mais em acordo com o programa dele.

Período Republicano”, apontado como um dos estudos definidos por Paula e constante do seu *Memorial* (In: Beiguelman, [s.d.]).¹⁰⁵ Posteriormente, após longo afastamento decorrente de perseguição pelos organismos de repressão do Regime Militar, retomaria a carreira acadêmica e apresentaria, em 1984, a tese de doutoramento *Difícil hegemonia: um estudo sobre São Paulo na Primeira República* (Kuguelmas, [s.d.]).

Maria do Carmo Campello de Souza, que também fora bolsista da pesquisa acerca da Primeira República, iniciou o doutoramento (não concluído) em 1963 sobre *A política estadual de São Paulo no período republicano*, outro estudo listado no *Memorial* de Paula (In: Beiguelman, [s.d.]).¹⁰⁶ Em 1965 passaria a integrar oficialmente a Cadeira de Política como “Instrutora”, permanecendo no cargo até 1970, quando foi presa por razões políticas pelo Regime Militar. Em 1972 reinicia os trabalhos do doutoramento, agora sob o tema *Estado e sistema partidário no Brasil: 1945-1964*, finalmente defendido em 1974 (Campello de Souza, [s.d.]).

Tal filiação ao programa de pesquisas definido por Paula Beiguelman foi confirmada, inclusive, em um comentário de Célia Quirino, outra integrante da Cadeira de Política nesse período:

...o Eduardo e a Carmuche [Maria do Carmo Campello de Souza] foram orientados pela Paula. Ela pegou os dois, enquanto eram alunos, botou lá dentro e falou: “Você vai fazer isso, você vai fazer aquilo”. E, aliás, os dois foram estudar primeiro a República. É que tinha essa idéia básica que era: Colônia, Império, primeira República e República. Com o Weffort já tinha dado um salto, porque ele foi fazer o populismo (Trecho de entrevista concedida por Célia Quirino ao pesquisador em 11 de março de 2008).

Por sua vez, Francisco Weffort – que, à convite de Paula Beiguelman, passaria a integrar a Cadeira de Política por volta de 1964 – também realizaria trabalho de especialização – *Raízes sociais do populismo em São Paulo* –, bem como outros, sobre tema por ela indicado:

Meu primeiro trabalho sobre populismo nasceu de uma sugestão da Professora Paula Beiguelman que eu fizesse um estudo comparando opiniões de janistas e ademaristas. Este primeiro trabalho resultou em minha tese para o curso de especialização que na

¹⁰⁵ O trabalho seria curiosamente publicado como “apêndice” do livro de Paula Beiguelman *Pequenos estudos de ciência política* (Beiguelman, 1973: 189-225).

¹⁰⁶ A informação consta dos documentos reunidos nos arquivos da seção de protocolo da FFLCH-USP (Campello de Souza, [s.d.]). Não tivemos acesso, porém, aos motivos pelos quais ela não chegou a defender essa tese.

época equivaleria ao mestrado de hoje. Minha tese de doutorado sobre o populismo (...) é uma ampliação e um aprofundamento dos temas deste trabalho inicial (Trecho de entrevista concedida por Francisco Weffort ao pesquisador, em 12 de maio de 2008).

Tais evidências confirmam, a meu ver, a continuidade do programa idealizado por Paula Beiguelman, dessa maneira envolvido nas mudanças que constituíram o novo quadro institucional, que concedeu à ciência política uma posição mais destacada no conjunto das três disciplinas – antropologia, sociologia seriam as outras duas – legitimadas como “ciências sociais” nas décadas de 1970 e 1980

REFERÊNCIAS

Documentos

BEIGUELMAN, Paula. **Documentos de Paula Beiguelman**. Arquivos da Seção de Protocolo, Administração da FFLCH-USP, [s.d.].

CAMPELLO DE SOUZA, Maria do Carmo. **Documentos de Maria do Carmo Campello de Souza**. Arquivos da Seção de Protocolo, Administração da FFLCH-USP, [s.d.].

KUGUELMAS, Eduardo. **Depoimento**. Arquivo do Projeto Memória – Centro de Apoio à Pesquisa Histórica (CAPH) - USP, [s.d.].

_____. **Documentos de Eduardo Kuguelmas**. Arquivos da Seção de Protocolo, Administração da FFLCH-USP, [s.d.].

MUSSOLINI, Gioconda. **Documentos de Gioconda Mussolini**. Arquivos da Seção de Protocolo, Administração da FFLCH-USP, [s.d.].

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Documentos de Maria Isaura Pereira de**. Arquivos da Seção de Protocolo, Administração da FFLCH-USP, [s.d.].

SOUZA, Gilda de Mello e. **Documentos de Gilda Rocha de Mello e Souza**. Arquivos da Seção de Protocolo, Administração da FFLCH-USP, [s.d.].

Entrevistas de pesquisa

FERREIRA, Oliveiros. Entrevistas concedidas ao pesquisador, em 27 de março de 2008 e 10 de abril de 2008.

QUIRINO, Célia. Entrevista concedida ao pesquisador em 11 de março de 2008.

SOUZA, Antonio Candido de Mello e. Entrevista concedida ao pesquisador em 26 de maio de 2008.

WEFFORT, Francisco. Entrevista concedida ao pesquisador, em 12 de maio de 2008.

Referências bibliográficas

ADUSP – ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **O controle ideológico na USP (1964-1978)**. São Paulo: Adusp, 2004.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. Dilemas da institucionalização das ciências sociais no Rio de Janeiro. In: MICELI, Sergio (Org.) **História das Ciências Sociais no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Editora Sumaré, 2001, v. 1, p. 223-255.

- ARANTES, Paulo Eduardo. **Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira: dialética e dualidade segundo Antonio Candido e Roberto Schwarz**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- _____. Providências de um crítico literário na periferia do capitalismo. In: ARANTES, Otília Beatriz Fiori. **Sentido da formação: três estudos sobre Antônio Candido, Gilda de Mello e Souza, e Cruz Costa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. A modernidade possível: cientistas e ciências sociais em Minas Gerais. In: MICELI, Sergio (Org.) **História das Ciências Sociais no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Editora Sumaré, 2001a, v. 1, p. 277-368.
- _____. **Metrópole e Cultura: São Paulo no meio século XX**. Bauru, SP: EDUC, 2001b.
- _____. A Sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a “escola paulista”. In: MICELI, Sergio (Org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: Editora Sumaré/FAPESP, 1995, v. 2, p. 107-231.
- BEIGUELMAN, Bernardo. Discurso proferido durante a cerimônia de outorga do título de Professor Emérito. Campinas, 30 out. 2004. Disponível em <http://www.fcm.unicamp.br/40anos/discursos/prof_dr_bernardo.doc>. Acesso em: 13 nov. 2008.
- BEIGUELMAN, Paula. **Formação Política do Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1967 (2 Volumes).
- _____. Depoimento. **Informe**: edição especial 2004. São Paulo: SDI/FFLCH/USP, 2006, p. 192-197.
- _____. (Org.). **Joaquim Nabuco**. São Paulo: Ática, 1982. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, n.º 23).
- _____. **Pequenos estudos de ciência política**. 2 ed. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1973.
- _____. **Viagem sentimental a Dona Guidinha do Poço**. São Paulo: Centro Universitário, 1966.
- BLANCO, Alejandro. Ciências sociais no Cone Sul e a gênese de uma elite intelectual (1940-1965). **Tempo Social**, São Paulo: FFLCH/USP, v. 19, n.º 1, p. 89-114, jun. 2007.
- _____. **Razón y modernidad: Gino Germani y la sociologia en la Argentina**. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2006.
- BLAY, Eva Alterman; LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. A mulher nos primeiros tempos da Universidade de São Paulo. **Ciência e Cultura**, São Paulo: Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência, 36(12), p. 2135-2143, dez. 1984.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

- _____. **Esboço de auto-análise**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- _____. **Por uma sociologia da ciência**. Lisboa: Edições 70, 2004.
- BRANDÃO, Gildo Marçal. **Linhagens do pensamento político brasileiro**. São Paulo: Editora Hucitec, 2007.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Seis interpretações sobre o Brasil. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro: IUPERJ, 5 (3), 1982, p. 269-306.
- BULMER, Martin. A Escola de Chicago de Sociologia: o que a tornou uma “Escola”? In: EUFRÁSIO, Mário (Org.). **O surgimento da sociologia americana e a formação da Escola de Chicago**. São Paulo: Departamento de Sociologia/ FFLCH/USP, 2004.
- CANABRAVA, Alice Piffer. O caminho percorrido. **História econômica: estudos e pesquisas**. São Paulo: Hucitec/UNESP; ABPHE, 2005.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Entrevista. In: BASTOS, Elide Rugai; ABRUCIO, Fernando; LOUREIRO, Maria Rita; REGO, José Marcio. **Conversas com Sociólogos Brasileiros**. São Paulo: Editora 34, 2006, p. 67-94.
- _____. Memórias da Maria Antônia. In: SANTOS, Maria Cecília Loschiavo (Org.) **Maria Antônia: uma rua na contramão**. São Paulo: Nobel, 1988, p. 27-34.
- CARDOSO, Irene. **Para uma crítica do presente**. São Paulo: Editora 34, 2001.
- _____. **A Universidade da Comunhão Paulista: o projeto de criação da Universidade de São Paulo**. São Paulo: Editora Cortez/Editora Autores Associados, 1982. (Coleção Educação Contemporânea, Série: Memória da Educação).
- CARVALHO, José Murilo. As batalhas da abolição. In: _____. **Pontos e bordados**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998, p. 65-81.
- CIACCHI, Andrea. Gioconda Mussolini: uma travessia bibliográfica. **Revista de Antropologia**, São Paulo: USP, v. 50, n.º 1, p. 181-222, 2007a.
- _____. “As testemunhas do silêncio: Gioconda Mussolini entre lembranças e esquecimentos”. Trabalho apresentado no 31º encontro anual da ANPOCS, Caxambu, 2007b, Disponível em <<http://201.48.149.88/anpocs>>. Acesso em 13 nov. 2008.
- CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Plataforma Lattes. c2008. Disponível em <<http://lattes.cnpq.br/index.htm>>. Acesso em: 13 nov. 2008.
- COHN, Gabriel. O ecletismo bem temperado. In: D’INCAO, Maria Ângela (Org.). **O Saber Militante: ensaios sobre Florestan Fernandes**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: UNESP, 1987, p. 48-53.

- _____. As sutilezas da sociologia e a sociologia das sutilezas. **Plural**, São Paulo: FFLCH/USP, n.º 10, p. 211-228, 2º semestre de 2003. Entrevista concedida a Lilian Alves Sampaio.
- CORRÊA, Mariza. **Antropólogas & Antropologia**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- _____. A antropologia no Brasil (1960-1980). In: MICELI, Sergio (Org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: Editora Sumaré/FAPESP, 1995, v. 2, p. 25-106.
- CUNHA, Luiz Antônio. **A Universidade Temporã**: o ensino superior da Colônia à Era Vargas. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1980. (Coleção Educação e Transformação, volume 1).
- DEZALAY, Yves; GARTH, Bryant. **The internalization of palace wars: lawyers, economists, and the contest to transform Latin America States**. Chicago: The University of Chicago Press, 2002.
- FERNANDES, Florestan. A análise sociológica das classes sociais. **Sociologia**, São Paulo: Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, v. X, n.º 1, p. 91-113, 1948.
- _____. **A condição do sociólogo**. São Paulo: Hucitec, 1978.
- FERREIRA, Oliveiros. Introdução: In: MACHADO, Lourival Gomes. **Tomás Antônio Gonzaga e o Direito Natural**. São Paulo: Edusp, 2002.
- _____. Maria Antônia começou na praça. In: SANTOS, Maria Cecília Loschiavo (Org.) **Maria Antônia: uma rua na contramão**. São Paulo: Nobel, 1988, p. 19-26.
- _____. Lourival Gomes Machado. **Estudos Avançados**, São Paulo: USP, v. 8, n.º 22, p. 279-284, 1994.
- FORJAZ, Maria Cecília Spina. A emergência da Ciência Política no Brasil: aspectos institucionais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n.º 35, nov. 1997. CD-ROM.
- GARCIA, Sylvia Gemignani. **Destino ímpar**: sobre a formação de Florestan Fernandes. São Paulo: Editora 34/ Curso de Pós-Graduação em Sociologia - USP, 2002.
- GARCIA JUNIOR, Afrânio. A dependência da política: Fernando Henrique Cardoso e a sociologia no Brasil. **Tempo Social**, São Paulo: FFLCH/USP, v. 16, n.º 1, p. 285-299, jun. 2004.
- GRAHAM, Richard. Brazilian Slavery re-examined: a review article. **Journal of Social History**, v. 3, n.º 4, summer 1970, p. 431-453.
- GRÜN, Roberto. Construindo um lugar ao sol: os judeus no Brasil. In: FAUSTO, Boris (Org.). **Fazer a América**. 2 ed. São Paulo: Edusp, 2000, p. 353-381.
- HODJA, Edith Gross. **Imigração dos judeus poloneses em São Paulo (1925-1940)**. São Paulo, 1995. 290 f. Dissertação (Mestrado em Língua Hebraica, Literatura e Ciências

Judaicas) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

HUGON, Paul. A Economia Política no Brasil. In: AZEVEDO, Fernando de. **As ciências no Brasil**. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1955, v. 2, p. 299-351.

JACKSON, Luiz Carlos. Gerações pioneiras na sociologia paulista (1934-1969). **Tempo Social**, São Paulo: FFLCH/USP, v. 19, n.º 1, p. 115-130, jun. 2007.

_____. **Representações do mundo rural brasileiro: dos precursores à sociologia da USP**. São Paulo, 2003. 183 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

_____. A sociologia paulista nas revistas especializadas (1940-1965). **Tempo Social**, São Paulo: FFLCH/USP, v. 16, n.º 1, p. 263-283, jun. 2004.

LAMOUNIER, Bolívar. Apresentação. In: _____ (Org.). **Ciência Política nos anos 80**. Brasília: UnB, 1982.

_____. Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República. Uma interpretação. In: FAUSTO, Boris. **História geral da civilização brasileira**. O Brasil republicano. 3 ed. São Paulo: Difel, 1985, v. 9, p. 345-374.

LECA, Jean. A Ciência Política no Campo Intelectual Francês. In: LAMOUNIER, Bolívar (Org.). **Ciência Política nos anos 80**. Brasília: Ed. UnB, 1982, p. 385-405.

LEONI, Brigitte Hersant. **Fernando Henrique Cardoso: o Brasil do possível**. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LEPENIES, Wolf. **As três culturas**. São Paulo: Edusp, 1996.

LIMONGI, Fernando. A Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo. In: MICELI, Sergio (Org.) **História das Ciências Sociais no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Editora Sumaré, 2001a, v. 1, p. 257-275.

_____. Mentores e clientelas da Universidade de São Paulo. In: MICELI, Sergio (Org.) **História das Ciências Sociais no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Editora Sumaré, 2001b, v. 1, p. 135-221.

LÖWY, Michael. Um intelectual marxista: entrevista com Michael Löwy. **Tempo**, Rio de Janeiro: Departamento de História/UFF, v. 1, n.º 2, 1996, p. 166-183. Entrevista concedida a Ângela de Castro Gomes e Daniel Aarão Reis.

MACHADO, Lourival Gomes. Sobre o conceito da realidade social na obra de Karl Marx. **Sociologia**, São Paulo: Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, v. X, n.º 1, p. 115-131, 1948.

MACIEL, Alba Costa; ANDRADE, Diva; VALE, Eunides do. A antropologia na Universidade de São Paulo: histórico e situação atual. **Revista de Antropologia**. São Paulo: Departamento de Antropologia/FFLCH-USP, p. 117-143, 1978.

- MANNHEIM, Karl. El pensamiento conservador. In: **Ensayos sobre sociologia y psicologia social**. Trad. Florentino M. Torner. México: Fondo de Cultura Económica, 1963, p. 84-183.
- _____. Em busca de uma sociologia do espírito. In: **Sociologia da cultura**. São Paulo: Perspectiva, 2004, p. 1-66.
- MARTINS, José de Souza. Entrevista. In: BASTOS, Elide Rugai; ABRUCIO, Fernando; LOUREIRO, Maria Rita; REGO, José Marcio. **Conversas com sociólogos brasileiros**. São Paulo: Editora 34, 2006, p. 135-160.
- MICELI, Sergio. A aposta numa comunidade científica emergente: a Fundação Ford e os cientistas sociais no Brasil 1962-1992. In: _____ (Org.) **A Fundação Ford no Brasil**. São Paulo: Editora Sumaré, 1993, p. 33-97.
- _____. Condicionantes do desenvolvimento das Ciências Sociais. In: _____ (Org.) **História das Ciências Sociais no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Editora Sumaré, 2001a, v. 1, p. 91-133.
- _____. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001b.
- _____. Por uma sociologia das Ciências Sociais. In: _____ (Org.) **História das Ciências Sociais no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Editora Sumaré, 2001c, v. 1, p. 11-28.
- NEIBURG, Federico; PLOTKIN, Mariano. Intelectuales y expertos. Hacia una sociologia histórica de la producción del conocimiento sobre la sociedad em la Argentina. In: _____ (Orgs). **Intelectuales y expertos: la constitución del conocimiento social en la Argentina**. Buenos Aires: Paidós, 2004. (Espacios del saber, 43).
- OLIVEIRA, Lucia Lippi. As ciências sociais no Rio de Janeiro In: MICELI, Sergio (Org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: Editora Sumaré/FAPESP, 1995, v. 2, p. 233-307.
- ORTIZ, Renato. Notas sobre as Ciências Sociais no Brasil. **Novos Estudos**, São Paulo: Cebrap, n.º 27, p. 163-175, jul. 1990.
- PEIXOTO, Fernanda. **Diálogos brasileiros: uma análise da obra de Roger Bastide**. São Paulo: Edusp, 2000.
- _____. Franceses e Norte-americanos nas Ciências Sociais Brasileiras (1930-1960). In: MICELI, Sergio (Org.) **História das Ciências Sociais no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Editora Sumaré, 2001, v. 1, p. 477-531.
- PIERSON, Donald. Como descobrir o que é “classe”. **Sociologia**, São Paulo: Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, v. X, n.º 1, p. 71-75, 1948.
- PONTES, Heloisa. A burla do gênero: Cacilda Becker, a Mary Stuart de Pirassununga. **Tempo Social**, São Paulo: FFLCH/USP, v. 16, n.º 1, p. 231-262, jun. 2004.

- _____. **Destinos mistos: os críticos do Grupo Clima em São Paulo (1940-68)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- _____. A paixão pelas formas: Gilda de Mello e Souza. **Novos Estudos**, São Paulo: CEBRAP, n.º 74, p. 87-105, mar. 2006.
- PULICI, Carolina. **De como o sociólogo deve praticar o seu ofício: as Cátedras de Sociologia da USP entre 1954 e 1969**. São Paulo, 2004. 176 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Discurso de agradecimento. In: OUTORGA do título de Professora Emérita a Maria Isaura Pereira de Queiroz. São Paulo: FFLCH, Departamento de Sociologia, 1990, p. 11-20.
- _____. Palavras da homenageada, Profa. Dra. Maria Isaura Pereira de Queiroz. In: ANTUNIASSI, Maria Helena Rocha; LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo (Orgs.). **Maria Isaura Pereira de Queiroz: a mestra**. São Paulo: CERU/Humanitas, 2000, p. 34-37.
- QUIRINO, Célia. Departamento de Ciência Política. **Estudos Avançados**, São Paulo: USP, v. 8, n.º 22, p.337-348, 1994.
- REIS, Elisa Pereira. A construção intelectual e a política das ciências sociais brasileiras: a experiência do IUPERJ. In: MICELI, Sergio (Org.) **A Fundação Ford no Brasil**. São Paulo: Editora Sumaré, 1993, p. 115-129.
- RICUPERO, Bernardo. **Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil**. São Paulo: FAPESP/Departamento de Ciência Política da USP, 2000.
- ROMÃO, Wagner de Melo. **Sociologia e política acadêmica nos anos 60: a experiência do CESIT**. São Paulo: Humanitas, 2006.
- RUBINO, Silvana. Clube de pesquisadores. A Sociedade de Etnologia e Folclore e a Sociedade de Sociologia. In: MICELI, Sergio (Org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: Editora Sumaré/FAPESP, 1995, v. 2, p. 479-521.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Paradigma e história: a ordem burguesa na imaginação social brasileira. In: **Ordem burguesa e liberalismo político**. São Paulo: Duas Cidades, 1978, p. 15-63.
- SCHWARZ, Roberto. Um crítico na periferia do capitalismo. **Revista Pesquisa FAPESP**, São Paulo, edição 98, abril de 2004. Entrevista concedida a Luiz Henrique Lopes dos Santos e Mariluce Moura.
- _____. **Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro**. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2000. (Coleção Espírito Crítico).
- SEADE – FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. c2007. Disponível em <www.seade.gov.br>. Acesso em: 13 nov. 2008.

- SILVA, Lucieli Trivizoli. **Sociedade de Matemática de São Paulo**: um estudo histórico-institucional. Rio Claro - SP, 2008. 200 f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista.
- SOCIOLOGIA. São Paulo: Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, v. X, n. 1, 1948.
- SOUZA, Antonio Candido de Mello e. **A educação pela noite e outros ensaios**. São Paulo: Editora Ática, 1987.
- _____. **Vários escritos**. 4 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, São Paulo: Duas Cidades, 2004.
- SOUZA, Gilda de Mello e. Entrevista com Gilda Rocha de Mello e Souza. In: MICELI, Sergio; MATTOS, Franklin de (Orgs.). **Gilda: a paixão pela forma**. Rio de Janeiro: FAPESP/Ouro sobre Azul, 2007, p. 199-207. Entrevista concedida a Nelson Aguillar.
- _____. **O espírito das roupas: a moda no século dezenove**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- _____. Entrevista. **Lingua e Literatura**, São Paulo: Departamentos de Letras – FFLCH/USP, Ano X, v. 10-13, 1981-4, p. 134-157.
- TOLEDO, Caio Navarro. **ISEB: fábrica de ideologias**. Campinas: Unicamp, 1997.
- THOMPSON, Edward. **A formação da classe operária inglesa**. Tradução de Denise Bottman. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- TORRES, João Camilo de Oliveira. **A democracia coroada: teoria política do Império do Brasil**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1957.
- USP - UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. **Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (1939-1949)**. São Paulo, 1953. V. II.
- VIANNA, Oliveira. **O ocaso do Império**. São Paulo: Melhoramentos, 1925.
- WILLEMS, Emilio. Velhos e novos rumos no estudo das classes sociais. **Sociologia**, São Paulo: Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, v. X, n.º 1, p. 76-90, 1948.
- WITTER, José Sebastião. **USP/50 Anos: registros de um debate**. 2 ed. São Paulo: Edusp, 2006.

ANEXO - Levantamento Bibliográfico de Paula Beiguelman

Teses

1. *Teoria e ação no pensamento abolicionista*. São Paulo, 1961. 220 f. Tese (Doutorado em Política) Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras, Universidade de São Paulo.
2. *Contribuição à teoria da organização política brasileira*. São Paulo, 1967. 98f. Tese (Livre Docência em Política) Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras, Universidade de São Paulo.
3. *A formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos*. São Paulo, 1968. 153f. Tese (Provimento de Cátedra) Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras, Universidade de São Paulo.

Livros

1. *Viagem sentimental a Dona Guidinha do Poço*. São Paulo: Centro Universitário, 1966.
2. *Formação política do Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1967. 2v.
3. *A formação do povo no complexo cafeeiro*. São Paulo: Pioneira Editora, 1968.
4. *Pequenos estudos de ciência política*. São Paulo: Pioneira, 1967. 2v.
5. *Os companheiros de São Paulo*. São Paulo: Símbolo, 1977.
6. *A crise do escravismo e a grande imigração*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Tudo é história, 2).
7. *Por que Lima Barreto*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
8. (Org.); FERNANDES, Florestan (Coord.). *Joaquim Nabuco: política*. São Paulo: Ática, 1982, p. 7-47. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, 23)
9. *Saga Paulista*. São Paulo: Departamento Cultural do Sindicato dos Escritores do Estado de São Paulo, 1983.
10. *Pela recuperação de uma proposta nacional*. São Paulo: Inep, 1986.
11. *O pingo de azeite: a instauração da ditadura*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1994.
12. *Os companheiros de São Paulo: ontem e hoje*. São Paulo: Cortez, 2002.

Artigos de livros

1. O processo político-partidário brasileiro de 1945 ao plebiscito. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Brasil em perspectiva*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969, 319-38.
2. [sem título]. In: SANTOS, Afonso Marques dos (Coord.). *O Rio de Janeiro de Lima Barreto*. Rio de Janeiro: Rioarte, 1983.
3. O encaminhamento político do problema da escravidão no Império. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.) *História geral da civilização brasileira: o Brasil monárquico*. São Paulo: Difel, 1985, v.3, t.2, p.189-219.
4. A *Revista Brasiliense* e a expressão teórica do nacionalismo econômico brasileiro. In: D'INCAO, Maria Ângela (Org.). *História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior*. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura/Brasiliense/Editora Unesp, 1989, p. 449-74.
5. Cultura acadêmica nacional e brazilianismo. In: BOSI, Alfredo (Org.) *Cultura nacional: temas e situações*. São Paulo: Ática, 2003, p. 199-207.

Artigos de periódicos

1. Estudos sobre preconceito de cor no Brasil. *Revista de Antropologia*. São Paulo [s.n.] v. 1, n. 2, p. 147-152, dez. 1953.
2. O processo político no Império durante o período de 1840-1869. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v. 19, p. 159-168, 1965.
3. A grande imigração em São Paulo I. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo, n. 3, p. 99-116, 1968.
4. A grande imigração em São Paulo II. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo, n. 4, p. 145-157, 1968.
5. A propósito de uma interpretação da história da república. *Caderno da História*. São Paulo [s.n.] n. 2, p. 19-34, set. 1971.
6. O lúcido. *Leia livros*. São Paulo, v. 4, n. 35, p. 14, 15 maio a 14 jun. 1981.
7. Problemas hidrológicos da grande São Paulo. *Ciência e Cultura*. São Paulo [s.n.] v. 56, n. 3, p. 4-5, jul./ago./set. 2004.

Artigos de jornal

1. Análise literária e investigação sociológica I. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 17 ago. 1957. Suplemento Literário, p. 6.
2. Análise literária e investigação sociológica II. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 24 ago. 1957. Suplemento Literário, p. 6.

Resenhas

1. Resenha sem título próprio. *Revista de Antropologia*. São Paulo [s.n.] v. 1, n. 1, p. 74-77, jun. 1953. FERNANDES, Florestan. *A função social da guerra na sociedade tupinambá*. São Paulo: Edição mimeografada, 1951.
2. Resenha sem título próprio. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 20 out. 1956. Suplemento Literário, p. 2. JÚNIOR, Caio Prado. *Diretrizes para uma política econômica brasileira*. São Paulo: Urupês, 1954.
3. Resenha sem título próprio. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte [s.n.] v. 1, n. 1, p. 186-189, dez. 1956. LASSWELL, Harold D. The selective effect of personality on political participation. In: Christie, Richard; Jahoda, Marie (eds). *Studies in the scope and method of "the authoritarian personality"*. Illinois : The Free Press, 1954.
4. Resenha sem título próprio. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte [s.n.] v. 2, n. 3, p. 252-253, jan. 1958. MACHADO, Lourival Gomes. *Homem e sociedade na teoria política de Jean-Jacques Rousseau*. São Paulo: FFCL, 1956.
5. Resenha sem título próprio. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte [s.n.] v. 2, n. 3, p. 257-261, jan. 1958. GOLGHER, Isaías. *Guerra dos emboadas*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1956.
6. Resenha sem título. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 07 set. 1957. Suplemento Literário, p. 2. JÚNIOR, Caio Prado. *Esboço dos fundamentos da teoria econômica*. São Paulo: Brasiliense, 1957.
7. Resenha sem título próprio. *Revista de Antropologia*. São Paulo, v. 5, n. 2, p. 199-202, dez. 1957. LASSWELL, Harold D. The selective effect of personality on political participation. In: Christie, Richard; Jahoda, Marie (eds). *Studies in the scope and method of "the authoritarian personality"*. Illinois : The Free Press, 1954.
8. Resenha sem título próprio. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte [s.n.] n. 7, p. 135-137, nov. 1959. VIANNA, Oliveira. *Introdução à história social da economia pré-capitalista no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958.

9. Sinopse da República. *Ciência e Cultura*. São Paulo: SBPC, v. 41, n. 11, p. 1134-1135, nov., 1989. COSTA, J.C. *Pequena história da República*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

Depoimentos

1. Algumas conseqüências do Consenso de Washington. Cerimônia de outorga do título de Professor Emérito: Profa. Dra. Paula Beiguelman. São Paulo: SDI/FFLCH/USP, 2003.
2. Depoimento de Paula Beiguelman: depoimento coloquial para os 70 anos da FFLCH. *Informe*: informativo da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP. São Paulo, nº 9, p. 19-21, mar. 2004.

Documentos

1. Memorial. São Paulo, 1967. Concurso para Livre Docência – Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, Universidade de São Paulo.
2. Concurso para a livre-docência junto à cadeira de Política – Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, Universidade de São Paulo.
3. Ofícios – Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, Universidade de São Paulo.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)